

# Comissão de Defesa do Consumidor



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Relatório de Atividades



# 2011

---

## SUMÁRIO

1 – PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO.....	03
2 – MEMBROS TITULARES.....	05
3 – MEMBROS SUPLENTE.....	07
4 – APRESENTAÇÃO.....	09
5 - CORPO TÉCNICO.....	12
6 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS.....	13
6.1. PROPOSIÇÕES APROVADAS .....	13
6.2. PROPOSIÇÕES REJEITADAS.....	22
6.3. PROPOSIÇÕES PELO ARQUIVAMENTO .....	24
6.4. REQUERIMENTOS .....	25
6.5. EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL .....	44
7 – EVENTOS .....	47
7.1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	47
7.2. SEMINÁRIOS .....	90
8 – RELATORIAS E DESIGNAÇÕES.....	96
9 – A COMISSÃO NA IMPRENSA .....	117

---

---

---

## **1 – PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO**

### **PRESIDENTE**



**Dep. Roberto Santiago  
PSD/SP**

### **1º Vice-Presidente**



**Dep. Cesar Halum  
PSD/TO**

### **2º Vice-Presidente**



**Dep. Ricardo Izar  
PSD/SP**

### **3º Vice-Presidente**



**Dep. Wolney Queiroz(\*)  
PDT/PE**

(\*) 3º Vice-Presidente exerceu a Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor a partir de 9 de novembro de 2011, quando foi declarada a vacância dos cargos de presidente, primeiro e segundo vices em razão de mudança partidária (Art. 40 §2º do RICD).

---

---

---

## 2 - MEMBROS TITULARES



Dep. Carlos Sampaio  
PSDB/SP



Dep. César Halum  
PSD/TO



Dep. Chico Lopes  
PCdoB/CE



Dep. Deley  
PSC/RJ



Dep. Eli Correa Filho  
DEM/SP



Dep. Givaldo Carimbão  
PSB/AL



Dep. Iracema Portella  
PP/PI



Dep. João Leão  
PP/BA



Dep. José Carlos Araújo  
PSD/BA



Dep. Joseph Bandeira  
PT/BA



Dep. Lauriete  
PSC/ES



Dep. Nelson Marquezelli  
PTB/SP



Dep. Otoniel Lima  
PRB/SP



Dep. Raimundão  
PMDB/CE



Dep. Reguffe  
PDT/DF



Dep. Ricardo Izar  
PSD/SP



Dep. Roberto Santiago  
PSD/SP



Dep. Romanna Remor  
PMDB/SC



Dep. Severino Ninho  
PSB/PE



Dep. Walter Ihoshi  
PSD/SP



Dep. Wolney Queiroz  
PDT/PE

---

### 3 - MEMBROS SUPLENTEs



Dep. Aline Corrêa  
PP/SP



Dep. Antônio Roberto  
PV/MG



Dep. Augusto Coutinho  
DEM/PE



Dep. Aureo  
PRTB/RJ



Dep. Carlinhos Almeida  
PT/SP



Dep. Carlos Eduardo Cadoca  
PSC/PE



Dep. Claudio Puty  
PT/PA



Dep. Dimas Ramalho  
PPS/SP



Dep. Dr. Carlos Alberto  
PMN/RJ



Dep. Fabio Trad  
PMDB/MS



Dep. Felipe Maia  
DEM/RN



Dep. Francisco Araújo  
PSD/RR





Dep. Hugo Napoleão  
PSD/PI



Dep. João Paulo Cunha  
PT/SP



Dep. Marcos Medrado  
PDT/SP



Dep. Nilda Gondim  
PMDB/PB



Dep. Roberto Marinho  
PSDB/RN



Dep. Silvio Costa  
PTB/PE



Dep. Valadares Filho  
PSB/SE



Dep. Vilalba  
PRB/PE



Dep. Weliton Prado  
PT/MG

---

## 4 – APRESENTAÇÃO

Ao apresentar o Relatório das atividades desenvolvidas pela Comissão ao longo do ano de 2011, permito-me assegurar que foi um período de intensa atividade por parte dos seus membros, resultando em considerável produtividade, tanto no que se refere à legislação em si, quanto à fiscalização dos atos governamentais, por meio de eventos em que foram ouvidas diversas autoridades, tanto representantes de setores produtivos do país quanto entidades da sociedade civil organizada de defesa do consumidor e, também, de Propostas de Fiscalização e Controle. Certo é que fato inusitado houve durante esse ano, mas que, pelo entendimento e atuação dos Deputados e, principalmente, das lideranças partidárias, não prejudicou o bom cumprimento das atribuições deste Órgão Técnico.

Já próximo ao fim da Sessão Legislativa, houve o afastamento, por mudança de partido e imposição regimental, dos Deputados Roberto Santiago, César Halum e Ricardo Izar dos cargos de Presidente e de 1ª e 2ª Vice-Presidentes, respectivamente, cabendo-me, na condição de 3º Vice-Presidente, assumir a direção da Comissão e favorecer a continuidade dos seus trabalhos.

Por justiça, destaco o brilhantismo com que o Deputado Roberto Santiago desempenhou suas competências durante o período compreendido entre sua posse em 2 de março e seu afastamento em 9 de novembro. Foi de se notar, conforme compromisso assumido por aquele Presidente em sua posse, a rapidez possível na busca por soluções para os entraves que os consumidores enfrentam no dia-a-dia nas relações consumeristas, os quais, não raro, são ludibriados pelos fornecedores de bens e serviços, principalmente, pela nova modalidade do comércio eletrônico. Outro ponto a destacar na atuação desse Parlamentar diz respeito à preocupação com os hipossuficientes, que, com o crescimento econômico do País, estão tendo a oportunidade de se transferirem para faixa de renda superior, significando, desta forma, aumento considerável do dinamismo do mercado de consumo, situação que acarreta a necessidade de maior atenção do poder público e, em particular, dos membros desta Casa, com vistas à observação do respeito aos direitos desses novos consumidores.

---

Em 2011, o Colegiado, visando maior amplitude de ação, dirigiu seu foco a diversos setores da economia, dentre os quais se destacaram aqueles que demandam maior atenção dos órgãos de defesa do consumidor, pelo número considerável de queixas que lhes são encaminhadas, e que mereceram deste Órgão Técnico maior atenção, notadamente por meio de audiências públicas. A saber: o da telefonia – móvel e fixa; o da energia elétrica, que contou, ainda, com uma Mesa Redonda sobre metodologia de cobrança das tarifas de energia elétrica e o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2011 e com a aprovação das Propostas de Fiscalização e Controle nºs. 56/2008, do Sr. Ciro Nogueira, e 52/08, do Sr. Vital do Rêgo Filho, que tratam dos reajustes tarifários das Companhias Energéticas; o da aviação civil e infraestrutura aeroportuária, inclusive com a discussão do planejamento para a Copa Mundial de Futebol de 2014; e, por fim; o do sistema financeiro, inclusive com a realização do Seminário *“Proposta para Um Sistema Financeiro Cidadão”*.

Ainda foi dispensada atenção especial às Agências Reguladoras, com a efetivação do Seminário *“O papel das Agências Reguladoras”*,

Já nos inícios dos trabalhos da Comissão, os Deputados manifestaram preocupação quanto à criação de comissão no âmbito do Senado Federal que dera início ao debate de alteração do Código de Defesa do Consumidor. Entendiam os Parlamentares que a modificação do Código poderia descaracterizar uma das mais completas e consistentes leis consumeristas e que seria pertinente a atualização da Lei, incluindo-se em seu arcabouço modalidades de relação de consumo criadas após a elaboração do Código e questões relacionadas ao superendividamento. Diante disso, para aprofundamento do tema e afirmação da posição da Comissão sobre o assunto, foi realizada audiência pública, com a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em “comemoração ao Dia Internacional do Consumidor”.

Outra preocupação da Comissão foi com a inclusão social dos portadores de necessidade especial, que, um nicho de consumo, merecem toda atenção e respeito por parte do setor público e das empresas da cadeia consumerista. Neste sentido, foi promovida audiência pública sobre deficiência auditiva, com ampla repercussão junto às entidades assistencialistas, da qual resultou a participação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel na

---

agilização da instalação de equipamentos de comunicação adaptados às necessidades desses cidadãos; e a aprovação do Projeto de Lei nº 2.385/07 - da Sra. Ana Arraes - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas produtoras de medicamentos, alimentos e material de limpeza a utilizar a escrita "Braille" nas embalagens de seus produtos".

Como ressaltei anteriormente, ao assumir o exercício da Presidência de tão importante Órgão desta Casa Legislativa, obriguei-me a dar prosseguimento aos seus trabalhos e contribuir para o bom andamento das suas atribuições. Com espírito democrático e transparência nos meus atos, sentimentos que sempre marcaram minha vida pública, tenho a consciência plena de ter cumprido com êxito as responsabilidades a mim conferidas. Assim, procurei pautar todas as matérias em condições de serem deliberadas e as audiências públicas pendentes, observados os limites da agenda e exíguo tempo que restava.

Com o compromisso e dedicação de todos os membros desta Comissão, obtivemos um ano proveitoso, com a efetivação de 46 reuniões, sendo 17 de audiências públicas, 4 de audiências públicas conjuntas com outros órgãos do Parlamento e 25 deliberativas. Ainda levamos a efeito dois seminários e uma mesa redonda. Quanto às Proposições, foram aprovadas 48, rejeitadas 13 e arquivadas 3, perfazendo um total de 64 Proposições apreciadas. Tenho a certeza de que alcançamos o objetivo maior dos homens públicos, detentores dos anseios dos cidadãos brasileiros, qual seja: minorar os efeitos desagradáveis dos problemas que lhes são apresentados no conflito consumerista.

Não poderia me furtar em agradecer a equipe de servidores da Secretaria da Comissão, que com dedicação e experiência contribuíram com o sucesso dos trabalhos deste Órgão Técnico. Os mesmos agradecimentos estendo aos Consultores da Casa, que tanto nos auxiliaram em nosso mister, aos integrantes dos Órgãos de Comunicação da Casa, aos Assessores dos Partidos e a todos que, respeitosamente, acompanharam as nossas atividades.

**Deputado WOLNEY QUEIROZ**

3º Vice-Presidente

No exercício da Presidência

---

## **5 - CORPO TÉCNICO**

**LILIAN DE CÁSSIA ALBUQUERQUE SANTOS**  
**Secretária da Comissão**

PATRÍCIA BORGES DE CARVALHO  
Primeira Substituta

ESTEVAM DOS SANTOS SILVA  
Segundo Substituto

CARLA RODRIGUES DE MEDEIROS

GILMA DE FÁTIMA ARAÚJO

MARCUS ACHILES SANTANA SOARES E BARROS

MARIA LÚCIA SEGALL TERRA

MÔNICA RODRIGUES CAMPELLO

RENATA ARAÚJO RODRIGUES DE AMORIM

ZIZIANE CÉSAR DE FRANÇA E SILVA

Pró-Adolescentes

DEJEAN DE ALMEIDA ABREU

LUANA DE JESUS SANTOS DINIZ

---

## 6 - PROPOSIÇÕES APRECIADAS

### 6.1. PROPOSIÇÕES APROVADAS

Em 16/03/11

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 56/2008** – do Sr. Ciro Nogueira - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor requeira ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria nos procedimentos e na metodologia dos reajustes tarifários anuais (RTA) e das revisões tarifárias periódicas (RTP) da Companhia Energética do Piauí (CEPISA), autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

**Relatório Final do Relator, Deputado Chico Lopes, pelo encaminhamento dos autos ao Ministério Público Federal, sugerindo o ajuizamento de ação civil pública para ressarcir os consumidores pelos prejuízos causados por falha na metodologia de cálculo dos reajustes tarifários; e pelo envio de indicação, solicitando ao Ministério de Minas e Energia que determine às subsidiárias de distribuição da Eletrobrás a assinatura de aditivos aos respectivos contratos de concessão, para incorporar-lhes nova forma de cálculo dos reajustes.**

Em 04/05/11

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 128/2006** – do Sr. Luiz Bittencourt - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize ato de fiscalização e controle para verificar denúncias de irregularidades comerciais praticadas pela empresa SUPERMAX BRASIL IMPORTADORA S/A.

**Relatório Final do Relator, Deputado César Halum, pelo encaminhamento de Requerimento de Informação ao Ministro de Estado da Saúde, a fim de que seja inteirada a respeito das providências adotadas na Anvisa para cumprimento das recomendações e determinações feitas pelo TCU no Acórdão nº 1796/2008-Plenário.**

Em 25/05/11

**Projeto de Lei nº 2166/2007** – do Sr. Pedro Eugênio - Dispõe sobre pedido de suspensão ou rescisão de contrato de prestação de serviço de telecomunicações.

**Parecer do Relator, Deputado Chico Lopes pela aprovação deste, dos PL's 2702/2007, 2931/2008, 3968/2008, e 4230/2008, apensados, com substitutivo.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 6097/2007** – do Sr. Cleber Verde - Dispõe sobre as convocações de audiências públicas das Distribuidoras de Energia Elétrica e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e dá outras providências. **Parecer do Relator, Deputado Chico Lopes, pela aprovação, com substitutivo.**

Encaminhado à CME.

---

**Projeto de Lei nº 7354/2010** – do Sr. Julio Delgado - Dispõe sobre a compensação a clientes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no caso de atraso ou extravio de objeto postal.

**Parecer do Relator, Deputado Valadares Filho, pela aprovação.**  
Encaminhado à CCTCI.

Em 08/06/11

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 52/2008** - do Sr. Vital do Rêgo Filho - Propõe que o Tribunal de Contas da União fiscalize a Agência Nacional de Energia Elétrica para fiscalizar a autorização de reajuste das tarifas das distribuidoras Companhia Energética do Maranhão (Cemar), Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (antiga Saelpa).

**Relatório Final do Relator, Deputado Walter Ihoshi, que propõe o encaminhamento dos documentos que compõem esta PFC ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, para adotar as medidas saneadoras de caráter disciplinador e administrativo decorrentes das falhas apontadas pelo TCU nas auditorias realizadas por solicitação desta Comissão.**

**Projeto de Lei nº 214/2011** – do Sr. Sandes Júnior - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para ampliar o conceito de fornecedor, aumentar os prazos para reclamação por vícios aparentes e determinar o reinício da contagem desses prazos, após o atendimento da reclamação pelo fornecedor.

**Parecer do Relator, Deputado Valadares Filho pela aprovação.**

Em 15/06/10

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 10/2003** - do Sr. Luiz Bittencourt - Propõe que esta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, fiscalize denúncias em relação aos procedimentos administrativos das Empresas Administradoras de Cartões de Crédito.

**Relatório Final do Relator, Deputado Roberto Santiago, contra os votos dos Deputados José Carlos Araújo, Silvio Costa, Iracema Portella, Otoniel Lima, Carlinhos Almeida, Eli Correa Filho, Ricardo Izar, César Halum e Walter Ihoshi, apresentou voto em separado o Deputado Vilalba, propondo o encaminhamento de cópia deste relatório para: 1) o relator na CCJC do Projeto de Lei Complementar nº 106/2007, de autoria da Comissão de Legislação Participativa; 2) para o Ministério Público, a fim de que verifique se os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela regulação e fiscalização do Sistema Financeiro estão cumprindo as suas funções no que se refere ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestada em sua súmula 283, de que as empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras; e 3) a criação de grupo de trabalho no âmbito desta Comissão para tratamento dos itens "b", "c" e "d" do relatório final que se referem aos juros abusivos, tarifas cobradas pelos cartões de crédito e estudo mais aprofundado do documento elaborado pelo Banco Central, pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.**

---

Em 29/06/11

**Projeto de Lei nº 4804/2009** - da Sra. Elcione Barbalho - Modifica a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares.

**Parecer do Relator, Deputado Reguffe, pela aprovação.**

Encaminhado à CVT.

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 100/2009** - do Sr. Ivan Valente - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize os atos de gestão administrativa efetuados pelo Banco Central no que concerne aos atos relacionados à ADPF 165-0/DF.

**Relatório Final do Relator, Deputado Reguffe, com Complementação de Voto, que propõe o encaminhamento do relatório ao Ministério Público, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilidade por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais, nos termos dos arts. 37, II, e 67, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.**

**Projeto de Lei nº 6745/2010** - do Senado Federal - Altera o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.

**Parecer do Relator, Deputado Ricardo Izar, pela aprovação.**

Encaminhado à CCSF.

Em 10/08/11

**Projeto de Lei nº 111/2011** – do Sr. Sandes Júnior - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir nova hipótese de cláusula contratual abusiva.

**Explicação da Ementa:** Estabelece como cláusula contratual abusiva a que autoriza a cobrança de honorários advocatícios sem que tenha sido comprovado o efetivo ajuizamento de ação judicial relacionada com o inadimplemento de obrigação contida no respectivo contrato.

**Parecer do Relator, Deputado César Halum, pela aprovação deste e da Emenda 1/2011, da CDC, com substitutivo.**

**Projeto de Lei nº 569/2011** – do Sr. Weliton Prado - Dispõe sobre prestação de serviço pelas concessionárias de serviço público de saneamento básico e de energia elétrica.

**Parecer do Relator, Deputado Ricardo Izar, pela aprovação.**

Encaminhado à CTASP.

**Projeto de Lei nº 779/2011** – do Sr. Carlos Bezerra - Acrescenta inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Parecer do Relator, Deputado Gean Loureiro, pela aprovação.**

Encaminhado à CCJC.



---

Em 17/08/11

**Projeto de Lei nº 557/2003** – do Sr. João Herrmann Neto - Determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 1985.

**Parecer do Relator, Deputado Dimas Ramalho, pela aprovação do Substitutivo do Senado ao PL 557/2003.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 2385/2007** – da Sra. Ana Arraes - Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas produtoras de medicamentos, alimentos e material de limpeza a utilizar a escrita "braille" nas embalagens de seus produtos.

**Parecer do Relator, Deputado Roberto Santiago, pela aprovação.**

Encaminhado à CSSF.

**Projeto de Lei nº 4394/2008** – do Sr. Davi Alcolumbre - Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

**Explicação da Ementa:** Assegura aos consumidores informações sobre as hortaliças, frutas, carnes, ovos, leite ou mel comercializados.

**Parecer do Relator, Deputado Antônio Roberto, pela aprovação.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 5470/2009** – do Sr. Carlos Sampaio - Obriga as pessoas jurídicas de direito privado a fazer constar, de suas páginas da internet sua razão social, seu número no registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e endereço da sede e sucursais e dá outras providências.

**Parecer do Relator, Dep. Roberto Santiago, pela aprovação, com complementação de voto.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 6547/2009** – do Senado Federal - Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços a eficiência e consumo energéticos.

**Parecer da Relatora, Deputada Iracema Portella, pela aprovação.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 7982/2010** – do Sr. Bonifácio Andrada - Determina que as empresas de transporte ofereçam alternativas aos usuários quando do impedimento do oferecimento do serviço.

**Parecer da Relatora, Deputada Lauriete, pela aprovação.**

Encaminhado à CVT.

**Projeto de Lei nº 275/2011** – do Sr. Chico Lopes - Proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional de deslocamento, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada.

---

**Parecer do Relator, Deputado Roberto Santiago, pela aprovação deste, e do PL 967/2011, apensado, com substitutivo.**

Encaminhado à CCTCI.

**Projeto de Lei nº 1257/2011** – do Sr. Márcio Marinho - Altera os arts. 39 e 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

**Explicação da Ementa:** Proíbe o estabelecimento de cláusulas contratuais que obriguem a fidelização do consumidor, a estipulação de prazos mínimos de vigência, o pagamento de multas em casos de cancelamento antecipado de contratos de prestação de serviços e a comercialização de equipamentos tecnicamente modificados.

**Parecer do Relator, Deputado Vilalba, pela aprovação.**

Encaminhado à CCJC.

Em 31/08/11

**Projeto de Lei nº 6100/2002** – do Sr. Celso Russomanno - Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

**Explicação da Ementa:** Exige que o fornecedor inclua o peso do produto a ser comercializado.

**Parecer do Relator Substituto, Deputado Eli Correa Filho, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2 do Senado Federal ao PL nº 6.100-C/2002.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 3828/2008** – do Sr. Valdir Colatto - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

**Explicação da Ementa:** Determina a veiculação de 20 (vinte) por cento de propaganda oficial para esclarecimento e defesa do consumidor nos meses de maio, novembro e dezembro.

**Parecer da Relatora, Deputada Nilda Gondim, pela aprovação, com substitutivo.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 7473/2010** – do Sr. Luiz Carlos Hauly - Dispõe sobre a devolução dos valores cobrados a título de Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social do contribuinte e dá outras providências.

**Parecer do Relator, Deputado Gean Loureiro, pela aprovação.**

Encaminhado à CFT.

**Projeto de Lei nº 8009/2010** – do Sr. Hugo Leal - Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para dispor sobre o bilhete de passagem.

**Parecer do Relator, Deputado Otoniel Lima, pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda 1/2011 da CDC.**

Encaminhado à CVT.

**Projeto de Lei nº 52/2011** – do Sr. Assis do Couto - Institui o Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar.

---

**Parecer do Relator, Deputado Cláudio Puty, pela aprovação.**  
Encaminhado à CDEIC.

**Projeto de Lei nº 838/2011** – do Sr. Felipe Bornier - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que "Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", para vedar a cobrança pelo consumo de água potável nas aeronaves comerciais.  
**Parecer do Relator, Deputado Dimas Ramalho, pela aprovação, com emenda e complementação de voto.**  
Encaminhado à CVT.

Em 14/09/11

**Projeto de Lei nº 221/2011** – do Sr. Sandes Júnior - Altera os arts. 26, 39, 51, 82, 102 e 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências".

**Explicação da Ementa:** Estabelece critérios para suspensão do prazo decadencial; tipificando como prática abusiva o não fornecimento de uma via de contrato ao consumidor; tornando nula cláusula contratual com redação obscura ou com vício de linguagem; tipificando como crime de responsabilidade o retardamento de decisão judicial por mais de 60 (sessenta) dias.

**Parecer do Relator, Deputado Roberto Santiago, pela aprovação deste e das Emendas nºs 1/2011 e 2/2011, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 3/2011.**  
Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 234/2011** – do Sr. Sandes Júnior - Inclui os parágrafos primeiro e segundo ao art. 781 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, de modo estabelecer normas sobre indenização para os contratos de seguro de veículos automotores.

**Parecer do Relator, Deputado Ricardo Izar, pela aprovação, com substitutivo.**  
Encaminhado à CFT.

**Projeto de Lei nº 1018/2011** – do Sr. Reguffe - Acrescenta o inciso XIV ao art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, bem como acrescenta o inciso VIII ao art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para permitir que os órgãos de proteção e defesa do consumidor emitam documento líquido, certo e exigível, e para sua inclusão no rol dos títulos executivos extrajudiciais.

**Parecer do Relator, Dep. Gean Loureiro, pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda nº 1/2011.**  
Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 1046/2011** – do Sr. Dr. Ubiali - Dispõe sobre o prazo de validade em pilhas e baterias e dá outras providências.

**Parecer do Relator, Deputado Carlinhos Almeida, pela aprovação, com emenda.**  
Encaminhado à CDEIC.

---

Em 28/09/11

**Projeto de Lei nº 5593/2009** – da Sra. Rose de Freitas - Acresce parágrafo único ao art. 84 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos, para autorizar a transferência de titularidade dos encargos que menciona, durante o período contratual.

**Parecer da Relatora, Deputada Ana Arraes, pela aprovação deste, e do PL 1352/2011, apensado, com substitutivo.**

Encaminhado à CTASP.

**Projeto de Lei nº 7409/2010** – do Sr. Fábio Faria - Dispõe sobre a obrigatoriedade das agências de automóveis, novos ou usados, informarem o valor dos tributos e eventuais multas para que o veículo possa circular livremente.

**Parecer do Relator, Deputado Valadares Filho, pela aprovação, com substitutivo e complementação de voto.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 786/2011** – do Sr. André Moura - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Explicação da Ementa:** Estabelece que o prazo de prescrição relativo à cobrança de dívida do consumidor tem início na data de vencimento da dívida sendo vedado qualquer atualização da data.

**Parecer do Relator, Deputado Deley, pela aprovação.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 1511/2011** – da Sra. Erika Kokay - Dispõe sobre a obrigatoriedade, para o fornecedor, de informar aos adquirentes, nas condições que especifica, os preços total e unitário dos produtos, quando ofertados em embalagens econômicas.

**Parecer do Relator Substituto, Deputado Ricardo Izar, pela aprovação, com substitutivo.**

Encaminhado à CCJC.

Em 05/10/11

**Projeto de Lei nº 376/2011** – da Sra. Nilda Gondim - Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulação de calibrador de pneus.

**Parecer do Relator, Deputado Deley, pela aprovação.**

Encaminhado à CDEIC.

Em 19/10/11

**Projeto de Lei nº 465/2011** – do Sr. Roberto Britto - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura do serviço móvel em chamadas roaming ao longo de estradas federais.

**Parecer do Relator, Deputado Wolney Queiroz, pela aprovação.**

Encaminhado à CCTCI.

**Projeto de Lei nº 1688/2011** – do Sr. Antônio Roberto - Acrescenta artigo ao Código de Defesa do Consumidor, tipificar a conduta de produzir, a importar e

---

comercializar brinquedos sem observar os imperativos de segurança estabelecidos pela autoridade competente.

**Parecer da Relatora, Deputada Iracema Portella, pela aprovação.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 1767/2011** - do Sr. Eli Correa Filho - Dispõe sobre a pesagem de produto pré-medido.

**Explicação da Ementa:** Para que os consumidores confirmem os pesos apresentados nas embalagens.

**Parecer da Relatora, Deputada Nilda Gondim, pela aprovação.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 1886/2011** – do Sr. Décio Lima - Obriga as salas de cinema, empresas que produzem e comercializam aparelhos de televisão, computadores e outros equipamentos que transmitam ou utilizem imagem em tecnologia 3D a alertarem sobre a possibilidade de danos à saúde pela sua utilização.

**Parecer do Relator, Deputado Gean Loureiro, pela aprovação.**

Encaminhado à CSSF.

Em 09/11/11

**Projeto de Lei nº 5995/2009** – do Sr. Antônio Bulhões - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para estender o direito de arrependimento ao consumidor que adquire produtos ou serviços, ou contrata o fornecimento deles, dentro do estabelecimento comercial.

**Parecer do Relator, Deputado Dimas Ramalho, pela aprovação deste, do PL 7194/2010, do PL 230/2011, e do PL 1845/2011, apensados, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2009 da CDC, da Emenda 2/2009 da CDC, da Emenda 1/2011 da CDC, e do PL 625/2011, apensado.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 1807/2011** – do Sr. Francisco Araújo - Acrescenta parágrafo ao art. 51 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir ao julgador declarar, de ofício, a nulidade das cláusulas abusivas.

**Parecer do Relator, Deputado Roberto Santiago, pela aprovação.**

Encaminhado à CCJC.

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 41/2011** – do Sr. Roberto Santiago - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a respeito de sua atuação regulatória e fiscalizatória sobre as operadoras de planos de saúde, em especial sobre o cumprimento de autorizações para a realização de cirurgias, exames e outros procedimentos e do prazo destes atendimentos aos usuários.

**Relatório Prévio do Relator, Deputado Carlos Sampaio, pela aprovação.**

Em 23/11/11

**Projeto de Lei nº 7476/2006** – do Poder Executivo - Dispõe sobre as prescrições médicas e odontológicas, em garantia do princípio da transparência e do direito do consumidor de medicamentos à informação.

---

**Parecer do Relator, Deputado Dimas Ramalho, pela rejeição do PL 4.365/2008, aprovação do PL 7.476/200, com emenda de relator e complementação de voto.**

Encaminhado à CSSF.

Em 30/11/11

**Projeto de Lei nº 851/2011** – do Sr. Geraldo Simões - Dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria prima nos produtos que especifica.

**Parecer do Relator, Deputado Wolney Queiroz, pela aprovação deste, e do PL 1533/2011, apensado, com substitutivo.**

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 1623/2011** – do Sr. Miriquinho Batista - Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação do prazo de validade dos produtos ou serviços colocados em promoção.

**Parecer do Relator, Deputado Francisco Araújo, pela aprovação, com substitutivo.**

Encaminhado à CCJC.

Em 07/12/11

**Projeto de Lei nº 1151/2011** – da Sra. Nilda Gondim - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, para definir regras sobre a oferta e apresentação de produtos ou serviços.

**Parecer do Relator, Deputado Augusto Coutinho, pela aprovação deste e dos PL's 1758/2011 e 1883/2011, apensados, com substitutivo.**

Encaminhado à CCJC.

Em 14/12/11

**Projeto de Lei nº 5533/2009** – do Sr. Lindomar Garçon - Dispõe sobre direitos dos passageiros no transporte coletivo rodoviário.

**Parecer do Relator, Deputado Otoniel Lima, pela aprovação deste e do PL 5791/2009, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5606/2009, apensado.**

Encaminhado à CCJC.

---

## 6.2. PROPOSIÇÕES REJEITADAS

Em 08/06/11

**Projeto de Lei nº 6063/2009** – do Sr. Beto Faro - Veda a cobrança de taxas pelas operadoras de cartão de crédito para transferência de pontos dos clientes para outros programas de fidelidade ou para recebimento de prêmios, no âmbito dos programas correspondentes.

Encaminhado à CCP para arquivamento.

**Projeto de Lei nº 7052/2010** – do Sr. Cleber Verde - Acrescenta o art. 37-A e 37 B na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre propaganda enganosa via internet, telemarketing enganoso, spams (mensagens não solicitadas), na publicidade de oferta de crédito ao consumidor em parcelas sem juros.

Encaminhado à CCP para arquivamento.

Em 29/06/11

**Projeto de Lei nº 4621/2009** – do Sr. Antonio Bulhões - Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre regras de validade de produtos colocados à venda ao consumidor.

Encaminhado à CCP para arquivamento.

Em 03/08/11

**Projeto de Lei nº 559/2011** – do Sr. Lindomar Garçon - Dispõe sobre a obrigatoriedade de laboratórios, hospitais e clínica odontológica credenciar no mínimo, três convênios de planos de saúde.

Encaminhado à CCSF.

Em 17/08/11

**Projeto de Lei nº 693/1999** – do Sr. João Henrique - Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, Lei do Inquilinato, nos dispositivos que menciona.

**Explicação da Ementa:** Extingue a exigência de fiador do contrato de locação e transferindo ao locador a responsabilidade de pagamento dos tributos do imóvel locado.

Encaminhado à CCJC.

**Projeto de Lei nº 649/2011** – do Sr. Neilton Mulim - Torna-se obrigatório o tabelamento de preços dos medicamentos genéricos.

Encaminhado à CSSF.

Em 14/09/11

**Projeto de Lei nº 7899/2010** – do Sr. Manoel Junior - Altera a redação do art. 30 da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, "que dispõe sobre o sistema de

---

consórcio", para determinar a devolução imediata dos valores pagos ao consorciado excluído.

Encaminhado à CFT.

**Projeto de Lei nº 1056/2011** - do Sr. Dr. Ubiali - Dispõe sobre o Serviço de Indenização ao Apostador - SIA e dá outras providências.

Encaminhado à CTASP.

Em 28/09/11

**Projeto de Lei nº 7854/11** – do Sr. Neilton Mulim - Institui a divulgação dos direito assegurados aos cidadãos nos respectivos ambientes e situações a que digam respeito, de forma clara e concisa.

Encaminhado à CCP para arquivamento.

Em 05/10/11

**Projeto de Lei nº 4383/01** – do Sr. Abelardo Lupion - Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação, nos rótulos das embalagens de café, da porcentagem de cada espécie vegetal de que se compõe o produto.

Encaminhado à CCJC.

Em 19/10/11

**Projeto de Lei nº 602/11** – do Sr. Laercio Oliveira - Autoriza o revendedor varejista de combustíveis a recarregar vasilhames de gás liquefeito de petróleo no estabelecimento denominado posto revendedor.

Encaminhado à CME.

Em 09/11/11

**Projeto de Lei nº 66/01** – do Sr. Otavio Leite - Determina que as empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura, ficam obrigadas a disponibilizar ao público grade de programação formatada numa específica sequência crescente de números identificadores de canais, e dá outras providências.

Encaminhado à CCTCI.

**Projeto de Lei nº 1512/2011** – da Sra. Eliane Rolim - Dispõe sobre o lançamento de modelos de veículos automotores produzidos por montadoras e fabricantes instalados no País.

Encaminhado à CDEIC.



---

### 6.3. PROPOSIÇÕES PELO ARQUIVAMENTO

Em 08/06/11

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 60/1997** – do Sr. Celso Russomano - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias fiscalize o Ministério da Aeronáutica, em sua atuação de controle dos procedimentos de manutenção de aeronaves, de segurança e de proteção ao voo.

**Relatório Final do Relator, Deputado Roberto Santiago, pelo arquivamento.**

Em 03/08/11

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 37/2000** – do Sr. Walter Pinheiro - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias fiscalize e investigue as atividades desenvolvidas pela empresa telefônica Telemar.

**Relatório Final do Relator, Deputado José Carlos Araújo, pelo arquivamento.**

**Proposta de Fiscalização e Controle nº 101/2005** – do Sr. Celso Russomano - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize ato de fiscalização e controle para verificar a regularidade dos processos de fusão das operadoras de TV paga Sky e DirecTV e da compra de parte da Net pela telefônica mexicana Telmex.

**Relatório Final do Relator, Deputado José Carlos Araújo, pelo encerramento e arquivamento.**

## 6.4. REQUERIMENTOS

No decorrer do ano de 2011, foram apresentados 90 requerimentos, a maioria solicitando a realização de Audiências Públicas. Também foram apresentados requerimentos solicitando a realização de seminários, a criação de subcomissões e o encaminhamento de Requerimento de Informação a diversos ministérios.

Foram realizadas 17 reuniões de Audiência Pública e sete reuniões de Audiência Pública conjuntamente com outros colegiados da Câmara dos Deputados.

Foram dois os seminários realizados, um conjuntamente com a Comissão de Finanças e Tributação.

Foi realizada, ainda, uma Mesa Redonda, com a participação do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para discutir as tarifas de energia elétrica e o PDC nº 10/2011.

Alguns requerimentos não constam do quadro abaixo, em virtude de terem sido retirados de tramitação.

Nº Req	Autor	Ementa	Andamento
1/2011	Weliton Prado	<i>“solicita que a Comissão realize audiência pública sobre as denúncias de fraudes e desvios do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores, DPVAT, a atuação das seguradoras, dos hospitais, de advogados, juízes e serventuários da justiça nos processos para pagamento do seguro”.</i>	<b>Apresentado em 02/03/2011</b> <b>Aprovado em 16/03/2011</b> , com a inclusão dos seguintes convidados: representante da Susep, da Líder Seguradora, da OAB, o Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, os Promotores do Ministério Público Federal e de Alagoas que participaram das investigações e o jornalista da Tribuna de Minas. <b>Não realizada</b>
2/2011	Weliton Prado	<i>“solicita que a Comissão realize audiência pública com o objetivo de conhecer a proposta do governo federal para um Plano Nacional de Banda Larga, com o objetivo de reduzir o preço dos serviços de internet banda larga no país, ampliando, até 2014, a oferta de acessos à internet e a capacidade da infraestrutura de telecomunicações do país devido à reativação da Telebrás”.</i>	<b>Apresentado em 02/03/2011</b> <b>Aprovado em 16/03/2011</b> <b>Realizada em 27/04/2011</b>
3/2011	Chico Lopes	<i>“requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor para discutir a qualidade do serviço de telefonia móvel”.</i>	<b>Apresentado em 02/03/2011</b> <b>Aprovado em 16/03/2011</b> <b>Realizada em 23/03/2011</b>

4/2011	Roberto Santiago	<i>“requer, em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, a realização de reunião de audiência pública para avaliação das conquistas obtidas pelos consumidores e debater proposta de reformulação do CDC em curso no Senado Federal”.</i>	<p><b>Apresentado em 11/03/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 16/03/2011</b>, com a inclusão do Ministro Herman Benjamin, da senhora Claudia Lima Marques e do Presidente do Inmetro, e com a alteração para audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor do Senado Federal.</p> <p><b>Realizada em 13/04/2011</b></p>
5/2011	Carlos Sampaio	<i>“solicita a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor - CDC e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTI, para ouvir o presidente da ANATEL (ou pessoa por ele designada) e os Presidentes das empresas de telefonia móvel celular Claro, TIM, Vivo e Oi, para fins de prestarem esclarecimentos sobre o aumento no número de reclamações acerca da má qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas de telefonia móvel no Estado do Amazonas”.</i>	<p><b>Apresentado em 11/03/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 16/03/2011</b>, com a alteração da Audiência Pública de conjunta para exclusiva da Comissão de Defesa do Consumidor e da retirada do tema referente às reclamações dos serviços das empresas de telefonia móvel no Estado do Amazonas</p> <p><b>Realizada em 23/03/2011</b></p>
6/2011	Nelson Marquezelli e Weliton Prado	<i>“requer nos termos regimentais, sejam constituídas subcomissões”.</i>	<b>Apresentado em 15/03/2011</b>
7/2011	Weliton Prado e Eduardo da Fonte	<i>“requer seja realizada reunião de audiência pública nesta Comissão para discutir a realização das cirurgias bariátricas e dos seus riscos para os consumidores brasileiros”.</i>	<p><b>Apresentado em 15/03/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 23/03/2011</b> como Audiência conjunta com CSSF.</p> <p><b>Não realizada</b></p>
8/2011	Filipe Pereira	<i>“requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano para o esclarecimento e a superação dos problemas denunciados pelo Jornal Correio Braziliense, sobre o Programa de Habitação de Interesse Social - PSH e o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV”.</i>	<p><b>Apresentado em 16/03/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 23/03/2011</b> retirando o art. 50 da fundamentação do requerimento.</p> <p><b>Não realizada</b></p>

9/2011	Valadares Filho e Maurício Quintella Lessa	<i>“requer a realização de Audiência Pública para debater a gestão do setor elétrico e a atuação da ANEEL”.</i>	<p><b>Apresentado em 22/03/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 23/03/2011</b> com inclusão do Sr. Maurício Tolmasquin, Presidente Empresas de Pesquisa Energética, Procurador Antônio Baeta e Presidente da Federação Nacional dos Eletricitários.</p> <p><b>Realizada em 06/04/2011</b></p>
10/2011	Eli Correa Filho	<i>“requer a realização de Audiência Pública a fim de debater dispositivos que delimitam o período do dia ou data e horário para a entrega de produtos ou prestação de serviços ao consumidor – Lei da Entrega”.</i>	<p><b>Apresentado em 23/03/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 06/04/2011</b>, com a inclusão dos convidados: - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça - Juliana Pereira da Silva; Associação Nacional dos Procons – Antônio Caldas Brito; Procon – SP - Paulo Arthur Lencioni Góes; Procon – MS – Lamartine Santos Ribeiro; Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico de São Paulo - Leonardo Palhares; FECORMÉRCIO de São Paulo - Abram Szajman; Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - José Paulo Dornelles Cairoli; Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – Facesp - Rogério Pinto Coelho Amato; Procuradoria Geral da República - Antonio Fonseca; Promotoria de Justiça do Consumidor do Ministério Público do Estado SP; PROTESTE – MARIA INES DOLCI; IDEC - Marilena Lazzarini; Deputada Estadual de São Paulo – Vanessa Damo (PMDB) – autora da Lei da Entrega/ SP; OAB NACIONAL – presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor – Hércules Saraiva do Amaral.</p> <p><b>Realizada em 11/05/2011</b></p>

11/2011	<b>Ricardo Izar e Sarney Filho</b>	<i>“requerem a realização de Audiência Pública para discutir a situação em que se encontra o Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, em São Luís do Maranhão”.</i>	<p><b>Apresentado em 05/04/2011</b>  <b>Aprovado em 06/04/2011</b>, com a ampliação do tema para o âmbito nacional.</p> <p><b>Realizada em 27/04/2011</b></p>
12/2011	<b>Dimas Ramalho</b>	<i>“requer que esta Comissão encaminhe Requerimento de Informação ao Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil solicitando informações relativas às “taxas de conforto” cobradas pelas companhias aéreas”.</i>	<p><b>Apresentado em 05/04/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 06/04/2011</b>, com a inclusão de realização de Audiência Pública, por sugestão do Dep. José Carlos Araújo, com a presença dos dirigentes das principais empresas de transportes aéreos, do Depto. de Defesa do Consumidor - DPDC, da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac e, por sugestão escrita apresentada pelo Dep. Nelson Markezelli, de inclusão do Idec e da Infraero e ampliação do tema para debater as questões relativas à aviação civil brasileira e os problemas relacionados à prestação de serviços de transporte aéreo e da insuficiência do número de vôos para o nordeste do país.</p> <p><b>Requerimento de Informação nº 476/11</b></p> <p><b>Realizada conjuntamente com a CTD em 18/05/2011 (1ª parte)</b></p> <p><b>Realizada conjuntamente com a CTD em 01/06/2011 (2ª parte)</b></p>
13/2011	<b>Roberto Santiago</b>	<i>“requer a realização de reunião de audiência pública para discussão do pós-venda de aparelhos de telefonia móvel celular”.</i>	<p><b>Apresentado em 05/04/2011</b>  <b>Aprovado em 06/04/2011</b>  <b>Realizada em 04/05/2011</b></p>
14/2011	<b>Dimas Ramalho</b>	<i>“requer a realização de reunião de Audiência Pública para discussão sobre ressarcimento dos Planos de Saúde ao SUS”.</i>	<p><b>Apresentado em 08/04/2011</b>  <b>Aprovado em 04/05/2011</b>  <b>Realizada conjuntamente com a CSSF e a CTASP em 10/05/2011</b></p>

15/2011	Dimas Ramalho	<i>“requer que esta Comissão realize audiência pública sobre a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na fiscalização das operadoras de planos de saúde”.</i>	<p><b>Apresentado em 13/04/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 13/04/2011</b>, com a inclusão de um representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, um representante da Susep, realização em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família e com a ampliação do tema para incluir as autorizações de reajustes aplicados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.</p> <p><b>Realizada conjuntamente com a CSSF e a CTASP em 10/05/2011</b></p>
16/2011	Roberto Santiago	<i>“requer a realização de reunião de audiência pública para discussão do atendimento nos órgãos públicos, serviços de saúde, escolas, correios, cartórios e outros aos consumidores portadores de deficiência auditiva ou surdas”.</i>	<p><b>Apresentado em 13/04/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 13/04/2011</b></p> <p><b>Realizada em 25/05/2011</b></p>
17/2011	César Halum	<i>“requer a realização de Audiência Pública para tratar dos aumentos sucessivos do preço dos combustíveis em todo território nacional”.</i>	<p><b>Apresentado em 19/04/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b> para realização simultânea com a audiência proposta pelo requerimento n.º 27/2011.</p> <p><b>Não realizada</b></p>
18/2011	Nelson Marquezelli	<i>“requer a realização de audiência pública para discutir a necessidade de medidas protetivas aos consumidores de planos de saúde coletivos, administrados por entidades de classe, associações e assemelhados”.</i>	<p><b>Apresentado em 27/04/11</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/11</b>, para realização conjunta com comissão de Seguridade Social e Família e simultânea com a audiência proposta pelo Requerimento n.º 14/2011.</p> <p><b>Realizada conjuntamente com a CSSF e CTASP em 10/05/2011</b></p>

19/2011	<b>César Halum e Moreira Mendes</b>	<i>“requerem a realização de audiência pública para discutir os procedimentos aplicados pela ANAC e INFRAERO junto às companhias aéreas, com vista à demanda doméstica atual, Copa do Mundo de futebol e Jogos Olímpicos”.</i>	<p><b>Apresentado em 27/04/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b> a ser conjunta com Comissões de Turismo e Desporto e Viação e Transportes.</p> <p><b>Realizada em 18/05/11 (1ª parte) e em 01/06/11 (2ª parte)</b></p>
20/2011	<b>Roberto Santiago</b>	<i>“requer a convocação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República para prestar esclarecimentos sobre questões relativas à aviação civil brasileira, entre outras”.</i>	<p><b>Apresentado em 27/04/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 28/04/2011 com alteração para convite.</b></p> <p><b>Marcada para 18/05/2011</b></p> <p><b>Realizada conjunta com a CTD em 18/05/11 (1ª parte)</b></p> <p><b>Realizada conjunta com a CTD em 01/06/11 (2ª parte)</b></p>
21/2011	<b>Chico Lopes</b>	<i>“requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor para discutir a possível transferência da gestão dos terminais aeroportuários para iniciativa privada”.</i>	<p><b>Apresentado em 27/04/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b></p> <p><b>Realizada conjunta com a CTD em 18/05/11 (1ª parte)</b></p> <p><b>Realizada conjunta com a CTD em 01/06/11 (2ª parte)</b></p>
22/2011	<b>Roberto Santiago</b>	<p><i>“requer a inclusão de convidado na reunião de audiência pública para discussão do pós-venda de aparelhos de telefonia celular, de que trata o Requerimento nº. 13/2011”.</i></p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 13/2011</b></p>	<p><b>Apresentado em 29/04/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b>, com a inclusão dos seguintes convidados: José Augusto de Souza Peres Filho, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON e Dario Bampa, Superintendente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Elétrica e Eletrônica - Abinee.</p> <p><b>Realizada em 04/05/2011</b></p>
23/2011	<b>Roberto Santiago</b>	<p><i>“requer a inclusão de convidado para a Reunião de Audiência Pública de que trata o Requerimento nº 16/2011”.</i></p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 16/2011</b></p>	<p><b>Apresentado em 02/05/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b></p> <p><b>Realizada em 25/05/11</b></p>

24/2011	Chico Lopes	<i>“requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2011, que susta os efeitos do ato da diretoria da ANEEL que negou o direito dos consumidores brasileiros de serem ressarcidos por erro da metodologia de cálculo que elevou ilegalmente as tarifas de energia elétrica e obrigar as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica a restituir o que receberam indevidamente dos consumidores no período de 2002 a 2009. Junto com o req. 26/2011”.</i>	<p><b>Apresentado em 03/05/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b> para realização simultânea com o requerimento n.º 26/2011 e com inclusão da associação brasileira das distribuidoras de energia elétrica.</p> <p><b>Realizada a Mesa Redonda em 15/06/2011</b></p>
25/2011	Chico Lopes	<i>“requer ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados formação de Grupo de Trabalho para tratar e debater questões referentes às tarifas e a qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica no país”.</i>	<p><b>Apresentado em 03/05/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b> e subscrito pelo Deputado Weliton Prado.</p>
26/2011	Chico Lopes	<i>“requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor para apresentação do desenvolvimento dos estudos realizados pela ANEEL para reformulação e aprimoramento da metodologia do cálculo para o 3º ciclo da revisão tarifária de energia elétrica”.</i>	<p><b>Apresentado em 03/05/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b>, para realização simultânea com o requerimento n.º 24/2011 e subscrito pelo Deputado Weliton Prado.</p> <p><b>Realizada a Mesa Redonda em 15/06/2011</b></p>
27/2011	Chico Lopes e Perpétua Almeida	<i>“requerem a realização de audiência pública com a presença do excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, para debater e esclarecer os recentes aumentos nos preços dos combustíveis no Brasil”.</i>	<p><b>Apresentado em 03/05/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 04/05/2011</b>, para realização simultânea com a audiência proposta pelo requerimento n.º 17/2011.</p> <p><b>Não realizada</b></p>
28/2011	Roberto Santiago	<i>“requer a realização do Seminário: Propostas para um Sistema Financeiro Cidadão”.</i>	<p><b>Apresentado em 10/05/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 11/05/2011</b></p> <p><b>Realizada em 24/08/2011</b></p>



<b>29/2011</b>	<b>Nelson Marquezelli</b>	<i>“requer a realização de audiência pública para discutir o processo de privatização das Rodovias Federais do Brasil e o desequilíbrio econômico-financeiros dos contratos de concessão de rodovias firmados na década de 90”.</i>	<b>Apresentação em 11/05/2011</b> <b>Retirado de Tramitação em 08/06/2011</b>
<b>30/2011</b>	<b>Gean Loureiro</b>	<i>“requer a realização de Audiência Pública para o debate sobre a uniformização do tempo de atendimento dos clientes nas Instituições Bancárias em todo o Território Nacional”.</i>	<b>Apresentado em 12/05/2011</b> <b>Aprovado em 25/05/11</b> com a inclusão dos dirigentes das Instituições Bancárias. <b>Realizada em 09/08/2011</b>
<b>31/2011</b>	<b>Roberto Santiago</b>	<i>“solicita seja convidado o Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Senhor Presidente do Grupo AES Eletropaulo, o Senhor Presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, o Senhor Diretor-Executivo da Fundação PROCON, a Senhora Diretora-Executiva da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PROTESTE, a Senhora Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC a comparecer a esta Comissão para expor sobre os serviços da Eletropaulo na região metropolitana de São Paulo e discutir o sistema de pagamento de energia pré-paga”.</i>	<b>Apresentado em 17/05/2011</b> <b>Aprovado em 25/05/2011</b> <b>Realizada em 06/07/2011</b>
<b>32/2011</b>	<b>Roberto Santiago</b>	<i>“requer a realização de reunião de audiência pública para discutir a redução do valor da assinatura básica da telefonia fixa”.</i>	<b>Apresentado em 19/05/2011</b> <b>Aprovado em 25/05/2011</b> <b>Realizada em 14/06/2011</b>
<b>33/2011</b>	<b>Walter Ihoshi</b>	<i>“requer a realização de uma audiência pública para tratar da PFC 10 de 2003 "que propõe que esta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, Fiscalize denúncias em relação aos procedimentos administrativos das Empresas Administradoras de Cartão de Crédito”.</i>	<b>Apresentação em 23/05/2011</b> <b>Aprovado em 25/05/2011</b> com a inclusão da Sra. Walquíria Quixadá, Procuradora Regional da República. <b>Realizada em 08/06/2011</b>

34/2011	Dimas Ramalho	<i>"requer a realização de Audiência Pública para tratar de questões relativas a cobranças indevidas de tarifas bancárias por parte das instituições financeiras que menciona".</i>	<p><b>Apresentado em 31/05/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 08/06/2011</b> com a inclusão do Presidente da Febraban e da realização conjunta com o Requerimento 39/2011</p> <p><b>Realizada em 25/10/11</b></p>
36/2011	Otoniel Lima	<i>"requer realização de Audiência Pública para esclarecimento sobre o sistema de televisão por assinatura e suas tecnologias no Brasil".</i>	<p><b>Apresentado em 07/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 08/06/2011</b></p> <p><b>Realizada em 27/09/2011</b></p>
38/2011	Nelson Marquezelli e Cesar Halum	<i>"requerem a realização de audiência pública para discutir o processo de privatização das Rodovias Federais do Brasil e os contratos de concessão de rodovias firmados na década de 90".</i>	<p><b>Apresentado em 07/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 08/06/2011</b> com a inclusão do Sr. José Alexandre Rezende, ex-presidente da ANTT, da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Associação Nacional dos Caminhoneiros.</p> <p><b>Não realizada</b></p>
39/2011	Nelson Marquezelli	<i>"requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Presidente do Banco Santander, Dr. Maciel Angel Portela Alvarez, do Presidente do Banco Itaú, Dr. Roberto Egydio Setubal e do Dr. Cláudio Gheventer, Procurador da República no Rio de Janeiro, para falarem sobre as recomendações oriundas de Inquérito Civil Público da procuradoria da República aos bancos Santander e Itaú Unibanco para que devolvam aos clientes R\$ 430 milhões, ao todo, obtidos com tarifas cobradas indevidamente entre 2008 e 2010".</i>	<p><b>Apresentado em 07/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 08/06/2011</b> incluindo o Presidente da Febraban e para realização conjunta com o req. 39/2011</p> <p><b>Realizada em 25/10/11</b></p>

40/2011	Ricardo Izar	<i>"requer a realização de Audiência Pública para tratar questões relativas à falta de energia elétrica no estado de São Paulo".</i>	<p><b>Apresentado em 10/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 29/06/2011</b></p> <p><b>Realizada em 06/07/2011</b></p>
41/2011	Reguffe e Ivan Valente	<i>"requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para discutir as implicações para os consumidores brasileiros da fusão entre a Sadia e a Perdigão e a criação da Brasil Foods - BRF".</i>	<p><b>Apresentado em 14/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 15/06/2011</b> com a alteração do nome do convidado, visto que, estando impedido o relator do processo, senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, fica automaticamente convidado o procurador geral do Cade</p> <p><b>Realizada em 12/07/2011</b></p>
42/2011	Chico Lopes	<i>"requer a realização de Seminário da Comissão de Defesa do Consumidor para debater o Papel das Agências Reguladoras no Brasil".</i>	<p><b>Apresentado em 14/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 29/06/2011</b> com a inclusão de representante do fórum das agências reguladoras, Anna Flávia de Senna Franco.</p> <p><b>Realizado em 26/10/2011</b></p>
43/2011	Valadares Filho	<i>"requer a realização de audiência pública para debater a qualidade do atendimento aos usuários de planos de saúde, com a participação de entidades de defesa do consumidor, representantes das operadoras de planos de saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar".</i>	<p><b>Apresentado em 14/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 29/06/2011</b> com a inclusão de representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e da Superintendência de Seguros Privados – Susep.</p> <p><b>Realizada em 13/09/11</b></p>
44/2011	Dimas Ramalho	<i>"requer que esta Comissão encaminhe Requerimento de Informação ao Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, presidente da ANATEL solicitando informações relativas a cobranças indevidas de telefonia fixa".</i>	<p><b>Apresentado em 15/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 29/06/2011</b></p> <p>Aprovado o encaminhamento para o ministro das comunicações, Paulo Bernardo.</p> <p><b>Requerimento de Informação nº 763/11</b></p>
45/2011	Comissão de Legislação Participativa (SUG 247/2010)	<i>"requer a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema: "Criação de Procons."</i>	<p><b>Apresentado em 16/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 29/06/2011</b></p> <p><b>Não realizada</b></p>

<b>46/2011</b>	<b>Otoniel Lima</b>	<p><i>"requer a adição do Sr. Adir de Souza Matos - Diretor de Relações Institucionais SKY na audiência pública aprovada pelo requerimento nº 36/2011"</i></p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 36/2011</b></p>	<p><b>Apresentado em 16/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 29/06/2011</b> com a inclusão da net tv e embratel entre os convidados.</p> <p><b>Realizada em 27/09/2011</b></p>
<b>47/2011</b>	<b>Walter Ihoshi</b>	<p><i>"solicita que seja incluído convidado para participar da Audiência Pública para tratar do esclarecimento sobre o sistema de televisão por assinatura e suas tecnologias no Brasil".</i></p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 36/2011</b></p>	<p><b>Apresentado em 28/06/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 03/08/2011</b></p> <p><b>Realizada em 27/09/2011</b></p>
<b>48/2011</b>	<b>Dimas Ramalho e outros</b>	<p><i>"requerem a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para discutir as implicações para os consumidores brasileiros decorrentes da fusão das redes Carrefour e Pão de Açúcar".</i></p>	<p><b>Apresentado em 29/06/2011</b></p> <p><b>Prejudicado em 03/08/2011</b></p> <p><b>Retirada de tramitação em 10/08/2011</b></p>
<b>49/2011</b>	<b>Reguffe e outros</b>	<p><i>"solicitam seja convocado o Senhor Ministro da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos sobre o financiamento da operação de fusão das redes Carrefour e Pão de Açúcar, com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES".</i></p>	<p><b>Apresentado em 29/06/2011</b></p> <p><b>Prejudicado em 03/08/2011</b></p>
<b>50/2011</b>	<b>Augusto Coutinho</b>	<p><i>"solicita a realização de Audiência Pública com representantes dos setores da sociedade civil e da iniciativa privada, para discutir os impactos da concentração geográfica no mercado consumidor varejista brasileiro, em decorrência das fusões Casas Bahia e do Ponto Frio / Pão de Açúcar e Carrefour, na formação de um possível monopólio controlado pela holding GAMA".</i></p>	<p><b>Apresentado em 29/06/2011</b></p> <p><b>Prejudicado em 03/08/2011</b></p>

51/2011	<b>Augusto Coutinho</b>	<i>“requer o convite ao Presidente do BNDES para prestar esclarecimentos sobre aporte de recursos à holding GAMA, na viabilização da fusão Pão de Açúcar Carrefour”.</i>	<b>Apresentado em 29/06/2011</b> <b>Prejudicado em 03/08/2011</b>
52/2011	<b>Carlos Sampaio e Nelson Marchezan Junior</b>	<i>“requerem a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor sobre a prestação de serviço das teles”.</i>	<b>Apresentado em 30/06/2011</b> <b>Aprovado em 03/08/2011</b> <b>Realizada em 27/09/2011</b>
53/2011	<b>Antonio Carlos Magalhães Neto</b>	<i>“solicita realização de Audiência Pública para ouvir os Srs. Rogério L. Furquim Werneck, Professor Titular do Departamento de Economia da PUC-RJ, e Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a fim de prestarem esclarecimentos quanto ao apoio financeiro governamental a corporações do setor de comércio varejista”.</i>	<b>Apresentado em 30/06/2011</b> <b>Prejudicado em 03/08/2011</b>
54/2011	<b>Antonio Carlos Magalhães Neto</b>	<i>“solicita a convocação do Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel, a fim de prestar esclarecimentos quanto ao apoio financeiro governamental a corporações do setor de comércio varejista”.</i>	<b>Apresentado em 30/06/2011</b> <b>Prejudicado em 03/08/2011</b>
55/2011	<b>Roberto Santiago</b>	<i>“requer a inclusão de convidado para participar da Audiência Pública destinada a discutir a fusão Sadia-Perdigão e a criação da Brasil Foods – BRF”.</i>	<b>Apresentado em 05/07/2011</b> <b>Realizada em 12/07/2011</b>
56/2011	<b>Weliton Prado</b>	<i>“requer seja realizada audiência pública nesta Comissão para discutir as denúncias de que a Tim - Telecom Itália Mobile - teria ampliado sua base de usuários no estado de Minas Gerais, e em outros estados brasileiros, sem infraestrutura para garantir atendimento de qualidade aos novos e antigos clientes”.</i>	<b>Apresentado em 06/07/2011</b> <b>Aprovado em 03/08/2011</b> <b>Não realizada</b>

57/2011	Roberto Santiago	<i>“requer a realização de reunião de audiência pública conjunta para discutir a participação do BNDES na Eletropaulo”.</i>	<p><b>Apresentado em 07/07/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 17/08/2011</b></p> <p><b>Realizada em 04/10/2011</b></p>
58/2011	Aureo	<i>“requer sejam convidados o Sr. JERSON KELMAN (Presidente da LIGHT), o Sr. NELSON BÜBNER (Diretor-Geral da ANEEL), o Sr. CARLOS ALBERTO CACAU DE BRITO (Coordenador do PROCON/RJ), o Sr. Promotor RODRIGO TERRA (Ministério Público Estadual), o representante do Tribunal de Contas da União, o representante do Ministério Público Federal e o representante da Controladoria Geral da União, para prestarem esclarecimentos acerca da explosão de bueiros, conforme matéria veiculada no Jornal O GLOBO, DE 06/07/2011, página 14, intitulada SUBSOLO EXPLOSIVO”.</i>	<p><b>Apresentado em 07/07/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 03/08/2011</b> com a inclusão da CEGRIO - Cia. Estadual do Gás.</p> <p><b>Realizada em 23/08/2011</b></p>
59/2011	Valadares Filho	<i>“requer que esta Comissão encaminhe Requerimento de Informação ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre medicamentos falsificados”.</i>	<p><b>Apresentado em 12/07/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 03/08/2011</b></p> <p><b>Req. Inf. Nº 958/2011</b></p>
60/2011	Ricardo Izar	<i>“requer a realização de Audiência Pública para tratar questões relativas às barreiras comerciais sobre tubos de aço carbono, até 5 polegadas, sem costura provenientes da República Popular da China”.</i>	<p><b>Apresentado em 03/08/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 03/08/2011</b></p> <p><b>Realizada em 30/08/2011</b></p>
61/2011	Reguffe e outros	<i>“requer a realização de Audiência Pública para debater a política de financiamentos e as diretrizes de fomento aplicadas pelo Sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”.</i>	<p><b>Apresentado em 03/08/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 03/08/2011</b></p> <p><b>Realizada em 04/10/2011</b></p>
62/2011	Valadares Filho	<p><i>“requer a inclusão de convidado para participar da Audiência Pública que debaterá a qualidade do atendimento aos usuários de planos de saúde”.</i></p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 43/2011</b></p>	<p><b>Apresentado em 04/08/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 10/08/2011</b></p> <p><b>Realizada em 13/09/2011</b></p>

63/2011	Weliton Prado	<i>“requer seja realizada reunião de audiência pública nesta Comissão para discutir a situação do Instituto do Coração de São Paulo (INCOR)/Fundação Zerbini”.</i>	<b>Apresentado em 04/08/2011</b> <b>Aprovado em 10/08/2011</b> <b>Não realizada</b>
64/2011	Dimas Ramalho	<i>“requer a retirada de tramitação do REQ 48/2011”.</i>	<b>Apresentado em 08/08/2011</b> <b>Arquivada em 10/08/2011</b>
65/2011	José Carlos Araújo	<i>“requer a realização de audiência pública para discutir a atuação da empresa de informações de crédito Serasa Experian, o comportamento do consumidor diante da expansão do mercado de crédito e seus reflexos, sendo convidados para tal fim o presidente da empresa, a diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e representante do Ministério da Fazenda”.</i>	<b>Apresentado em 08/08/2011</b> <b>Aprovado em 10/08/2011</b> <b>Não realizada</b>
66/2011	Reguffe e Ivan Valente	<i>“requer a convocação do Ministro de Estado do Ministério do Turismo, Sr. Pedro Novais Lima, para prestar esclarecimentos ao Plenário desta Comissão sobre irregularidades constatadas em convênios de qualificação, no âmbito do Ministério do Turismo”.</i>	<b>Apresentado em 09/08/2011</b> <b>Aprovado em 10/08/2011</b> <b>Realizada em 17/08/2011</b>
67/2011	Eli Correa Filho	<i>“solicita a inclusão de convidado para Participar da Audiência Pública para tratar do esclarecimento sobre o sistema de televisão por assinatura e suas tecnologias no Brasil”.</i>  <b>Adendo ao Requerimento nº 36/2011</b>	<b>Apresentado em 09/08/2011</b> <b>Aprovado em 10/08/2011</b> <b>Realizada em 27/09/2011</b>
68/2011	Ricardo Izar	<i>“requer a realização do Seminário: Proposta para um Sistema de Construções Sustentáveis”.</i>	<b>Apresentado em 10/08/2011</b> <b>Aprovado em 17/08/2011</b> com a inclusão da Frente Parlamentar da Habitação e Desenvolvimento Urbano, da Frente Parlamentar Ambientalista e da ABCIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. <b>Não realizada</b>
69/2011	Carlinhos Almeida	<i>“requer inclusão da CONTRAF - CUT, como convidada ao Seminário sobre o Sistema Financeiro Cidadão”.</i>	<b>Apresentado em 11/08/2011</b> <b>Aprovado em 17/08/2011</b> <b>Realizada em 24/08/2011</b>

70/2011	Cláudio Puty	<i>“requer a realização de Seminário no Estado do Pará, com representantes de organizações governamentais e não governamentais, para debater a atuação, o desempenho e o funcionamento da Centrais Elétricas do Pará – CELPA”.</i>	<b>Apresentado em 18/08/2011</b> <b>Aprovado em 31/08/2011</b> <b>Não realizada</b>
71/2011	Roberto Santiago	<i>Requer a realização de reunião de audiência pública para discutir a hiperconcentração no mercado varejista.</i>	<b>Apresentado em 25/08/2011</b> <b>Aprovado em 31/08/2011</b> <b>Não realizada</b>
72/2011	Roberto Santiago	<i>Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de lei nº 7.137, de 2002, que "altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a ela pertinentes", e seus apensos.</i>	<b>Apresentado em 30/08/2011</b> <b>Aprovado em 31/08/2011</b> <b>Não realizada</b>
73/2011	Aureo	<i>Requer sejam convidados a doutora Lígia Bahia (vice-presidente da Associação Brasileira da Saúde Coletiva - ABRASCO), o Sr. Mário Scheffer (Departamento de Medicina Preventiva - Faculdade de Medicina da USP), o Sr. Mauricio Ceschin (Diretor-Presidente da ANS), o Sr. Leandro Reis Tavares (Diretor de Normas e Habilitação de Operadoras - ANS), o Sr. Eduardo Sales (Diretor de Fiscalização - ANS), o Sr. Dagoberto José Steinmeyer Lima (representante da Associação Brasileira de Medicina de Grupo - ABRAMGE), o representante da FENASEG, o representante das operadoras de plano de saúde: Amil; Bradesco Seguro Saúde; Golden Cross; Sulamérica Seguro Saúde; e Unimed, o representante do IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, o representante do PROCON/SP, o representante do PROCON/RJ, o representante do Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos quanto à exclusão do tratamento dos dependentes químicos por parte dos planos de saúde.</i>	<b>Apresentado em 31/08/2011</b> <b>Retirado de tramitação em virtude da apresentação do Requerimento nº 79/2011.</b>



74/2011	César Halum	<p><i>Requer a realização de Audiência Pública, com o Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany's, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Sr. Constantino de Oliveira Jr., Presidente da GOL Transportes Aéreos S/A, Sr. Líbano Miranda Barroso, Presidente da TAM Linhas Aéreas, S/A e representante do Ministério Público Federal, para discutirem as regras de proteção ao consumidor no que se refere a cobrança das tarifas de renegociação das passagens em caso de desistência de viagem ou de alteração de data.</i></p>	<p><b>Apresentado em 14/09/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 28/09/2011</b></p> <p><b>Não realizada</b></p>
75/2011	Gean Loureiro	<p><i>Requer a realização de Audiência Pública para o debate sobre o Projeto de Lei nº 720, de 2011, que dispõe sobre a vedação da chamada "tarifa amarela" na cobrança da tarifa de energia elétrica.</i></p>	<p><b>Apresentado em 20/09/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 05/10/2011</b> com a inclusão dos representantes dos órgãos de defesa dos consumidores e dos trabalhadores (Idec e Sindieleiro).</p> <p><b>Não realizada</b></p>
76/2011	Walter Ihoshi	<p><i>Requer a realização de uma audiência pública para tratar "Do decreto 7.567 de 15 de setembro de 2011, que aumenta o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), de carros importados.</i></p>	<p><b>Apresentado em 20/09/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 05/10/2011</b> com a inclusão de representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e do Sindipeças - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores.</p> <p><b>Não realizada</b></p>
78/2011	José Carlos Araújo	<p><i>Requer seja incluído na relação dos convidados a serem ouvidos em reunião de Audiência Pública nesta Comissão, em adendo ao Requerimento nº 72, de 2011, o Sr. Luiz Otávio Vieira de Souza, Diretor do Grupo Multiplan, para também discutir o tema objeto Projeto de Lei nº 7.137, de 2002.</i></p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 72/2011</b></p>	<p><b>Apresentado em 04/10/2011</b></p> <p><b>Aprovado em 05/10/2011</b></p> <p><b>Não realizada</b></p>

80/2011	Aureo	<p>Requer sejam convidados o Sr. Marcio Seroa Coriolano (Presidente da Federação Nacional de Saúde - FenaSaúde), o Sr. Arlindo de Almeida (Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo - ABRAMGE), Sr. Eudes de Freitas Aquino, (Presidente da Unimed do Brasil), a Sra. Denise Rodrigues Eloi de Brito, (Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS) Sr. Fabiano de Moraes (representante do Ministério Público Federal), para prestarem esclarecimentos quanto à exclusão do tratamento dos dependentes químicos por parte dos planos de saúde</p>	<p><b>Apresentado em 05/10/2011</b>  <b>Aprovado em 19/10/2011</b>  <b>Não realizada</b></p>
81/2011	Carlos Sampaio	<p>Requer que seja incluído na relação dos convidados a serem ouvidos em reunião de Audiência Pública nesta Comissão, em adendo ao Requerimento Nº 72, de 2011, o Sr. Fernando Sérgio Piffer, Diretor da Associação Comercial e Industrial de Campinas e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campinas, para também discutir o tema do objeto do Projeto de Lei Nº 7.137, de 2002.</p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 72</b></p>	<p><b>Apresentado 14/10/2011</b>  <b>Aprovado em 09/11/2011</b>  <b>Não realizada</b></p>
82/2011	Walter Ihoshi	<p>Solicita que seja incluído como convidado para participar da Audiência Pública para discutir o PL 7.137, de 2002 que "altera a Lei nº. 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a ela pertinentes", e seus apensos.</p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 72/2011</b></p>	<p><b>Apresentado em 18/10/2011</b>  <b>Aprovado em 19/10/2011</b>  <b>Não realizada</b></p>
83/2011	José Carlos Araújo	<p>Requer Audiência Pública para ouvir o presidente da empresa de telefonia móvel celular Vivo e o presidente da ANATEL, ou o diretor competente por ele designado, para fins de prestarem esclarecimentos acerca da queda de qualidade dos serviços oferecidos pela citada empresa no Brasil, em particular no Estado da Bahia.</p> <p><b>Adendo ao Requerimento nº 52/2011</b></p>	<p><b>Apresentado em 18/10/2011</b>  <b>Aprovado em 19/10/2011</b>  <b>Realizada em 22/11/2011</b></p>

84/2011	Francisco Araújo	<i>Audiência Pública com a presença da Anatel, Sinditelebrasil, Procon e Idec para expor acerca da cobrança na conta telefônica, em acréscimo ao valor da tarifa definida pela Agência Nacional de Telecomunicações, de Tributos devidos pela concessionária de telefonia.</i>	<b>Apresentado em 20/10/2011</b> <b>Aprovado em 09/11/2011</b> <b>Não realizada</b>
85/2011	Augusto Coutinho	<i>Solicita a realização de Audiência Pública, com a presença dos Srs. Júlio Ferraz Arcoverde - Diretor do DENATRAN, Jayme Brasil Garfinkel - Presidente da Fenaseg, e José Alves Bezerra - Diretor-geral do DETRAN-DF, para prestar informações quanto à taxa de registro do contrato de financiamento de veículos, bem como esclarecer as denúncias publicadas em matéria veiculada pela revista Época de 31/10/2011, envolvendo a cobrança do referido tributo.</i>	<b>Apresentado em 01/11/2011</b> <b>Aprovado em 09/11/2011</b> <b>Não realizada</b>
86/2011	Weliton Prado	<i>Requer seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir as alterações aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para definição das tarifas de energia, com a inclusão dos componentes de eficiência das distribuidoras, nível de investimentos e qualidade dos serviços das empresas, o que poderá produzir efeitos positivos aos consumidores com a redução na conta de luz e melhorias de atendimento.</i>	<b>Apresentado em 24/11/2011</b> <b>Aprovado em 30/11/2011</b> com a inclusão da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee. <b>Não realizada</b>
87/2011	José Carlos Araújo, Roberto Santiago e César Halum	<i>Requerem a convocação do Ministro de Estado das Comunicações, senhor Paulo Bernardo Silva, para, juntamente com os demais convidados mencionados, participar de reunião de Audiência Pública nesta Comissão, a fim de prestar informações sobre as constantes queixas de consumidores, relativas à queda da qualidade na prestação de serviços das operadoras de telecomunicações e as ações levadas a efeitos pelo Governo Federal para sanar os problemas, tema objeto dos Requerimentos nºs 52 e 83, de 2011, já aprovados por este colegiado.</i>	<b>Apresentado em 30/11/2011</b>

88/2011	<b>Carlos Sampaio e Nelson Marchezan Junior</b>	<i>Solicitam seja convocado o Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro das Comunicações, para prestar esclarecimentos acerca das constantes queixas de consumidores, relativas à prestação de serviços das operadoras de telecomunicação.</i>	<b>Apresentado em 01/12/2011</b>
89/2011	<b>Chico Lopes</b>	<i>Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor para discutir a alteração da estrutura tarifária em relação ao setor de distribuição de energia no que diz respeito a aplicação de tarifas diferenciadas por horário de consumo.</i>	<b>Apresentado em 01/12/2011</b> <b>Aprovado em 07/12/2011</b> com a inclusão de representante da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia. <b>Não Realizada</b>
90/2011	<b>Chico Lopes</b>	<i>Requer a realização de Audiência Pública, para debater o papel da Imer Industrial e Mercantil Ltda, empresa especializada na produção de embalagens certificadas ONU, para o acondicionamento e transporte de produtos perigosos</i>	<b>Apresentado em 01/12/2011</b> <b>Aprovado em 07/12/2011</b> <b>Não Realizada</b>

---

## 6.5. EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

### Emenda de Apropriação nº 1/2011

**Ementa:** Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica

**Âmbito:** Nacional

**Valor:** R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)

#### JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa a acrescentar o valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para aplicação nos serviços de atendimento aos consumidores e relacionamento com a sociedade em geral, sob as premissas de transparência e participação pública nos processos de regulação e fiscalização. Trata-se de garantir clareza, presteza e eficiência no atendimento às reclamações quanto aos serviços de energia elétrica, bem como informações adequadas à participação social nas discussões sobre tarifas de energia elétrica e outros temas regulatórios de interesse público.

O acréscimo orçamentário demandado é fundamental para cobertura dessas despesas, em atendimentos prestados diretamente pela ANEEL ou pelas Agências Estaduais conveniadas. Particularmente, para 2012 estão previstas várias audiências para discussões relacionadas ao terceiro ciclo de revisões tarifárias, de distribuidoras de todo o País.

A ausência de cobertura a essa demanda adicional implicará a interrupção de convênios de atendimento aos consumidores pelas agências estaduais, comprometendo as premissas de descentralização que vêm sendo trabalhadas pela ANEEL.

---

### Emenda de Apropriação nº 2/2011

**Ementa:** Custeio e Reestruturação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

**Âmbito:** Nacional

**Valor:** R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais)

#### JUSTIFICAÇÃO

---

Com a recente aprovação do PL nº 3937/2004 (PLC nº 06/2009) pelo Congresso Nacional, em 5 de outubro de 2011, previu-se a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e a criação de um novo e fortalecido órgão de defesa da concorrência no Brasil, o Novo – ou Super-Cade. Referido Projeto, a ser sancionado no próximo dia 30 de novembro pela Presidência da República, é uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e tem efeitos eminentemente voltados à proteção dos interesses dos consumidores e ao desenvolvimento econômico do país.

Para executar as novas atribuições previstas no PL nº 3937/2004, especialmente quanto à análise prévia de atos de concentração, faz-se necessária a locação de novo espaço físico, apto a abrigar o corpo técnico ampliado do órgão, além de investimentos em infra-estrutura e contratos de serviços que permitam o adequado funcionamento do Novo Cade em até 180 (cento e oitenta) após a data da publicação da lei, o que implica na exigência de funcionamento pleno do órgão em junho de 2012, aproximadamente. Falamos aqui, dentre outros, da previsão de sistema de TI adequado, de concepção e implantação de novo sistema de tramitação de documentos, de aquisição de mobiliário de escritório, da capacitação e treinamento de pessoal.

Conforme estudos, e considerados os recursos orçamentários já previstos no orçamento de 2012 ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE atual) e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE-MJ) - ambos a fusionarem-se no novo órgão- estima-se, de modo consubstanciado, a necessidade de um aporte adicional de R\$ 15 milhões de reais para a consecução satisfatória dos objetivos previstos no PL nº 3937/2004. Importante dizer, também, do grande montante de recursos arrecadados diretamente pelo CADE ao Tesouro, decorrentes, principalmente, das multas que aplica, e que deverão ser ampliados com o fortalecimento do novo órgão.

Como é de amplo conhecimento, a defesa da concorrência, ao lado da defesa do consumidor, é um dos pilares da Ordem Econômica Constitucional, e representa importante área de fortalecimento da atuação estatal em prol dos interesses do consumidor. Onde há maior concorrência entre os atores econômicos, há preços menores e maior inovação tecnológica, por exemplo. Há, por outro lado, menor concentração e abuso de poder econômico o que, para além de favorecer aos consumidores, favorece ao desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira, como um todo.

Esclarecemos, por fim, que o Novo Cade encontra-se previsto no Plano Plurianual do Ministério da Justiça (PPA – 2012-2015) e que, por conta da aprovação do Projeto de Lei após o transcurso do prazo de envio da PLOA 2012, é que se justifica o presente pedido.

---

---

### **Emenda de Apropriação nº 3/2011**

**Ementa:** Manutenção da Escola Nacional de Defesa do Consumidor

**Âmbito:** Nacional

**Valor:** R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)

#### **JUSTIFICAÇÃO**

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), criada em agosto de 2007, atua na capacitação, atualização e especialização dos técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Ela tem a função de sustentar de maneira contínua e duradoura os programas de capacitação de agentes e entidades voltadas à defesa do consumidor e, nesse sentido, representa um avanço para a proteção do consumidor no Brasil. Esse órgão também visa incentivar a criação pelos Estados de suas escolas estaduais de defesa do consumidor. A capacitação técnica desenvolvida pela ENDC, além de melhorar a qualidade da assistência aos consumidores, também proporciona o fortalecimento da estrutura nacional de defesa do consumidor. Desde sua instituição tem sido responsável por cursos itinerantes e oficinas temáticas em diversas unidades da Federação, contribuindo para a consolidação de uma cultura consumerista em âmbito nacional.

---

### **Emenda de Apropriação nº 4/2011**

**Ementa:** Manutenção e Ampliação do Potencial Preventivo e Repressivo dos Órgãos de Defesa do Consumidor

**Âmbito:** Nacional

**Valor:** R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)

#### **JUSTIFICAÇÃO**

A prevenção e apenação dos abusos ao consumidor dependem substancialmente do potencial coercitivo dos órgãos de defesa do consumidor. Desde sua entrada em vigor há 20 anos o sucesso do Código de Defesa do Consumidor deveu-se primordialmente à capacidade dos Procons em reprimir condutas delitivas dos fornecedores de bens e serviços. No entanto, torna-se necessário dotar esses órgãos de condições que possibilitem o incremento do número de procedimentos administrativos, inibindo, assim, a prática de ações prejudiciais ao consumidor por parte dos prestadores de bens e serviços.

---

## 7 – EVENTOS

### 7.1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

#### 7.1.1. Tema: discutir a qualidade do serviço de telefonia móvel

Requerimento nº 03/2011 do Dep. Chico Lopes

Requerimento nº 05/2011 do Dep. Carlos Sampaio

**Data:** 23/03/2011

#### EXPOSITORES:

**Bruno de Carvalho Ramos** - Gerente Geral de Comunicações Pessoais Terrestres da Superintendência de Serviços Privados (SPV) - ANATEL

**Eduardo Levy** – Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - Sinditelebrasil

**Veridiana Alimonti** - Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec

**Felipe Neri** - Diretor de Assuntos Regulatórios da Nextel

**Juliana Pereira da Silva** - Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

A Requerimento dos Deputados Chico Lopes e Carlos Sampaio, a Comissão de Defesa do Consumidor realizou audiência pública para debater com as empresas de telefonia móvel sobre a qualidade de seus serviços e os preços das tarifas cobradas.





---

Representando as maiores companhias do setor (TIM, Oi, Vivo e Claro), o diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy, afirmou que desde 2008 a tarifa de celular vem decrescendo, chegando a apresentar atualmente, um preço médio por minuto 50% inferior aquele ano. Explicou ainda que o mesmo não ocorreu com a carga tributária, que se elevou em 10% na última década, chegando a 41,3% em 2010.

Eduardo Levy argumentou ainda que não considera correto incluir o Brasil entre os países com serviços de telefonia mais caros do mundo, pois tais estudos comparam com serviços europeus muito diferentes dos oferecidos no país, não levando em conta ainda, as promoções e os tributos nacionais.

Para Veridiana Alimonti, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), explicou que as cobranças indevidas ou abusivas geram cerca de 38% de queixas dos usuários junto aos serviços de proteção, devido principalmente à publicidade enganosa e falta de informação aos consumidores.

A diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Juliana Pereira da Silva, ressaltou a dificuldade que o consumidor encontra quando busca esclarecer suas dúvidas sobre o contrato e principalmente no momento de rescindir o mesmo, necessitando de procurar um órgão público para tal fim.

Bruno de Carvalho Ramos, responsável pelo relacionamento com os clientes da Anatel, afirmou que a agência pretende mudar a forma de avaliar a qualidade dos serviços, focando na satisfação do usuário. Afirmou ainda que a Anatel tem por objetivo fazer com que as empresas cumpram os contratos com o Poder Público.

Para o deputado Chico Lopes, autor do requerimento de audiência, a qualidade dos serviços prestados deixa a desejar e as companhias envolvidas são campeãs de reclamações dos usuários, no entanto, continuam a lucrar muito.

---

#### **7.1.2. Tema: Debater a gestão do setor elétrico e a atuação da agência nacional de energia elétrica - ANEEL**

Requerimento nº 9/2011 dos Srs. Valadares Filho e Maurício Quintella Lessa

**Data:** 06/04/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Nelson José Hübner Moreira** - Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel

**José Antonio Muniz Lopes** - Diretor de Transmissão da Eletrobrás

---

**Dilton da Conti Oliveira** - Diretor Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf

**Everson Alcântara Tardeli** - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Sul de Minas Gerais - SINDSUL



A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realizou audiência pública para discutir a gestão do sistema elétrico brasileiro e a atuação da Aneel após as recentes falhas no abastecimento de alguns estados do País, incluindo a pane que atingiu a região Nordeste em fevereiro.

Estiveram presentes à mesa o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Nelson José Hübner Moreira; o Diretor de Transmissão da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes; o Diretor Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, Dilton da Conti Oliveira e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Sul de Minas Gerais – SINDSUL, Everson Alcântara Tardeli.

Nelson Hübner Moreira afirmou que na próxima revisão tarifária já estará em vigor um novo modelo em que a qualidade dos serviços prestados pelas empresas do setor deverá estar diretamente relacionada à tarifa cobrada. “Se a qualidade não atingir a meta estabelecida pela Aneel, a agência, além de cobrar multa, obrigará as empresas a devolver ao consumidor, na forma de redução de tarifa, o valor correspondente à parcela não cumprida da meta”, disse.

Para Everson Alcântara Tardeli, o país não tem desempenhado bem seu papel fiscalizador e regulador do sistema elétrico, defendendo que o setor seja reestatizado. Afirmou ainda que o atual modelo não garante a saúde nem a segurança do trabalhador: “Na Cemig, por exemplo, morre um trabalhador a cada

---

45 dias e isso certamente se deve à falta de manutenção e às redes precárias mantidas por empresas que só buscam o lucro”, denunciou.

O deputado Valadares Filho (PSB-SE) questionou as causas dos recentes apagões e as punições aplicadas às empresas envolvidas. Ao responder, o diretor-geral da Aneel disse que seria possível eliminar em 100% o risco de novos apagões, no entanto, esse alto padrão de qualidade implicaria custos que certamente seriam repassados ao consumidor.

Outra medida anunciada pelo diretor-geral da Aneel para reduzir os riscos de blecaute foi a troca dos relógios de medição por equipamentos *smart grid* que indicam em tempo real quando o consumidor fica sem energia elétrica. Ele reconheceu ainda que nos últimos anos embora tenham ocorrido menos interrupções de energia elétrica, houve um aumento da duração das mesmas, revelando problemas de gestão como falta de manutenção da rede ou pouco número de técnicos. “Uma interrupção como a que ocorreu em São Paulo, devido ao número de consumidores atingidos, acaba ganhando bastante repercussão, mas isso não indica deficiência em todo o sistema”, observou.

---

### **7.1.3. Tema: Comemoração ao Dia Internacional do Consumidor**

Requerimentos nº 4/11 do Deputado Roberto Santiago e nº 10/11 do Senador Rodrigo Rollemberg.

### **Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal**

**Data:** 13/04/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Antônio Herman Benjamin** - Ministro do Superior Tribunal de Justiça  
**José Elaeres Marques Teixeira** - Procurador Regional da República  
**Juliana Pereira da Silva** - Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC

**Antônio Caldas Brito** - Coordenador do Fórum Nacional dos Procons

**Maria Inês Dolci** - Coordenadora Institucional do Proteste

**Marcelo Silveira Martins** - Procurador-Chefe do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – Inmetro

**Marilena Lazzarini** - Diretora do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec

---

**Claudia Lima Marques-** Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Direito

A Comissão de Defesa do Consumidor, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, realizou audiência pública em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, comemorado em 15 de março.

Estiveram presentes o Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o Procurador Regional da República José Elaeres Marques Teixeira; o Coordenador do Fórum Nacional dos Procons, Antônio Caldas Brito; a Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva; o Presidente do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Herz da Jornada; a Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) Claudia Lima Marques; a Diretora do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini; a Coordenadora Institucional do Proteste, Maria Inês Dolci.



Segundo o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, que coordena uma comissão do Senado responsável pela elaboração do pré-projeto para atualização do Código de Defesa do Consumidor, serão os próprios parlamentares que analisarão as propostas de alteração da lei que tramitam pelo Congresso: 320 na Câmara e 68 no Senado. Afirmou ainda que a proposta de atualização da lei focará no comércio eletrônico e na questão do superendividamento. Colocou-se ainda à disposição dos deputados para esclarecer dúvidas e colher opiniões sobre as alterações no Código.

---

O deputado Carlos Sampaio demonstrou a preocupação de que as tais propostas descaracterizem o Código, defendendo que se mantenha o foco no superendividamento e no comércio eletrônico.

Já o deputado Chico Lopes posicionou-se a favor dos ajustes no CDC, dizendo que “devemos sim defender o consumidor nessa questão do excesso de dívidas. Mas é preciso que fiquemos atentos a outros aspectos, como a falta de ação das agências reguladoras e das taxas bancárias”.

O deputado Roberto Santiago esclareceu que não pode impedir a tramitação das propostas de alteração da lei. Porém, ele se comprometeu a não endossar mudanças que possam “mutilar o Código”, afirmando que esta “é considerada uma das mais eficazes legislações sobre consumo do mundo moderno”.

Maria Inês Dolci, do Proteste, alertou sobre a existência de lobbies por trás de várias propostas que buscam reduzir direitos dos consumidores, solicitando aos parlamentares o arquivamento de tais projetos. “Esperamos que, no meio dessa atualização, não sejam incluídos outros interesses”, afirmou.

---

#### **7.1.4. Tema: Debater as questões relativas à aviação civil brasileira e os problemas relacionados à prestação de serviços de transporte aéreo e da insuficiência do número de voos para o nordeste do país, além da infraestrutura aeroportuária brasileira**

Requerimento nº 11/2011, do Srs. Ricardo Izar e Sarney Filho  
Requerimento nº 12/2011, do Sr. Dimas Ramalho

**Data:** 27/04/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Amaury Martins de Oliva** - Coordenador de Assuntos Jurídicos do DPDC

**Ricardo Bisinotto Catanant** - Gerente de Normas e Projetos da Superintendência de Regulação Econômica da ANAC

**Paulo Roberto Pereira da Costa** - Superintendente Regional do Norte da INFRAERO

**Ildebrando Coelho Correia** - Superintendente do Aeroporto de São Luis

**Veridiana Alimonti** - Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realizou audiência pública para debater a falta de estrutura nos aeroportos, a má qualidade dos

serviços, cobranças de taxas abusivas, falta de voos suficientes para a demanda, além dos sérios problemas de infraestrutura nos aeroportos brasileiros.

Estiveram presentes à mesa o gerente de Normas e Projetos da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Ricardo Bisinotto Catanant; o superintendente regional da região Norte da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Paulo Roberto Pereira da Costa; o superintendente do Aeroporto de São Luis, Ildebrando Coelho Correia; e a advogada Veridiana Alimonti, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).



No entanto, a discussão foi prejudicada pela ausência dos presidentes das empresas aéreas TAM, GOL e Azul Linhas Aéreas, considerada um desdém para com os parlamentares, gerando protestos e provocando o recolhimento de assinaturas suficientes para um pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.

O presidente da Comissão, deputado Roberto Santiago (PV-SP), anunciou a realização de uma sessão extraordinária para discutir a possibilidade de convocação do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para as devidas explicações, e enfatizou que a ausência dos convidados afirmando que “é um desrespeito à Câmara e à sociedade brasileira. Vamos convocar o ministro para vir aqui dar satisfações e explicar à sociedade o que está acontecendo e quais as providências imediatas que o governo vai tomar”, disse.

O Deputado José Carlos Araújo manifestou-se sobre a ausência dos convidados e propôs o cancelamento da reunião e a convocação do ministro responsável pelo setor da aviação civil, sendo apoiado pelos deputados Carlos Sampaio e Dimas Ramalho. O deputado Ricardo Izar, ao concordar com as

---

ponderações dos Parlamentares que o antecederam, sugeriu que fosse dada continuidade à audiência pública para debate das questões referentes à estrutura do aeroporto da cidade de São Luís, no Maranhão, nos termos do Requerimento nº 11/2011, de sua autoria e do Deputado Sarney Filho. Acolhendo as considerações, o Presidente decidiu dar continuidade à reunião.

Segundo o superintendente regional da Infraero, Paulo Roberto da Costa, as razões dos defeitos estão sendo investigadas. “Os peritos ainda não definiram se houve falha de projeto de execução, fadiga no material ou sobrecarga”, informou. Após essa definição, disse, será possível chegar aos responsáveis. Paulo Costa declarou ainda que, em 150 dias, o aeroporto deve voltar a funcionar normalmente. O terminal também deve passar por obras de ampliação nos setores de embarque, desembarque, estacionamento e check-in. A conclusão dessas obras está prevista para o final de 2012 e início de 2013.

Ao referir-se à situação da aviação civil, o Deputado Francisco Escórcio declarou aos seus pares ser autor de requerimento de criação de CPI sobre o tema objeto da audiência pública, que já dispunha de 134 assinaturas de apoio.

---

#### **7.1.5. TEMA: Conhecer a proposta do governo federal para um Plano Nacional de Banda Larga**

Requerimento nº 2/2011 do Sr. Weliton Prado

**Data:** 27/04/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Nelson Akio Fujimoto** - Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações

**Rogério Santanna dos Santos** - Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás

**Veridiana Alimonti** - Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec.

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realizou audiência pública para conhecer a proposta do governo federal para um Plano Nacional de Banda Larga. Estiveram presentes à mesa o Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Nelson Akio Fujimoto; o Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás, Rogério Santanna dos Santos e ainda a Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec, Veridiana Alimonti.



Segundo, Nelson Fujimoto, o programa de governo investirá na infraestrutura de rede nos locais onde ainda não existe, ampliando o acesso ao serviço de banda larga, cuja cobertura atual é muito baixa; focando em seguida, nos serviços de governo eletrônico e em conteúdos digitais. A meta do programa é atingir o patamar de 35 milhões de residências até 2014, ao custo de R\$ 35,00. Tem 2010, o número de domicílios conectados era de 11 milhões, ao preço de R\$ 70,00. Afirmou ainda, que o valor poderá chegar a R\$15,00 caso haja a redução tributária que está em negociação com os governos estaduais.

Para o Executivo, a melhor forma de garantir a ampliação do acesso é aumentar a competitividade do mercado.



Veridiana Alimonti, advogada do Idec, afirmou que o Programa Nacional de banda larga deveria alterar o regime de prestação do serviço, de privado a público, pois hoje as prestadoras estabelecem livremente seu preço, sem um controle de tarifas por parte do governo. Afirmou que conforme a Lei Geral de Telecomunicações, os serviços considerados essenciais pelo governo serão prestados em regime público, cabendo ao Poder Executivo, por meio de decreto, “instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviço no regime público”.

Rogério Santanna, presidente da Telebrás, defendeu a continuação do regime privado para os serviços de Banda Larga, afirmando que hoje é bem maior o número de acessos na telefonia móvel que na fixa, sendo a primeira em regime privado e a segunda em regime público. Disse ainda que “a questão central não é o regime de prestação do serviço, mas a competitividade no setor”, que será ampliada com a oferta do serviço, por parte da Telebrás, aos pequenos provedores de internet, que disputam 9% do mercado.



---

#### **7.1.6. TEMA: Discussão do pós-venda de aparelhos de telefonia móvel celular**

Requerimentos nºs 13/2011 e 22/2011, do Sr. Roberto Santiago

Data: 04/05/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Juliana Pereira da Silva** - Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça - DPDC

**José Augusto de Souza Peres Filho** - Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCON

**Gisela Simona Viana de Souza** - Superintendente do Procon Mato Grosso, representando a Associação Brasileira de Procons - ProconsBrasil

**Marta Cassis Aur** - Assistente de Direção da Diretoria de Atendimento e Orientação ao Consumidor da Fundação Procon/SP

**Luiz Cláudio Farias Carneiro** - Diretor de Relações Governamentais da Nokia do Brasil Tecnologia Ltda.

**Benjamin Sicsu** - Vice-Presidente de Novos Negócios na América latina

da Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda.

**Jason Sampaio** - Representante de pós-vendas da Sony Ericsson Mobile Comm do Brasil Ltda.

**Giuseppe Marrara** - Diretor de Relações Governamentais da Motorola Industrial Ltda.

**Dilson Suplicy Funaro** - Diretor de Relações Institucionais da LG Electronics de São Paulo Ltda.

**Dario Bampa** - Superintendente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Elétrica e Eletrônica - Abinee

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realizou audiência pública para debater o pós-venda de aparelhos de telefonia móvel celular, cujas reclamações de usuários representam um total de 48% nos Procons de todo o país. Foram discutidas ações que beneficiem os consumidores que necessitem de atendimento das empresas ou de serviços de assistência técnica, cuja carência em cidades pequenas é preocupante.



Conforme dados da diretora do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva, o número de reclamações sobre aparelhos celulares é maior que o de reclamações sobre cartões de crédito, ocupando desde 2006 o primeiro lugar no ranking das queixas.

Gisela Souza, da Associação Brasileira dos Procons, afirmou que um dos problemas que o consumidor encontra é o da recusa de conserto do aparelho sob a alegação de que a placa oxidou por mau uso. Assim, a assistência técnica isenta a responsabilidade do fabricante, do vendedor, do transportador, jogando-a somente sobre o usuário, sem provas disso.

Para José Augusto Peres Filho, do Ministério Público, os laudos apresentados pelas empresas não determinam os responsáveis pelos defeitos. Afirmou ainda que alguns modelos de aparelhos de determinada marca apresentaram com frequência o mesmo problema, indicando que o consumidor não deve ter a culpa.

Dario Bampa, da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, rebateu as acusações alegando os números de reclamações vem diminuindo e que os aparelhos celulares são testados com rigor e que atendem padrões internacionais. Afirmou que o consumidor pode procurar atendimento através do *call center*, do posto de coleta e pela internet, destacando convênio firmado com os Correios, solução encontrada pelas empresas para permitir uma cobertura de atendimento em todo o País.

O deputado Dimas Ramalho foi incisivo ao afirmar que a realidade é diferente do que é dito pelas empresas, uma vez que praticamente não existe assistência técnica de aparelhos celulares. Ele mencionou uma das mensagens recebidas pelos internautas que acompanhavam a audiência, enviada por

---

Adriana Braga, moradora de Pederneiras (SP) que reclamou da ausência desse serviço em sua cidade de 40 mil habitantes.

Gisela Souza complementou dizendo que isso mostra o desrespeito das empresas e a precariedade do pós-venda de celulares, citando que o consumidor tem o direito garantido no Código de Defesa do Consumidor de trocar seu aparelho defeituoso por um novo.

---

**7.1.7. Tema: Debater dispositivos que delimitam o período do dia ou data e horário para a entrega de produtos ou prestação de serviços ao consumidor - Lei de Entrega**

Requerimento nº 10/2011 do Sr. Eli Correa Filho

**Data:** 11/05/2011

**EXPOSITORES:**

**Paulo Arthur Lencioni Góes** - Diretor Executivo da Fundação Procon de São Paulo

**Leonardo Palhares** - Vice-Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico de São Paulo

**José Paulo Dornelles Cairolí** - Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

**Marcel Domingos Solimeo** - Superintendente Institucional da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo

**Deputada Estadual de São Paulo Vanessa Damo** - Autora da Lei da Entrega do Estado de São Paulo

**Hércules Saraiva do Amaral** - Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil

A Comissão de Defesa do Consumidor realizou audiência pública para discutir a regulamentação do período do dia ou de data e horário para a entrega de produtos ou prestação de serviços ao consumidor. O debate contou com representantes de entidades de defesa do consumidor, empresários e deputados.

O autor do requerimento, deputado Eli Lopes Correa Filho afirmou que a “Lei da Entrega” já foi regulamentada nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e surgiu das inúmeras reclamações de consumidores que após adquirirem um produto, pela internet ou pela loja física, não conseguem recebê-lo no prazo estipulado, não obtendo também uma explicação do fornecedor sobre os motivos do atraso, ficando com “a sensação de que quem vendeu agora simplesmente lava as mãos”.



O deputado defendeu ainda a obrigatoriedade de definição, por parte das empresas, de data e turno de entrega, poupando o consumidor de perder dias de trabalho para aguardar a chegada dos produtos. Tal agendamento é lei nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além dos municípios do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Já tramitam na Câmara projetos de lei com o mesmo objetivo para que a obrigatoriedade seja estipulada em todo o país.

Segundo a deputada estadual Vanessa Damo, autora da Lei nº 13.747/09 (Lei da Entrega em São Paulo), a implementação do agendamento da entrega está sendo um sucesso no estado. Afirmou ainda que os consumidores estão reivindicando mais os seus direitos, queixando-se junto ao Procon, e, assim, pressionando as empresas para que melhorem seus atendimentos e cumpram os prazos agendados. Explicou também que a lei não prejudicou os pequenos empresários, que têm uma relação mais direta com os consumidores, diferente das grandes empresas.

Hércules do Amaral, representante da OAB, afirmou que a medida promove um maior equilíbrio entre fornecedores e consumidores.

Para Leonardo Palhares, representante da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico de São Paulo, as empresas não contam com condições suficientes para atender ao agendamento de entregas, pois “seria necessário quadruplicar a quantidade de caminhões que rodam nas cidades, gerando inclusive problemas de trânsito”. Ele defendeu que a entrega agendada seja uma opção do consumidor no momento da compra, com o acréscimo de um valor específico para esse fim. A sugestão foi considerada pela deputada Vanessa Damo como uma “afronta aos consumidores e um crime, pois o estabelecimento estaria cobrando preços diferenciados pelo mesmo produto”.

Marcel Solimeo, da Federação das Associações Comerciais de São Paulo, alegou que o agendamento gera a concentração de mercado, pois os pequenos empresários, que não terão como cumprir a lei, acabarão fechando, deixando o

---

consumidor com menos opções de escolha. Essa afirmação foi rebatida pelo deputado Roberto Santiago, dizendo que “são as grandes empresas que representam os maiores atrasos, não as pequenas”.

---

#### **7.1.8. Tema: Debater sobre a situação atual do transporte aéreo de passageiros**

Requerimento nºs 11, 23 e 30/11 da Comissão de Turismo e Desporto; nºs 34 e 35/11 da Comissão de Viação e Transportes; nº 38/11 da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; e nºs 12, 19, 20 e 21/11 da Comissão de Defesa do Consumidor.

#### **Conjunta com as Comissões de Turismo e Desporto; de Viação e Transportes; e de Fiscalização Financeira e Controle**

**Data:** 18/05/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Juliana Pereira da Silva** – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça;

**Alberto Fajerman** – Diretor de Relações Institucionais da GOL Linhas Aéreas;

**Paulo Cezar Castello Branco** – Vice-Presidente Comerciais e de Alianças da TAM Linhas Aéreas e Representantes da empresa PANTANAL Linhas Aéreas S.A;

**José Márcio Mollo** – Representante da TRIP Linhas Aéreas e Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA);

**Comandante Ajauri Barros de Mello** – Assessor de Relações Institucionais da Empresa PASSAREDO Transportes Aéreos;

**Júlio Perotti** – Vice-Presidente de Operações da WEBJET Linhas Aéreas;

**Pedro Janot** – Presidente da AZUL Linhas Aéreas.

A Comissão de Defesa do Consumidor, em conjunto com as comissões de Turismo e Desporto; de Viação e Transportes; de Fiscalização Financeira e Controle, realizou audiência pública para discutir a situação do transporte aéreo de passageiros.

A reunião contou com as presenças da Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva; o diretor de Relações Institucionais da GOL, Alberto Fajerman; o vice-presidente comercial e de alianças da TAM e representante da Pantanal Linhas



---

Aéreas, Paulo Cezar Castello Branco; o representante da Trip Linhas Aéreas e presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), José Márcio Mollo; o assessor de Relações Institucionais da Passaredo Transportes Aéreos, Ajauri Barros de Mello; o vice-presidente de Operações da Webjet, Júlio Perotti; o presidente da Azul, Pedro Janot.



O deputado Roberto Santiago citou os principais problemas que afligem os usuários brasileiros do transporte aéreo, tais como: a falta de espaço entre as poltronas, a cobrança de tarifa-conforto para aqueles que desejarem sentar-se em poltronas mais espaçosas situadas próximas às saídas de emergência. Afirmou que pretende com a audiência entender “porque as empresas aéreas tratam os passageiros como tratam e nada acontece”.

Segundo o Deputado Otávio Leite, um dos autores de requerimento, “o turista brasileiro está usando, cada dia mais, o transporte aéreo. Com a junção desses dois grupos turísticos teremos uma rotatividade enorme de pessoas circulando nos aeroportos brasileiros”.

Já os representantes de companhias aéreas aproveitaram a audiência para reclamarem da gestão dos aeroportos brasileiros. Para Paulo Cezar Castello Branco, representante da TAM, apenas 14 terminais dos 67 administrados pela Infraero, apresentam superávit.

Para Juliana Pereira da Silva, diretora do DPDC/MJ, existe uma carência nos aeroportos de postos de atendimento ao consumidor que deseja registrar queixas a respeito dos serviços prestados pelas companhias aéreas. Disse ainda que em 2011, foram estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil novos padrões de atendimento aos passageiros. No entanto, estes encontram

---

dificuldades em exercerem esses novos direitos, já que não encontram nem mesmo terminais para reclamações.

A diretora ainda mencionou a atuação do governo na fiscalização e na aplicação de multas às companhias. O fato foi confirmado pelos representantes da TAM e da Gol, que alegaram ter pago em 2010, cerca de R\$ 29 milhões em multas à Anac. O valor pago em multas pela Webjet foi de R\$ 600 mil segundo informaram representantes da empresa.

O deputado Jonas Donizette, presidente da Comissão de Turismo e Desporto, garantiu que todas as sugestões e conclusões da audiência serão posteriormente enviadas ao Sr. Wagner Bittencourto, ministro da Secretaria de Aviação Civil, que está responsável pela modernização dos aeroportos.

---

#### **7.1.9. TEMA: Discussão do atendimento nos órgãos públicos, serviços de saúde, escolas, correios, cartórios e outros aos consumidores portadores de deficiência auditiva ou surdos.**

Requerimentos nºs 16 e 23/2011 do Sr. Roberto Santiago

Data: 25/05/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Ricardo Toshio Itonaga** - Gerente Geral de Planejamento e Contratação de Obrigações da Superintendência de Universalização da ANATEL

**Izabel Alves De Souza** - Presidente da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos de Franca

**Mariângela Alves de Lima** - Professora do Centro Universitário de Votuporanga

**Wlamir Carvalho** - Consultor Sênior da Kyron Training

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realizou audiência pública para discutir o atendimento aos consumidores portadores de deficiência auditiva nos órgãos públicos, serviços de saúde, escolas, correios, cartórios e outros.

O autor do Requerimento e Presidente da Comissão, Deputado Roberto Santiago, citou dados do IBGE que quantificam em 5,7 milhões o número de deficientes auditivos no Brasil, além de 4,6 milhões de outros que possuem redução auditiva. Existem leis que obrigam que os serviços públicos atendam a esse público, porém, não há o cumprimento nem a fiscalização.

O deputado afirmou ainda que também existe a obrigação legal de que pelo menos 2% dos telefones públicos sejam adaptados aos deficientes (visuais, auditivos e cadeirantes), porém, esse público não vem sendo atendido. Só para

---

os deficientes auditivos, há a necessidade de 30 mil telefones públicos adaptados, existindo atualmente cinco mil, segundo a Anatel. Citou ainda que “cartórios, prefeituras, hospitais e postos de saúde, aeroportos, hotéis, consórcios, bancos, cartões de crédito, de telecomunicações, de planos de saúde, universidades e faculdades, escolas, estações de metrô, trem, terminais rodoviários e marítimos – todos são excludentes”.



Estiveram presentes à mesa o Gerente Geral de Planejamento e Contratação de Obrigações da Superintendência de Universalização da ANATEL, Ricardo Toshio Itonaga; a Presidente da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos de Franca, Izabel Alves de Souza; a Professora do Centro Universitário de Votuporanga, Mariângela Alves de Lima e o Consultor Sênior da Kyron Training, Wlamir Carvalho.

A audiência teve apoio de duas tradutoras de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), a segunda oficial do país, assim, os deficientes auditivos presentes tiveram a oportunidade de relatar as dificuldades que enfrentam diariamente como usuários de serviços públicos, em especial o de telefonia, cobrando da ANATEL o cumprimento das leis de comunicação voltadas a eles, como a instalação de telefones públicos adaptados em todo o País.

Durante a audiência, Ricardo Itonaga apresentou o Terminal de Telecomunicação para Surdos (TTS), que utiliza banda larga e funciona através de teclados adaptados ao telefone, cuja instalação é feita mediante solicitação à Anatel, sendo atualmente ainda em pequeno número, 5.423 em todo o País. Destacou também a importância das redes sociais, que permitem a comunicação visual via internet.



---

Itonaga citou ainda que a Anatel prevê em seu plano de metas, a possibilidade de obrigar as concessionárias de telefonia a manter centrais com profissionais versados em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Informou ainda que 92 instituições que trabalham com deficientes auditivos já são atendidas pelo Fundo para a Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust), que financia a instalação do equipamento TTS e da linha fixa de telefone. Ao ser questionado por um dos presentes sobre o custo do envio de mensagens SMS, Itonaga se comprometeu a trazer uma solução, como a de um plano de mensagens específico para surdos, mais barato.

Durante sua exposição, Izabel Alves de Souza, contradizendo o gerente da Anatel, apresentou inúmeras solicitações não atendidas, provenientes de Franca e outras regiões de São Paulo. Disse ainda que o número 0800 do consumidor surdo demora demais a atender, que o número 142 (específico para deficientes auditivos) quase nunca está disponível e que os telefones adaptados são instalados nos interiores de prédios, dificultando o acesso dos usuários, que não consegue comunicar-se com o segurança de plantão. Ricardo Itonaga alegou desconhecer as solicitações e explicou que os aparelhos não podem ser instalados na rua pois dependem de eletricidade, e que a Anatel divulga a localização dos mesmos em seu portal, além de distribuir cartilhas explicativas sobre o serviço.

Mariângela de Lima defendeu a disseminação da linguagem de Libras entre profissionais, professores, policiais e demais servidores que trabalham no atendimento público.

Para Wlamir Carvalho, os órgãos públicos precisam se conscientizar sobre as leis que protegem os direitos dos surdos. Ele é consultor da Kyron Training, empresa de consultoria e treinamento especializada em auxiliar deficientes auditivos.

O deputado Roberto Santiago finalizou comprometendo-se a chamar o presidente da ANATEL para cobrar que a legislação seja cumprida e definindo o prazo de 15 dias para que a ANATEL traga respostas aos questionamentos feitos. O Parlamentar se comprometeu a montar um Grupo de Trabalho para tratar do assunto.

---

#### **7.1.10. Tema: Debater a situação atual e o planejamento dos Aeroportos Nacionais para a Copa 2014 e os procedimentos aplicados pela fiscalização junto às companhias aéreas e a política de concessões aeroportuárias para a iniciativa privada**

Requerimentos da **Comissão de Turismo e Desporto**: nºs 11 - do Senhor Valadares Filho ; 23 - do Senhor Otavio Leite; 30 - do Senhor André Figueiredo; e 48 - dos Senhores Afonso Hamm e José Rocha ;

---

Requerimentos da **Comissão de Viação e Transportes**: nºs 24 - do Senhor Rodrigo Garcia; 33 - do Senhor Hugo Leal; 34 - dos Senhores Arnaldo Jardim e Afonso Hamm; e 35 - do Senhor Eduardo Sciarra;

Requerimentos da **Comissão de Defesa do Consumidor**: nºs 12 - do Senhor Dimas Ramalho; 19 - do Senhor César Halum; 20 - do Senhor Roberto Santiago; e 21 - do Senhor Chico Lopes.

**Conjunta com a participação das Comissões de Turismo e Desporto e de Viação e Transporte**

**Data:** 01/06/2011

**EXPOSITORES:**

**Wagner Bittencourt De Oliveira** - Ministro da Secretaria de Aviação Civil

**Carlos Eduardo Pellegrino** - Diretor-Presidente Interino da ANAC

**Antônio Gustavo Matos Do Vale** - Presidente da Infraero Tenente Brigadeiro do Ar

**Ramon Borges Cardoso** - Diretor Geral do Departamento do Espaço Aéreo - DECEA



Por iniciativa conjunta das Comissões de Turismo e Desporto, de Viação e Transporte e de Defesa do Consumidor, foi realizada audiência pública para debater a situação atual e o planejamento dos Aeroportos Nacionais para a Copa 2014, assim como os procedimentos aplicados pela fiscalização junto às

---

companhias aéreas e a política de concessões aeroportuárias para a iniciativa privada.

O debate surgiu da preocupação dos parlamentares com o andamento das obras de ampliação dos aeroportos das cidades-sede da Copa, que segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado no dia 13 de abril, podem não estar concluídas até 2014, provocando caos aéreo em razão do aumento da demanda.

Antonio Gustavo do Vale, presidente da Infraero, baseado em um estudo da própria empresa, afirmou que os treze aeroportos que receberão investimentos específicos para atender à demanda em virtude da Copa de 2014, terão capacidade de atendimento superior à necessária até dezembro de 2013. Afirmou ainda que até a Copa, a Infraero terá investido um montante superior à R\$ 5 bilhões na ampliação da capacidade dos aeroportos.

Rebatendo o levantamento do site Contas Abertas, segundo o qual apenas parte do dinheiro foi investida, o presidente da Infraero explicou que isso deve-se ao fato de que parte das obras de infraestrutura ainda está em fase de licitação. "Como os investimentos só podem ser pagos após a realização de cada etapa da obra, nós esperamos que isso se acelere nos próximos meses. Evidentemente, ainda no segundo semestre de 2011 nós não teremos esse incremento maior dos investimentos, mas, sem dúvida, em 2012 e 2013 eles serão completamente aplicados."

Segundo Ramon Borges Cardoso, do Departamento do Espaço Aéreo, até a Copa estarão formados controladores de voos em número suficiente para atender a demanda e garantir a segurança do tráfego aéreo.

Para o deputado Otávio Leite, um dos requerentes do debate, a decisão do governo de realizar concessões para os aeroportos foi correta. Afirmou ainda que já ficou clara a falta de capacidade da Infraero para gerenciar os aeroportos, sendo por isso necessário "encontrar um caminho novo de gestão no sistema aeroportuário brasileiro. E a concessão é adequada."

O debate alcançou ainda o tema das concessões que garantirão à iniciativa privada até 51% da administração dos aeroportos.

---

**7.1.11. Tema: Debater a Proposta de Fiscalização e Controle 10/2003, "que propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias fiscalizem denúncias em relação aos procedimentos administrativos das empresas operadoras de Cartão de Crédito**

Requerimento nº 33/2011, do sr. Walter Ihoshi

**Data:** 08/06/2011

**EXPOSITORES:**

---

**Sérgio Odilon Dos Anjos** - Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil

**Ricardo Lião** - Chefe do Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil

**Juliana Pereira da Silva** - Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

**Valquíria Oliveira Quixadá Nunes** - Procuradora Regional da República - 1ª Região

A Comissão de Defesa do Consumidor realizou audiência pública para debater sobre denúncias em relação aos procedimentos administrativos das empresas operadoras de Cartão de Crédito. O objetivo foi reunir sugestões das instituições presentes a sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 10/03, objeto de propostas divergentes: enquanto o relator, Deputado Roberto Santiago, propõe a continuação da fiscalização, o Deputado Walter Ihoshi, propõe em um voto em separado o encerramento da fiscalização.



Estiveram presentes na audiência o Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (BC), Sérgio Odilon dos Anjos; o Chefe do Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro do Banco Central, Ricardo Liao; a Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva, e a Procuradora Regional da República Valquíria Quixadá Nunes.

---

Segundo o deputado Walter Ihoshi, autor do requerimento, o objetivo da audiência seria trazer subsídios para a PFC nº 10/03 antes que seu relatório seja votado na comissão. Ele diverge da opinião do relator do parecer, acreditando que o Executivo já tomou medidas para regular o setor, incluindo a instituição das novas regras que entraram em vigor no dia 1º de junho, reduzindo o número de tarifas cobradas entre outras medidas.

Já o relator, deputado Roberto Santiago, propõe em seu relatório a criação de um grupo de trabalho para tratar sobre o papel fiscalizador dos órgãos sobre as administradoras de cartão de crédito, além de avaliar denúncias sobre cobranças abusivas de juros e tarifas; e também a aprovação do Projeto de Lei Complementar 106/07, da Comissão de Legislação Participativa, que iguala as administradoras de cartão de crédito às instituições financeiras. “Muita coisa foi feita, mas hoje existem novos problemas sob o ponto de vista do consumidor”, afirmou.

Durante os debates, o deputado Dimas Ramalho reforçou a necessidade da aplicação de uma súmula do Superior Tribunal de Justiça que considera empresas de cartão de crédito como instituições financeiras, obrigando que todo o setor seja regulado pelo Banco Central. Já o deputado Gean Loureiro afirmou que “temos a melhor norma de defesa do consumidor do mundo; o difícil é fazer cumprir. Espero que o Banco Central, o Ministério da Justiça e o Ministério Público possam nos informar legalmente o andamento e avaliação dos novos procedimentos que entraram em vigor em junho”.

Desde 1º de junho, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), passaram a valer as novas regras para os novos cartões de crédito, tais como: limitação em um número de cinco tarifas permitidas, a proibição de taxa por compra no estrangeiro, a possibilidade de ser emitido, a pedido do consumidor, um cartão básico, com anuidade mais barata e sem programas de fidelidade ou milhagem. Também foram padronizadas as informações da fatura e ampliado o valor mínimo cobrado, de 10% para 15%, índice este que chegará em 20% em dezembro. Segundo Ricardo Liao, representante do Banco Central, tais regras não são válidas para os cartões de lojas varejistas, porque os mesmos estão sujeitos à regulação do BC.

A procuradora Valquíria Quixadá defendeu que as regras da nova resolução sejam ampliadas para todos os cartões, comparando com o caso dos “consórcios”, que embora não sejam uma instituição financeira, não deixam de ser fiscalizados pelo Banco Central.

Juliana Pereira, do DPDC, esclareceu que os consumidores que possuem cartões anteriores a data de entrada em vigor da nova resolução têm o direito de negociar com os bancos benefícios ou ainda de mudarem de instituição, já que para esses casos, as regras só valerão após 2012.

---

A audiência contou com a transmissão ao vivo na internet pela Agência Câmara, possibilitando aos internautas sua participação por meio de perguntas enviadas por e-mail e encaminhadas aos convidados. A maioria reclamou da cobrança de juros excessivos, corroborando um estudo do Ministério da Justiça de que em 2010 o serviço de cartão de crédito foi o primeiro em número de queixas em todo o País.

Para o relator, deputado Roberto Santiago, os debates reforçaram a necessidade da criação de uma comissão especial para tratar do tema, conforme sugerido no relatório à Proposta de Fiscalização e Controle nº 10/03.

---

#### **7.1.12. Tema: Discutir a redução do valor da assinatura básica da telefonia fixa**

Requerimento nº 32/2011 do Sr. Roberto Santiago

**Data:** 14/06/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Roberto Pinto Martins** - Superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

**Amaury Martins de Oliva** - Coordenador de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça - DPDC;

**Eduardo Levy** - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - Sinditelebrasil;

**Flávia Lefèvre** - Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste

A Comissão de Defesa do Consumidor, a requerimento do deputado Roberto Santiago, realizou audiência pública para discutir a redução do valor da assinatura básica da telefonia fixa. O tema é de grande interesse da população, sendo o principal motivo de ligações para o Disque Câmara. A medida está prevista no Projeto de Lei 5476/01, do ex-deputado Marcelo Teixeira.

Estiveram presentes na audiência, Roberto Pinto Martins, Superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça - DPDC; Flávia Lefèvre, Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste; e Eduardo Levy, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - Sinditelebrasil.



---

Segundo o deputado Roberto Santiago, autor do requerimento, é necessário um amplo debate sobre esse tema em decorrência da proximidade da data da renovação dos contratos de concessão de telefonia fixa.



Eduardo Levy, representante do Sinditelebrasil, esclareceu que o fim ou a redução da assinatura básica teria impacto sobre as metas de qualidade impostas ao serviço, prestado em regime público.

Segundo esclareceu Roberto Martins, representante da Anatel, as despesas fixas das operadoras de telefonia são maiores que as da telefonia móvel, e esses gastos são cobertos pela assinatura básica. Acrescentou que segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), essa cobrança é feita em 182 países.

Flávia Lefèvre, da Proteste, esclareceu que desde 1998, com a privatização do setor de telefonia fixa, a assinatura básica aumentou 2.500%. Defendeu a revisão dessa tarifa, considerando que poderia ser mais barata hoje, com o serviço universalizado e disponível em todo o país.

Os parlamentares Dimas Ramalho, Gean Loureiro e Reguffe questionaram as explicações, e o deputado Weliton Prado afirmou que “a assinatura é injusta, alta e abusiva”.

Roberto Santiago, insatisfeito com as explicações das telefônicas, reclamou ainda da falta de independência da Anatel, afirmando que “eles estão na defesa das concessionárias. “Nós queremos um órgão fiscalizador que tenha a mais completa e absoluta isenção”, disse.

O deputado defendeu a sugestão das entidades de defesa do consumidor de reduzir o valor da assinatura básica em 75%, permitindo um maior acesso da população ao serviço. Também criticou a justificativa das empresas de telefonia para o valor alto da tarifa, alegando que desde 2006 que as operadoras não estão investindo em infraestrutura para a expansão de redes.

---

### 7.1.13. Tema: Mesa Redonda para Discutir as tarifas de energia elétrica e o PDC 10/2011

Data: 15/06/2011

#### CONVIDADO:

**Senhor Nelson José Hübner Moreira**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.



A Comissão de Defesa do Consumidor realizou uma Mesa Redonda para discutir metodologia de cobrança das tarifas de energia elétrica e o PDC 10/2011 com a presença do Senhor Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O PDC 10/2011, dos deputados Eduardo da Fonte e Weliton Prado, susta o ato 3.872/10 da Aneel e obriga as concessionárias de energia elétrica a devolver aos consumidores as quantias cobradas indevidamente.

O objetivo da comissão ao realizar o evento foi obter explicações da Aneel acerca da cobrança indevida de R\$ 7 bilhões nas contas de luz no período de 2002 a 2009, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). O deputado Roberto Santiago questionou se houve alteração na regra da cobrança e sobre a forma de compensação que haverá para o consumidor.

Nelson Hubner, diretor-geral da Aneel, avaliou como uma “diferença técnica e não um erro” a quantia paga a mais pelos consumidores nas contas de luz entre 2002 e 2009, não reconhecendo a necessidade de ressarcimento. Segundo ele, essas diferenças no cálculo da tarifa estavam previstas nos



---

contratos de concessão, por isso, não caberia ressarcimento, apenas a revisão da questão quando foi identificado o problema em 2010. O diretor da Aneel avaliou ainda que haverá mais prejuízos que benefícios caso de ser aprovado pelo Congresso o ressarcimento aos consumidores, por erro de metodologia de cálculo das tarifas.

Os parlamentares presentes não se convenceram das explicações do diretor-geral da Aneel, inclusive, o deputado Weliton Prado, autor do projeto que susta os efeitos da decisão da agência, o qual afirmou que “estava no contrato que era para o consumidor subsidiar a energia nas regiões isoladas, mais pobres. Nós subsidiamos e, além disso, pagamos um R\$ 1 bilhão a mais. Esse dinheiro foi embolsado pelas concessionárias, que têm de devolvê-lo, sem implicar ônus futuro para o consumidor, até no processo de revisão tarifária”.

Caso seja aprovado o PDC 10/2011 que susta o entendimento da Aneel sobre o assunto obrigando as distribuidoras a devolver as quantias pagas a mais pelos consumidores, poderá haver um aumento nas tarifas de energia elétrica, pois, segundo Nelson Hubner, “se foi agregado um custo que não estava previsto, haverá reflexos na tarifa”.

---

#### **7.1.14. Tema: Discussão sobre os serviços da Eletropaulo na região metropolitana de São Paulo**

Requerimentos nºs 31/2011, do Sr. Deputado Roberto Santiago, e 40/2011, do Sr. Deputado Ricardo Izar, ambos desta Comissão de Defesa do Consumidor aprovados respectivamente em 25/05 e 29/06/2011; e 51/2011, dos Srs. Deputados Carlos Zarattini, Arnaldo Jardim e Luiz Fernando Machado da Comissão de Minas e Energia

**Data:** 06/07/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Flávia Lefèvre Guimarães** - representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor- PROTESTE

**Britaldo Soares** - Presidente do Grupo Eletropaulo

**Nelson Hubner** - Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

**José Aníbal** - Secretário de Energia do Estado de São Paulo.

---

A Comissão de Defesa do Consumidor participou da audiência pública conjunta para discutir os serviços da Eletropaulo, na Região Metropolitana de São Paulo.

A Sra. Flávia dissertou a respeito de supostas falhas na prestação dos serviços de energia elétrica da Eletropaulo, sobre o descumprimento de normas legais pela empresa e manifestou seu descontentamento com a atuação da ANEEL na fiscalização dos serviços da Concessionária.

O Sr. Britaldo Soares atribui tais falhas aos eventos climáticos que provocaram interrupção no fornecimento de energia a seus clientes, em fevereiro e junho de 2011, e na frequência média dessas interrupções nos últimos anos. Segundo ele, a Eletropaulo está fazendo investimentos e tem um plano de ação para melhorar os serviços prestados.



O Sr. Nelson Hubner, falou sobre a atuação da ANEEL na fiscalização dos serviços de energia elétrica e sobre a qualidade dos serviços fornecidos pelas concessionárias.

Já o Sr. José Aníbal relatou algumas interrupções no fornecimento de energia pela Eletropaulo, falou sobre a atuação da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo e pediu a colaboração da ANEEL na fiscalização das concessionárias de energia. O Secretário criticou os lucros exagerados da Eletropaulo que, em sua opinião, não se coadunam com a qualidade dos serviços prestados pela empresa.

O Deputado Carlos Zarattini sugeriu convite ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que, como sócio da Eletropaulo, comparecesse à Câmara dos Deputados para discutir as falhas nos serviços prestados pela empresa e a Resolução nº 414/2010 da ANEEL.

---

E, por fim, o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Roberto Santiago, manifestou a sua intenção de propor uma Proposta de Fiscalização e Controle na CDC para discutir as falhas na prestação de serviços pelas concessionárias de energia elétrica.

---

#### **7.1.15. Tema: Uniformização do tempo de atendimento dos clientes nas Agências Bancárias em todo o território Nacional**

Requerimento nº 30/2011 do Sr. Gean Loureiro

**Data:** 09/08/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Juliana Pereira da Silva** - Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça DPDC

**Ivo Vinícius Firmo** - Forum Nacional dos Procons

**José Augusto Peres Filho** - Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCON

**Murilo Portugal Filho** - Presidente da Federação Brasileira dos Bancos - Febraban

**Paulo Roberto Binicheski** - Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon

**Thiago Silva** - Diretor Geral do Procon de Florianópolis

A Comissão de Defesa do Consumidor realizou audiência pública para discutir a uniformização do tempo de atendimento dos clientes nas agências bancárias em todo o País. A audiência contou com a participação de representantes do Procon, Thiago Silva e Cristiana Santos; do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva, e o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Murilo Portugal. O autor do requerimento, deputado Gean Loureiro, pretendeu assim discutir sobre a criação de uma Política Nacional de Relações de Consumo.

Segundo o deputado Gean Loureiro, não há uniformidade sobre o assunto, já que existem diversas legislações estaduais e municipais sobre o tempo de atendimento fazendo com que as instituições bancárias tratem de forma diferenciada seus clientes, impedindo ainda, que estes cobrem ao poder público em geral. Ele ressaltou ainda que muitos consumidores ainda optam pelo atendimento pessoal, apesar dos caixas eletrônicos, como os aposentados, devendo portando serem respeitados.

---

Thiago Silva, representante do Procon de Florianópolis, relatou a experiência na cidade catarinense, onde, segundo seu relato, após a criação de uma lei municipal estipulando o tempo máximo em 20 minutos, o Procon agiu de maneira forte, aplicando mais de 500 autos de infração, fechando inclusive, uma agência bancária. Assim, as demais se adequaram, contratando mais funcionários e melhorando o atendimento.



Murilo Portugal, representante da Febraban, esclareceu que o prazo máximo de 20 ou 30 minutos para o atendimento nos estabelecimentos bancários, foi estipulado após várias reuniões entre os representantes dos bancos e os dos consumidores. Explicou que em dias normais, geralmente o tempo chega a ser inferior aos 20 minutos, porém, chegaria aos 30 minutos nos dias de pico de público. Citou ainda algumas pesquisas feitas em 750 agências que demonstraram melhoria no atendimento ao público, inclusive no tempo de atendimento: em 2009, 65% dos clientes esperaram apenas 15 minutos, prazo que diminuiu para 14 minutos em 2010, aonde 85% dos clientes foram atendidos dentro do tempo estipulado por lei.

Thiago Silva discordou das pesquisas citadas pelo representante da Febraban, afirmando que apenas em 2011 os bancos receberam mais de 630 autos de infração, sendo que uma agência específica chegou a receber 81 notificações no mesmo dia. Condenou ainda o desrespeito às leis estaduais e municipais que regem sobre o assunto.

Cristiana Santos, do Procon de Salvador, afirmou que a automação dos bancos e a consequente demissão de funcionários do setor contribuíram com o aumento das filas para os clientes que dirigem-se às agências. Sugeriu que os bancos ensinem os clientes a utilizarem os caixas automáticos, através de terminais de simulação. Cristiana também citou a questão da falta de segurança dos caixas eletrônicos e o aumento de casos de sequestros relâmpagos e assaltos.

---

O deputado Reguffe afirmou que pretende propor um projeto que uniformize o tempo de espera dos clientes bancários em todo o país, sugerindo que as multas aplicadas aos bancos sirvam para indenizarem tais consumidores.

---

#### **7.1.16. Tema: Prestar esclarecimentos sobre denúncias de corrupção envolvendo o Ministério do Turismo**

Requerimentos nºs: 101/11, dos Srs. Deputados Otavio Leite e Rui Palmeira desta Comissão de Turismo e Desporto; 103/11, do Sr. Rubens Bueno, desta Comissão de Turismo e Desporto; 148/11, do Sr. Deputado Fernando Francischini, subscrito pelos Senhores Deputados Vanderlei Macris e Duarte Nogueira, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; e 66/11, dos Srs. Deputados Reguffe e Ivan Valente, da Comissão de Defesa do Consumidor.

#### **Conjunta com as Comissões de Turismo e Desporto e de Fiscalização Financeira e Controle**

**Data:** 17/08/2011

#### **EXPOSITOR:**

**Pedro Novais** - Ministro do Estado do Turismo



A Comissão de Defesa do Consumidor participou da audiência pública conjunta para prestar esclarecimentos sobre denúncias de corrupção envolvendo o Ministério do Turismo.

O ministro do Turismo Pedro Novais prestou explicações sobre as suspeitas de desvio de verbas repassadas do Ministério ao Instituto Brasileiro de

---

Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi), uma entidade sem fins lucrativos. Admitiu que pode ter havido irregularidades, afirmando que o problema está sendo apurado e será corrigido e eliminado. Informou sobre o afastamento dos servidores sob suspeita e defendeu a punição dos “verdadeiros culpados”.

O ministro explicou ainda que foi designada uma força-tarefa especial que reavaliará os convênios já firmados. Além disso, uma nova medida foi tomada no dia 12, na qual só poderão ser firmados convênios com entidades que comprovarem a aplicação regular de recursos já transferidos pelo ministério em outros acordos.

Segundo o deputado Henrique Eduardo Alves, as explicações do ministro foram “satisfatórias”. Essa não foi a mesma opinião do deputado Chico Alencar, que considerou o ministro “esquivo em suas explicações”. Alguns deputados defenderam a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar melhor o assunto.

---

#### **7.1.17. Tema: Obter esclarecimentos acerca da explosão de bueiros, na cidade do Rio de Janeiro**

Requerimento nº 58/2011, do Sr. Deputado Áureo

**Data:** 23/08/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Stenio Grangeiro Loureiro** - Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União - CGU

**Rodrigo Terra** - Promotor do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro.

**Carlos Alberto Cacau de Brito** - Coordenador do PROCON/RJ

**José Hilário Portes** - Superintendente de Operação e Manutenção de Rede da LIGHT.

**José Assad Thomé Júnior** - Superintendente Substituto de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade-ANEEL

**Bruno Armbrust** - Presidente da CEG Rio - Gás Natural Fenosa.

A Comissão de Defesa do Consumidor realizou audiência pública para obter esclarecimentos acerca da explosão de bueiros, na cidade do Rio de Janeiro. O debate foi solicitado pelo deputado Aureo (PRTB-RJ), com base em matéria do jornal O Globo, do último dia 6 de julho. Segundo a reportagem, foram registradas 31 explosões de bueiros em um período de 18 meses.



---

A reunião contou com as presenças de Nelson Hübner, diretor-geral da Aneel; Benjamin Zymler, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); José Hilário Portes, superintendente de Operação e Manutenção de Rede da empresa Light; Stenio Grangeiro Loureiro, analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU); Rodrigo Terra, promotor do Ministério Público Estadual do RJ; Carlos Alberto Cacau de Brito coordenador do Procon-RJ e Bruno Armbrust presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro.



Segundo o deputado Aureo, autor do requerimento, o objetivo da reunião seria apurar quais medidas estão sendo postas em ação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e também pelo Ministério Público e Procon, na fiscalização do problema e na busca de soluções. Afirmou ainda existir uma “falta de consideração” da concessionária de energia Light para com a população. Autor do requerimento solicitando Audiência Pública, realizada na Comissão de Defesa do Consumidor da qual é membro, o deputado Aureo pediu explicações à Light e CEG pelas ocorrências de explosão. Ele também quer saber quais investimentos estão sendo feitos e quais medidas de prevenção serão tomadas para que novos acidentes não ocorram.

Os deputados saíram insatisfeitos com as explicações da Light, a companhia de energia do estado, e da Aneel, agência que regula o setor. Nos últimos 18 meses, foram registradas 31 explosões. Em uma delas, no ano passado, um casal de americanos ficou gravemente ferido. O deputado Áureo (PRTB-RJ), que sugeriu a realização da audiência, disse que falta fiscalização e informação.

---

Segundo José Assad, representante da Aneel, a agência vem fiscalizando a concessionária de energia Light e concluirá um relatório nos próximos 90 dias.

O deputado Aureo solicitou cópia do relatório além da informação relativa às multas aplicadas, e ainda criticou o longo prazo para a finalização do relatório. Sugeriu também que a agência fiscalize permanentemente as concessionárias de luz e energia, não apenas em momentos de crise, como forma de garantir a qualidade do serviço oferecido.

Afirmou ainda que “a Agência não deve esperar um acidente ocorrer para cobrar das empresas concessionárias informações e relatórios periódicos. É muito menos levar 90 dias para concluir uma investigação. Principalmente porque os prejuízos não foram apenas materiais, mas tivemos vítimas fatais”.

O deputado pediu ao representante da Aneel que encaminhe o resultado do relatório e o valor das multas aplicadas. Ele também quer que a Light seja multada pelos prejuízos causados aos cariocas.

---

#### **7.1.18. Tema: Debater as questões relativas às barreiras comerciais sobre tubos de aço carbono, até cinco polegadas, sem costura provenientes da República Popular da China**

Requerimento nº 60/2011 do Sr. Ricardo Izar

**Data:** 30/08/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Felipe Hees** - Diretor do DECOM - Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

**Marcelo Rosário da Barrosa** - Diretor-executivo da Mercante Tubos;

**Pedro Nabuco Palhano** - Superintendente de Vendas de Tubos para Energia da V & M do Brasil (Vallourec & Mannesmann Tubes);

**Paulo José Ricci Coelho** - Gerente de Vendas de Tubos para Energia & Indústria da V & M;

**Durval De Noronha Goyos Júnior** - Advogado, representante das empresas: Sideraço, Comexport, Cotia, Ambar, Columbia, Yangzhou Lontrin Steel Tube Co, Ltd e Hengyang Steel Tube Group Int'l Trading Inc.

O objetivo da audiência foi obter esclarecimentos sobre a denúncia feita pela multinacional V&M, junto à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do



Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de que as indústrias chinesas estariam praticando dumping na venda dos tubos de aço carbono, utilizados em oleodutos e gasodutos. O dumping é um “Sistema de economia protecionista que, para incentivar artificialmente a exportação, lança no mercado internacional produtos pelo preço do custo, ou abaixo do custo, elevando-os excessivamente no mercado interno, de forma que compense o prejuízo.”



Para os deputados Roberto Santiago e Ricardo Izar, a criação dessas barreiras pode acarretar aumento de preços para o consumidor, surgimento de monopólio industrial e atraso na entrega de obras públicas e privadas.

Segundo o deputado Ricardo Izar, a V&M do Brasil vem reajustando o preço do produto nos últimos anos de forma condizente com monopólio, já que detém há décadas 98,8% do mercado nacional. Assim, para as pequenas e médias empresas nacionais, adquirir o produto de firmas ligadas à V&M aumentaria absurdamente o custo, restando apenas a opção de importa-los.

Acrescentou ainda que, a indústria nacional não conseguirá suprir a demanda do país. Citou como exemplo a exploração do pré-sal por parte da Petrobras, será necessária a aquisição de tubos de aço, e, somente com a aquisição de tubos importados, a empresa conseguiu reduzir os custos em uma obra no Rio de Janeiro, em 15%.

---

#### **7.1.19. Tema: Debater a qualidade do atendimento aos usuários de planos de saúde**

Requerimento nº 43/2011 e 62/11 do Sr. Valadares Filho

---

**Data:** 13/09/2011

**EXPOSITORES:**

**Eduardo Marcelo de Lima Sales** - Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

**Cid Carvalho** - Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM

**José Abel Alcanfor Ximenes** - Representante Nacional do Ramo Saúde da OCB

**José Cechin** - Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde

A Comissão de Defesa do Consumidor, a requerimento do Deputado Valadares Filho, realizou audiência pública para discutir a qualidade do atendimento aos usuários de planos de saúde.



O Deputado Valadares Filho, autor do requerimento, esclareceu que o tema é oportuno, uma vez que os planos de saúde, por mais de dez anos, lideram o ranking de reclamação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). As queixas mais comuns dizem respeito ao aumento do valor mensal, às cláusulas contratuais abusivas e a negativa de cobertura de procedimentos e exames.

Cid Carvalho, presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), afirmou que os planos de saúde impedem ou dificultam a realização de alguns exames importantes, prejudicando os usuários. “O contrato exige que se tenha uma pré-autorização. Então, o pedido tramita em várias instâncias da operadora e, tempos depois, vem a resposta: ‘infelizmente, não cobrimos o que foi solicitado’”, criticou. Também lembrou que são baixos os valores repassados aos médicos por consulta, na média de R\$35, sendo que o custo operacional da

---

consulta fica em torno de R\$20, alegando que “muitos médicos estão pagando para trabalhar”.

Afirmando que não há má-fé nessa interferência, José Cechin, representante da Federação Nacional da Saúde (FenaSaúde), disse que o objetivo é administrar melhor os recursos para todos os usuários, e que por isso “às vezes, questionamos os especialistas se não seria melhor fazer um tipo de procedimento em detrimento de outro”. Disse ainda, que cerca de 80% dos beneficiários avaliam positivamente os serviços de planos de saúde, conforme pesquisa realizada pelo DataFolha/IESS.

Eduardo Marcelo, representante da ANS, foi questionado sobre o reajuste das mensalidades, afirmando que “os aumentos de preço do complexo industrial da saúde estão sempre acima da inflação. É assim em todo o mundo”. Disse também que a ANS fiscaliza e pune os abusos cometidos pelas operadoras de planos de saúde. Tal sistema, porém, é prejudicado pela demora e burocracia do processo, em prol da garantia de ampla defesa. “Como há várias esferas de contestação, as empresas se beneficiam disso”.

Já o deputado Dimas Ramalho ponderou o fato de os planos de saúde não prestam um serviço de qualidade. “Não acredito que 80% deles estejam satisfeitos conforme dados apresentados pelo representante da FenaSaúde. Na hora de fazer uma consulta é que surgem os problemas, pois leva-se muito tempo para conseguir atendimento. Precisamos melhorar isso”, afirmou.

O deputado Gean Loureiro esclareceu que muitos usuários não sabem como e onde devem recorrer para reclamarem ou tirarem dúvidas sobre os planos de saúde, afirmando que já cobrou da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) uma maior divulgação desse canal de interação entre o órgão e a população.

---

#### **7.1.20. Tema: “prestar esclarecimentos sobre o sistema de televisão por assinatura e suas tecnologias no Brasil.”.**

Requerimentos nº 36/2011, 46/2011, 47/2011 e 67/2011 dos Deputados Otoniel Lima, Walter Ihoshi e Eli Corrêa Filho

**Data:** 27/09/2011

#### **EXPOSITORES:**

**Ara Apkar Minassian** - Superintendente de Comunicação de Massa da ANATEL

**Walter Vieira Ceneviva** - Membro do Conselho de associados da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA

---

**Luis Roberto Antonik** - Diretor Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão – ABERT

**José Francisco De Araújo Lima** - Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTAe representante da EMBRATEL

**Humberto Chiesi Filho** - Supervisor de Relações de Consumo da SKY

**Carlos André S. Lins De Albuquerque** - Diretor Geral da Associação NEOTEC

**Mariana Filizola** - Diretora Geral da Associação NEOTV

**Carlos Alkimim** - Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura – ABPTA

**Celso Russomanno** - Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – INADEC

A Comissão de Defesa do Consumidor realizou audiência pública para prestar esclarecimentos sobre o sistema de televisão por assinatura e suas tecnologias no Brasil. O debate foi solicitado pelos deputados Otoniel Lima, Walter Ihoshi e Eli Corrêa Filho.



Estiveram presentes os senhores: Ara Apkhar Minassian, Superintendente de Comunicação de Massa da ANATEL; Walter Vieira Ceneviva, Membro do Conselho de associados da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA; Luis Roberto Antonik, Diretor Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão - ABERT; José Francisco de Araújo Lima, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA e representante da EMBRATEL; Humberto Chiesi Filho, Supervisor de Relações de Consumo da SKY; Carlos André S. Lins de Albuquerque, Diretor

---

Geral da Associação NEOTEC; Mariana Filizola, Diretora Geral da Associação NEOTV; e Carlos Alkimim, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura - ABPTA.

O Deputado Walter Ihoshi, autor do requerimento, afirmou que a audiência era muito oportuna em virtude da quantidade de queixas feitas pelos usuários dos serviços de TVs por assinatura. Esclareceu ainda que com a aprovação do marco regulatório do setor de telecomunicações o serviço de TV paga poderá ser oferecido também pelas empresas de telefonia. Disse ainda que, “com a nova lei, poderemos exigir dessas empresas um serviço de melhor qualidade”.

A lei mencionada pelo deputado é a de nº 12.485/2011 e foi recentemente sancionada após um grande debate na Câmara que incluiu audiências públicas realizadas pela Comissão de Defesa do Consumidor. Ela permite que empresas de telefonia participem do mercado de TVs pagas, além de estipular cotas para programas nacionais. No país, são cerca de 10 milhões de assinantes conforme números da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Foi ainda debatido o projeto de lei nº 66/11 que tramita na Câmara e estabelece uma ordem única de canais, ou seja, uma TV pública teria o mesmo número em todas as operadoras, por exemplo.

Conforme o deputado Walter Ihoshi, “o consumidor precisa ter consciência dos seus direitos” uma vez que os serviços prestados pelas empresas de TVs pagas mudam a cada mês.

---

**7.1.21. TEMA: Discutir a “participação do BNDES na Eletropaulo” e “Discutir a política de financiamentos e as diretrizes de fomento aplicadas pelo Sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.**

Requerimentos de nºs 57/2011 e 61/2011 dos Deputados Roberto Santiago e Reguffe

**Data:** 04/10/2011

**EXPOSITORES:**

**Joaquim Dias de Castro** - Gerente do Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira da área de mercado de capitais – BNDES.

**Cesar Augusto Chaves Mendonça** - Engenheiro do Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira da área de mercado de capitais – BNDES.



---

A Comissão de Defesa do Consumidor realizou audiência pública para debater sobre a participação e a política de financiamento e as diretrizes de fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na Eletropaulo.

Segundo um dos autores do requerimento, Deputado Roberto Santiago, o objetivo da audiência seria obter esclarecimentos sobre a forma como o BNDES exigirá da Eletropaulo uma distribuição de energia elétrica com mais qualidade, lembrando que a precariedade desse fornecimento em São Paulo já foi tema de audiência pública conjunta realizada em julho pelas comissões de Defesa do Consumidor e de Minas e Energia.



Apesar de convidado, Luciano Coutinho, presidente do BNDES, não compareceu, provocando a irritação do deputado Roberto Santiago, que definiu a ausência como “falta de respeito”. O comparecimento de apenas dois técnicos do BNDES frustrou também as expectativas dos demais parlamentares presentes.

O deputado Reguffe, que pretendia obter esclarecimentos sobre a política de financiamento do banco, também se indignou com a ausência do presidente do BNDES, afirmando que por princípio o órgão é um banco público, tendo então a obrigação de prestar informações ao Parlamento e à sociedade brasileira.

Os técnicos então foram questionados sobre a precariedade do fornecimento de energia elétrica em São Paulo, em especial sobre os apagões ocorridos em junho desse ano após um vendaval, deixando por até dois dias sem luz alguns bairros paulistanos. O gerente do grupo, Joaquim Dias de Castro esclareceu que o banco, por meio da BNDESPar, é proprietário de 49,99% das ações da Brasiliana, holding que controla a Eletropaulo e vem adotando medidas preventivas. O BNDES, após visitar o centro de operações da Eletropaulo, mapeou as causas das falhas, autorizou a contratação de profissionais e

---

autorizou o investimento de milhões de reais na central de atendimento e no aperfeiçoamento dos serviços. Segundo ele, a Eletropaulo prestará assim um serviço melhor para a população.

Embora o debate tenha seguido seu curso com a presença apenas dos técnicos do banco, muitas questões ficaram sem resposta devido à ausência de seu presidente. Segundo o deputado Roberto Santiago, “apenas o presidente do banco poderia esclarecer quais são as prioridades do BNDES, que ações de fiscalização estão sendo efetuadas e como a instituição pretende garantir a prestação de serviços públicos de qualidade”, afirmou.

---

**7.1.22. Tema: “Prestar esclarecimentos quanto ao financiamento do BNDES em processo de fusão, à internacionalização de empresas, às políticas do banco, e ao desempenho da BNDES Participações S/A.”.**

Requerimentos nºs 51, 52, 53 e 55/11 da Comissão de Finanças e Tributação; nº 29/11 da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; nºs 99 e 100/11 da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

**Data:** 19/10/2011

**Conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Fiscalização Financeira e Controle, com participação da Comissão de Defesa do Consumidor**

**EXPOSITOR:**

**Luciano Coutinho** - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES;

As Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Fiscalização Financeira e Controle, com participação da Comissão de Defesa do Consumidor, realizaram audiência pública para discutir financiamento do BNDES em processos de fusão, a internacionalização de empresas, as políticas do banco, e o desempenho da BNDES Participações S/A. A reunião contou com a presença de Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, e foi ensejada pelas notícias de que o órgão de fomento financiaria com R\$ 4,5 bilhões a operação de fusão entre os grupos Pão de Açúcar e Carrefour.

Segundo Coutinho, o BNDES não apoiou a fusão dos supermercados, a qual não avançou devido a divergências entre os sócios do Pão de Açúcar. Ele disse que o banco apenas considerou a operação como “elegível”, desde que respeitasse algumas premissas – entre elas, a de que houvesse “harmônico entendimento” entre os sócios, o que não ocorreu. O presidente destacou, no

---

entanto, que a fusão poderia trazer “grandes vantagens” à economia brasileira, porque “levaria um grupo brasileiro a ter uma posição de influência dominante na operação internacional do Carrefour”.

O presidente do BNDES ressaltou ainda que eventuais concentrações de mercado poderiam ser solucionadas com a venda de unidades dos supermercados envolvidos na fusão. “Essa questão da concentração é técnica e pode ser endereçada de forma muito precisa: quando há superposição de duas redes de varejo, é preciso olhar se há concentração no microespaço, onde o consumidor faz compra. Se isso houver, a prática internacional e a nossa prática têm sido de obrigar a venda das unidades nas áreas de superposição”, declarou.



Coutinho também afirmou que as operações feitas pelo banco no exterior não comprometem os investimentos em infraestrutura no Brasil. Para ele, há um entendimento incorreto sobre essas operações do banco, porque elas não financiam obras no exterior, mas exportações brasileiras de bens e serviços para o país onde ocorre a obra. “Todo o financiamento feito pelo BNDES corresponde a uma importação de bens e serviços nacionais. Nesse sentido, financiamos em reais uma exportação que vai gerar empregos no Brasil e ajudar a integração da América Latina”, ponderou.

“Essas operações não ocorrem em detrimento das operações de infraestrutura no Brasil. No ano passado, as obras no País representaram recursos da ordem de R\$ 52 bilhões, enquanto os financiamentos de bens e serviços foram da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Portanto, não estamos concorrendo com os investimentos em infraestrutura no Brasil, que são substanciais e continuarão crescendo de forma relevante”, declarou.

Por fim, o presidente do BNDES afirmou que o órgão não é a única fonte de recursos para os outros países, que poderiam contar também com a



---

Cooperação Andina de Fomento (CAF), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

---

**7.1.23. Tema: Tratar das questões relativas a cobranças indevidas de tarifas bancárias por parte das instituições financeiras**

Requerimentos nº 34/11 do Dep. Dimas Ramalho e 39/11 do Dep. Nelson Markezelli

**Data:** 25/10/2011

**EXPOSITORES:**

**Paulo Sergio Neves de Souza** - Chefe de Subunidade no Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários do Banco Central do Brasil

**Claudio Gheventer** - Procurador da República do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro

**Murilo Portugal Filho** - Presidente da Federação Brasileira dos Bancos - Febraban

A Comissão de Defesa do Consumidor, a requerimento dos deputados Dimas Ramalho e Nelson Markezelli, realizou audiência pública para discutir questões relativas a cobranças indevidas de tarifas bancárias por parte das instituições financeiras, durante os anos de 2008 a 2010.

O tema surgiu após ser recomendada, em maio de 2011 pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, a devolução de milhões de reais aos clientes dos bancos Santander e Itaú, arrecadados através de cobranças indevidas.

O deputado Dimas Ramalho, autor do requerimento, afirmou que o debate tem por objetivo auxiliar a comissão a encontrar medidas preventivas contra essa cobrança indevida. Para o Deputado Nelson Markezelli, também autor, esclareceu que no caso dos bancos citados, as cobranças indevidas foram de “comissão sobre operações ativas” e multas por cheques devolvidos.

Cláudio Gheventer, Procurador do Ministério Público do Rio de Janeiro, informou que embora os bancos Santander, HSBC e Itaú/Unibanco tenham arrecadado R\$ 870 milhões de seus clientes através da cobrança de tarifas indevidas entre 2008 e 2009, porém, só aceitam devolver R\$ 180 milhões aos seus clientes. As tarifas, num total de seis, incidiam sobre o cheque especial, o crédito rotativo, o refinanciamento de cartões de crédito. No caso do banco Santander, também os custos do banco na realização de operações de crédito e arrendamento mercantil foram repassados aos clientes.

Segundo Cláudio Gheventer, os bancos aceitaram devolver apenas quatro dessas tarifas, de forma parcial, a partir da data em que o Banco Central

---

determinou que fosse encerrada tal cobrança. Por tal motivo, o procurador entrou com uma ação civil na Justiça do Rio de Janeiro solicitando o ressarcimento em dobro do valor devido aos clientes, acrescido de danos morais.

Murilo Portugal, presidente da Febraban, afirmou que as tarifas cobradas não estavam proibidas até 2008 e que os bancos faziam porque não consideravam tarifas a comissão para abertura de crédito, a multa por cheque sem fundo devolvido etc. Somente após Banco Central informar que tais cobranças estavam proibidas, que os bancos deixaram de fazê-la e começaram a devolver tais valores. Tal declaração foi contestada pelo procurador Cláudio Gheventer, que afirma que os bancos não pretendem devolver aos seus clientes cerca de 690 milhões.



O deputado Dimas Ramalho criticou a ação do Banco Central dizendo "nós queremos o Banco Central forte. Qual o órgão do Brasil responsável por fiscalizar, impor normas, e exigir o cumprimento de normas? É o Banco Central. Na medida em que o próprio jurídico do Banco Central abre mão da sua tarefa de solicitar devolução, abre mão do direito que tem - que nós, deputados, demos ao a essa autarquia. Lamento profundamente. Quem perde com isso é Banco Central e o consumidor, que, infelizmente, mais uma vez, teve o seu dinheiro retido ilegalmente".

O deputado Nelson Marquezelli sugeriu que a legislação brasileira seja mais severa em relação aos bancos. Ele criticou a postura dos bancos em cobrarem taxas além dos juros sobre o cheque especial.

Paulo Sergio Neves de Souza, representante do Banco Central do Brasil, informou que, de 2007 a 2009, foram realizadas realizou 209 inspeções no sistema financeiro pelo seu setor.

---

## 7.2. SEMINÁRIOS

### 7.2.1. Tema: Propostas para um Sistema Financeiro Cidadão

**Requerimentos:** n.º 28/2011-CDC do Sr. Roberto Santiago, 28/2011-CFT do Sr. João Dado, 57/2011-CFT do Sr. Arnaldo Jardim e nº 69/2011-CDC do Sr. Carlinhos Almeida

**Data:** 24/08/2011

#### EXPOSITORES:

**Anselmo Pereira Araújo Netto** - Consultor do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central

**Valquíria Oliveira Quixadá Nunes** - Coordenadora do Grupo de Trabalho do Sistema Financeiro Nacional da 3ª Câmara do Ministério Público Federal – MPF

**Amaury Martins de Oliva** - Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC

**Gustavo Marrone** - Diretor de Autorregulação da Federação Brasileira dos Bancos – Febraban

**Victor Leonardo de Araújo** - Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

**Sérgio Belsito** - Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL

**Maria Inês Dolci** - Coordenadora Institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Proteste

**Sílvio Giusti** - Gerente de Crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB

**Marcel Juvinião Barros** - Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF-CUT

A Comissão de Defesa do Consumidor realizou seminário para discutir um Sistema Financeiro Cidadão. O objetivo é fazer um levantamento dos principais problemas enfrentados pelos consumidores, tais como: as tarifas, os altos valores de juros cobrados, o tempo de espera nas filas, a terceirização dos serviços, entre outros, construindo propostas para minorar tais problemas no seu dia-a-dia.

---

De acordo com o artigo 192 da Constituição Federal, o sistema financeiro nacional deve tanto servir aos interesses coletivos quanto promover o desenvolvimento equilibrado do País. O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, através do Projeto 192, busca agrupar algumas propostas que reformulem o sistema financeiro nacional e atendam ao artigo constitucional.



O autor do seminário, Deputado Roberto Santiago, esclareceu que o país está em uma fase de grande desenvolvimento econômico, tornando-se vital a esse processo a disponibilidade de crédito para os cidadãos.

Afirmou ainda que o Sistema Financeiro Brasileiro é um dos mais competitivos e lucrativos, ocupando também o ranking de reclamações dos Procons. Os consumidores, principalmente os de classes C e D, recentemente incluídos pela democratização do crédito financeiro, enfrentam problemas para terem seus direitos respeitados, especialmente com relação à garantia e a clareza da informação, como estabelece o artigo 5º do Código de Defesa do Consumidor. “Em primeiro lugar, pela complexidade dos serviços; em segundo, pela desinformação; e em terceiro, pelo imenso poder econômico das empresas do setor”, disse o deputado.

Sérgio Belsito, presidente do Sinal, defende a autonomia financeira, administrativa, orçamentária e operacional do Banco Central em relação ao Poder Executivo e garante que o Projeto 192 busca contemplar essa mudança. “Às vezes, o Banco Central não tem condições de atuar por falta de instrumento legal, e defendemos que a instituição tenha mais poder”, afirmou.

O deputado Ricardo Berzoini assegurou que as propostas do sindicato serão discutidas por um grupo de parlamentares e em seguida serão apresentadas. Disse ainda que “o Banco Central tem agido de uma maneira extremamente leniente em relação ao abuso dos bancos. Nenhum país tem taxas

---

de juros ao consumidor tão altas quanto no Brasil. Precisamos ter taxas de juros em que o cidadão que pega um crédito não corra o risco de ir à falência", afirmou.

Segundo Anselmo Araújo, representante do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central, um dos objetivos da instituição a ser alcançado até 2014 é a inclusão financeira da população. Disse ainda que o banco busca os efeitos positivos disso, como a eficiência do sistema, o aumento de acesso em poupança e investimentos, entre outros.

Valquíria Quixadá, procuradora do Ministério Público Federal, defendeu a necessidade do investimento na educação financeira da população, uma vez que o país tem cerca de 30 milhões de novos consumidores de produtos bancários.

Gustavo Marrone, representante da Febraban, reconheceu que os consumidores têm razão ao reclamarem da falta de informação clara e simplificada, apresentando propostas para minimizarem o problema, como contratos mais curtos, simples e claros. Afirmou ainda que as reclamações em sua maioria são sobre cobranças indevidas em decorrência de serviços não solicitados ou sobre cobranças de tarifas que não são mais autorizadas, mas que constavam de contratos antigos.

Alegou ainda que a Febraban procura forma de reduzir os altos juros cobrados pelos bancos, explicando que "não interessa ao banco dar um produto ao consumidor que, depois de seis meses, pode desistir de ser cliente do banco; o que interessa é criar uma rede de sustentabilidade".

Foi lembrada ainda, pelo deputado Roberto Santiago, a questão dos "pastinhas", agentes que ofertam empréstimos, principalmente consignados ou outros serviços bancários, repassando os custos administrativos, elevando o valor das taxas e lesando os consumidores. Foi cobrada a responsabilidade das instituições bancárias sobre esses intermediários.

Conforme Sérgio Belsito, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, essa prática, ainda que útil, precisa ser fiscalizada pelas empresas e ainda pelo Banco Central. "Esses correspondentes não têm uma preparação adequada. Existe uma competitividade predatória entre eles. E o Banco tem metas para cumprir e, de certa forma, fecha os olhos para uma atuação inescrupulosa do correspondente", afirmou.

---

### **7.2.2. Tema: “O papel das Agências Reguladoras”.**

Requerimento nº 42/2011 do Sr. Chico Lopes

**Data:** 26/10/2011

#### **1ª MESA - Histórico, lições e papel das agências reguladoras no mundo.**

**Coordenador:** Deputado Roberto Santiago

#### **DEBATEDORES:**

**Antônio Carlos da Fonseca** - Subprocurador Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara do Ministério Público Federal - MPF

**Luis Eduardo Duque Dutra** - Chefe de Gabinete do Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

**Adalberto Santos de Vasconcelos** - Titular da 1ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União - SEFID-1/TCU

**Paulo Rodrigues Mendes** - Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras - ANER

**Alexandre Gomide** - Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

#### **2ª MESA - A lei das agências - PL 3337/2004 - limites, avanços e perspectivas.**

**Coordenador:** Deputado Chico Lopes

#### **DEBATEDORES:**

**Luiz Alberto dos Santos** - Coordenador do Comitê Gestor do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PROREG

**Maurício de Albuquerque Wanderley** - Titular da 2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União - SEFID-2/TCU

**João Maria Medeiros de Oliveira** - Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - Sinagências

**Sérgio Guerra** - Professor da Fundação Getúlio Vargas

---

A Comissão de Defesa do Consumidor, a requerimento do deputado Chico Lopes, realizou seminário para discutir o papel das agências reguladoras.

Luiz Alberto dos Santos, representante da Casa Civil, esclareceu durante os debates que ainda em 2011 espera-se a aprovação do PL 3337/04, do Poder Executivo, que estabelece critérios para a atuação das agências e define suas competências e dos ministérios às quais estão vinculadas. Afirmou ainda que estão sendo discutidas algumas alterações, como a que introduz no texto “regras para análise de impacto regulatório”, obrigando as agências a fazerem análise das normas que serão implementadas.



Os parlamentares presentes também defenderam a aprovação do PL 3337/04 e criticaram a atuação das agências reguladoras, citando o alto índice de queixas de consumidores. Para o deputado Chico Lopes, que solicitou o seminário, “não é de hoje que as agências não atendem às expectativas da população em relação à defesa do consumidor”.

Maurício de Albuquerque Wanderley, representante do Tribunal de Contas da União, afirmou que as agências já podem implementar a avaliação de impacto regulatório, solicitada pela Câmara, na qual foram apresentadas ações para melhorar a governança das agências. Segundo ele, mais inovações já poderiam ser implementadas agora, sem esperar a aprovação do PL.

Sobre a sabatina do Senado Federal aos dirigentes das agências, Maurício Wanderley recomendou que sejam utilizados critérios mais rigorosos. Defendeu ainda um prazo de quarentena mais longo para os ocupantes de cargos de direção, de pelo menos um ano, sendo atualmente de quatro meses. Recomendou ainda que durante o processo de escolha do nome do dirigente pelo Poder Executivo, haja um substituto indicado do corpo técnico da agência, para não prejudicar o processo decisório, esclareceu.



---

Durante os debates, Antônio Carlos da Fonseca, subprocurador-geral da República, defendeu que a indicação de novos dirigentes de agências fosse dividida entre os Poderes Executivo e Legislativo, criticando as indicações políticas. Defendeu ainda que a nova lei estabeleça a obrigatoriedade das agências fazerem análise de impacto regulatório de seus próprios atos e também que sejam instituídos os contratos de gestão para as agências, com a obrigação dos ministérios acompanharem a sua execução.



O representante dos Servidores das Agências Reguladoras, Paulo Rodrigues Mendes, da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras (Aner), defendeu ainda que a PEC 81/03, que tramita no Senado Federal, seja aprovada, inserindo assim na Constituição Federal, dispositivos sobre as agências reguladoras.

Alexandre Gomide, representante do IPEA, ressaltou a falta de comunicação entre as agências reguladoras e os órgãos representantes dos consumidores.

O Deputado Roberto Santiago afirmou que as agências são necessárias, mas que os setores regulados cresceram e não foram alcançados pela evolução das agências que os regulam. Disse que o governo federal deve ser pressionado para que reforce o papel dessas agências. Tal aspecto foi também defendido pelo Deputado Dimas Ramalho. Segundo ele, a insatisfação do consumidor, através das queixas, mostra que as agências precisam ser fortalecidas. O deputado Reguffe concordou e afirmou ainda que “muitas vezes as agências agem como braço das empresas que prestam os serviços”.

O deputado Eduardo da Fonte relatou a questão do erro de metodologia de reajuste da tarifa de energia elétrica empregado pela Aneel que resultou em um aumento abusivo entre 2002 e 2009, afirmando que “a Aneel até hoje não obrigou as concessionárias a devolver o que foi pago a mais pelos consumidores”.



---

## 8 – RELATORIAS E DESIGNAÇÕES

**Relatora: Deputada Ana Arraes**

**PL 3498/2008** - PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, e dá outras providências.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 5593/2009** - ROSE DE FREITAS - Acresce parágrafo único ao art. 84 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos, para autorizar a transferência de titularidade dos encargos que menciona, durante o período contratual.

Data de designação: 31/5/2011

**PL 7942/2010** - ARNALDO FARIA DE SÁ - Princípio da Continuidade do Seguro de Vida, alterando os arts. 774,769 e 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e dá outras providências.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 141/2011** - WELITON PRADO - Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, dispondo sobre a comercialização de energia elétrica.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 641/2011** - GERALDO RESENDE - Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar-lhe inciso estabelecendo multa aos meios de hospedagem que não cumprirem a diária de 24 horas, e dá outras providências.

Data de designação: 27/4/2011

**PFC 5/2011** - EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle com vistas a auditar o processo de reajuste tarifário da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), no ano de 2011.

Data de designação: 23/8/2011

**Relator: Deputado Antônio Roberto**

**PL 4394/2008** - DAVI ALCOLUMBRE - Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 5756/2009** - JEFFERSON CAMPOS - Dispõe sobre a disposição da inscrição do prazo de validade nas embalagens de produtos alimentícios.

Data de designação: 17/3/2011

---

**PL 198/2011** - SANDES JÚNIOR - Dispõe sobre as sacolas oferecidas gratuitamente pelo fornecedor ao consumidor final para embalagem ou reembalagem de produtos e dá outras providências.

Data de designação: 10/8/2011

**Relator: Deputado Augusto Coutinho**

**PL 1151/2011** - NILDA GONDIM - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, para definir regras sobre a oferta e apresentação de produtos ou serviços.

Data de designação: 31/5/2011

**Relator: Deputado Aureo**

**PL 585/2011** - ELI CORREA FILHO - Obriga as operadoras de telefonia celular a incluir em seus contratos cláusula em que o cliente possa optar por receber ou não mensagens.

Data de designação: 20/4/2011

**Relator: Deputado Carlinhos Almeida**

**PL 1036/2011** - DR. UBIALI - Acrescenta § 4º ao art. 6º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que "dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências", para permitir desligamento do aluno, por motivo de inadimplência, ao final do semestre letivo.

Data de designação: 31/5/2011

**PL 1046/2011** - DR. UBIALI - Dispõe sobre o prazo de validade em pilhas e baterias e dá outras providências.

Data de designação: 31/5/2011

**PL 1512/2011** - ELIANE ROLIM - Dispõe sobre o lançamento de modelos de veículos automotores produzidos por montadoras e fabricantes instalados no País.

Data de designação: 9/11/2011

**PL 2393/2011** - FRANCISCO ARAÚJO - Obriga as empresas prestadoras de telefonia móvel a disponibilizar o sinal de radiofrequência do serviço em um raio de trinta quilômetros das sedes dos municípios abrangidos pela área de concessão.

Data de designação: 19/10/2011

**Relator: Deputado Carlos Eduardo Cadoca**

**PL 240/2011** - SANDES JÚNIOR - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa e Proteção do Consumidor.

Data de designação: 24/3/2011

---

**PL 1150/2011** - NILDA GONDIM - Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.  
Data de designação: 31/5/2011

**Relator: Deputado Carlos Sampaio**

**PL 363/1999** - ENIO BACCI - Define regras para cláusulas que limitam direitos em contratos de adesão e dá outras providências.  
Data de designação: 2/3/2011

**PFC 11/2003** - LUCIANO ZICA - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias realize ato de fiscalização sobre Comissão de Valores Mobiliários, quanto à sua atuação na regulação de contratos de investimento coletivo, em especial nas operações realizadas pelas Fazendas Reunidas Boi Gordo.  
Data de designação: 17/3/2011

**PL 8000/2010** - MENDONÇA PRADO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem de voz informando a operadora de telefonia.  
Data de designação: 17/3/2011

**PL 52/2011** - ASSIS DO COUTO - Institui o Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar.  
Data de designação: 31/8/2011

**PL 425/2011** - HUGO LEAL - Dispõe sobre o tempo máximo de espera para o primeiro atendimento em unidades de emergência.  
Data de designação: 13/4/2011

**PL 602/2011** - LAERCIO OLIVEIRA - Autoriza o revendedor varejista de combustíveis a recarregar vasilhames de gás liquefeito de petróleo no estabelecimento denominado posto revendedor.  
Data de designação: 18/5/2011

**PL 641/2011** - GERALDO RESENDE - Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar-lhe inciso estabelecendo multa aos meios de hospedagem que não cumprirem a diária de 24 horas, e dá outras providências.  
Data de designação: 19/10/2011

**PL 731/2011** - WILSON FILHO - Acresce o inciso XIV, ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para fins de considerar abusiva a prática do fornecedor oferecer promoção para captação de novos consumidores, sem estendê-la àqueles com os quais já mantém contrato de relação de consumo.  
Data de designação: 27/4/2011

---

**PFC 24/2011** - ROBERTO SANTIAGO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize o desempenho da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL no exercício de sua competência para fiscalizar a prestação dos serviços de telecomunicações, em especial, quanto à qualidade e à modicidade tarifária dos serviços de telefonia móvel.

Data de designação: 13/7/2011

**PFC 41/2011** - ROBERTO SANTIAGO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a respeito de sua atuação regulatória e fiscalizatória sobre as operadoras de planos de saúde, em especial sobre o cumprimento de autorizações para a realização de cirurgias, exames e outros procedimentos e do prazo destes atendimentos aos usuários.

Data de designação: 21/9/2011

**Relator: Deputado César Halum**

**PFC 128/2006** - LUIZ BITTENCOURT - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize ato de fiscalização e controle para verificar denúncias de irregularidades comerciais praticadas pela empresa SUPERMAX BRASIL IMPORTADORA S/A.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 7052/2010** - CLEBER VERDE - Acrescenta o art. 37-A e 37 B na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre propaganda enganosa via internet, telemarketing enganoso, spams (mensagens não solicitadas), na publicidade de oferta de crédito ao consumidor em parcelas sem juros.

Data de designação: 15/3/2011

**PL 111/2011** - SANDES JÚNIOR - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir nova hipótese de cláusula contratual abusiva.

Data de designação: 15/3/2011

**PL 160/2011** - WELITON PRADO - Dispõe sobre a prorrogação da data de vencimento de boleto de Cobrança bancária, durante período de greve.

Data de designação: 15/3/2011

**PL 417/2011** - ELI CORREA FILHO - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a fim de incluir o Artigo 44-A.

Data de designação: 10/8/2011

**PL 649/2011** - NEILTON MULIM - Torna-se obrigatório o tabelamento de preços dos medicamentos genéricos.

Data de designação: 27/4/2011

**PL 919/2011** - REGUFFE - Acrescenta o § 2º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de se informar o valor total a ser pago pelos consumidores nas compras parceladas de produtos ou serviços, bem como nos empréstimos e financiamentos bancários.

---

Data de designação: 18/5/2011

**PL 1984/2011** - JEFFERSON CAMPOS - Dispõe sobre a fixação de placas nos postos revendedores de combustíveis em todo território nacional.

Data de designação: 13/9/2011

**Relator: Deputado Chico Lopes**

**PFC 16/2007** - EDUARDO DA FONTE - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor promova a fiscalização e controle dos atos da Agência Nacional de Energia Elétrica que estabeleceram revisão e reajuste de tarifas de energia elétrica da Companhia Energética de Pernambuco desde 2005.

Data de designação: 2/3/2011

**PL 2166/2007** - PEDRO EUGÊNIO - Dispõe sobre pedido de suspensão ou rescisão de contrato de prestação de serviço de telecomunicações.

Data de designação: 2/3/2011

**PFC 56/2008** - CIRO NOGUEIRA - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor requeira ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria nos procedimentos e na metodologia dos reajustes tarifários anuais (RTA) e das revisões tarifárias periódicas (RTP) da Companhia Energética do Piauí (CEPISA), autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Data de designação: 2/3/2011

**PL 5995/2009** - ANTONIO BULHÕES - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para estender o direito de arrependimento ao consumidor que adquire produtos ou serviços, ou contrata o fornecimento deles, dentro do estabelecimento comercial.

Data de designação: 9/11/2011

**PL 6067/2009** - PAULO PIAU - Estabelece desconto aplicável às tarifas de energia elétrica referentes às unidades consumidoras classificadas na classe residencial em que resida usuário de balão de oxigênio.

Data de designação: 2/3/2011

**PL 6097/2009** - CLEBER VERDE - Dispõe sobre as convocações de audiências públicas das Distribuidoras de Energia Elétrica e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e dá outras providências.

Data de designação: 2/3/2011

**PFC 116/2010** - EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle com vistas a apurar possível apropriação indevida e/ou ganhos abusivos pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) no repasse das perdas comerciais, no período de 2002 a 2009.

Data de designação: 2/3/2011

---

**PDC 10/2011** - EDUARDO DA FONTE - Para sustar os efeitos normativos do ato da Diretoria da ANEEL, que negou o direito dos consumidores brasileiros de serem ressarcidos do erro da metodologia de cálculo que elevou ilegalmente as tarifas de energia elétrica, e obrigar as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica a restituir o que receberam indevidamente dos consumidores, no período de 2002 a 2009.

Data de designação: 22/3/2011

**PL 1092/2011** - ONOFRE SANTO AGOSTINI - Dispõe sobre a fiscalização referente ao envasilhamento, comercialização e distribuição fracionada de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

Data de designação: 18/5/2011

**PL 2130/2011** - CARLOS SOUZA - Acrescenta inciso ao art. 39 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para caracterizar como prática abusiva a demora, por parte da instituição credora de financiamento para a aquisição de veículo, na liberação do respectivo gravame junto aos órgãos de trânsito.

Data de designação: 19/10/2011

**PL 2392/2011** - FRANCISCO ARAÚJO - Altera a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, que "Dispõe sobre o Sistema de Consórcio", para vedar a retenção de crédito a consorciado.

Data de designação: 19/10/2011

**Relator: Deputado Cláudio Puty**

**PL 52/2011** - ASSIS DO COUTO - Institui o Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar.

Data de designação: 17/3/2011

**Relator: Deputado Deley**

**PL 6100/2002** - CELSO RUSSOMANNO - Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Data de designação: 18/5/2011

**PL 2125/2007** - FELIPE BORNIER - Obriga o fornecedor de produto cultural pela Internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.

Data de designação: 13/9/2011

**PL 376/2011** - NILDA GONDIM - Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulação de calibrador de pneus.

Data de designação: 13/4/2011

**PL 786/2011** - ANDRE MOURA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

---

Data de designação: 18/5/2011

**PL 1182/2011** - MARCELO MATOS - Regulamenta a venda de bilhetes para apresentações artísticas e jogos de futebol.

Data de designação: 31/5/2011

**PL 2364/2011** - HUGO LEAL - Assegura informação prévia sobre chances de premiação em sorteio.

Data de designação: 19/10/2011

**Relator: Deputado Dimas Ramalho**

**PL 2566/1996** - SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Data de designação: 13/7/2011

**PL 557/2003** - JOÃO HERRMANN - Determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 1985.

Data de designação: 13/4/2011

**PL 7476/2006** - PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre as prescrições médicas e odontológicas, em garantia do princípio da transparência e do direito do consumidor de medicamentos à informação.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 4621/2009** - ANTONIO BULHÕES - Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre regras de validade de produtos colocados à venda ao consumidor.

Data de designação: 2/3/2011

**PFC 84/2009** - CHICO LOPES - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor requiera ao Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria nos procedimentos e na metodologia dos reajustes tarifários anuais (RTA) e das revisões tarifárias periódicas (RTP) da Companhia Energética do Ceará (COELCE), autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), nos últimos cinco anos.

Data de designação: 2/3/2011

**PL 5563/2009** - CARLOS BEZERRA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de prova de regularidade fiscal às empresas que pretenderem incluir o nome de consumidor inadimplente em bancos de dados de proteção ao crédito ou entidades afins.

Data de designação: 10/8/2011

**PL 5995/2009** - ANTONIO BULHÕES - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para estender o direito de arrependimento ao consumidor que adquire produtos ou serviços, ou contrata o fornecimento deles, dentro do estabelecimento comercial.

Data de designação: 2/3/2011

---

**PL 151/2011** - WELITON PRADO - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, para definir regras sobre a oferta e apresentação de produtos ou serviços.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 838/2011** - FELIPE BORNIER - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que "Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", para vedar a cobrança pelo consumo de água potável nas aeronaves comerciais.

Data de designação: 18/5/2011

**PL 1566/2011** - SENADO FEDERAL - Altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o prazo de 15 (quinze) dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente, e dá outras providências.

Data de designação: 28/6/2011

**PLP 76/2011** - FRANCISCO ARAÚJO - Veda a utilização do sistema francês de amortização, ou "tabela Price", nos empréstimos e financiamentos de qualquer natureza.

Data de designação: 19/10/2011

**PFC 41/2011** - ROBERTO SANTIAGO – Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a respeito de sua atuação regulatória e fiscalizatória sobre as operadoras de planos de saúde, em especial sobre o cumprimento de autorizações para a realização de cirurgias, exames e outros procedimentos e do prazo destes atendimentos aos usuários.

Data de designação: 21/12/2011

**Relator: Deputado Dr. Carlos Alberto**

**PL 1056/2011** - DR. UBIALI - Dispõe sobre o Serviço de Indenização ao Apostador - SIA e dá outras providências.

Data de designação: 31/5/2011

**PL 2096/2011** - LUIS TIBÉ - Acrescenta artigo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 1994, que "Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor".

Data de designação: 13/9/2011

**Relator: Deputado Eli Correa Filho**

**PL 6100/2002** - CELSO RUSSOMANNO - Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Data de designação: 31/8/2011



---

**PFC 49/2004** - PAULO LIMA - Propõe que esta Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize as empresas telefônicas em relação às reclamações dos abusos cometidos na fixação de preços e tarifas indevidas.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 6704/2006** - SENADO FEDERAL - Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, altera os incisos II e X do art. 6º e acrescenta o inciso XI ao art. 6º e o inciso XIV ao art. 39, todos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para proibir a cobrança do consumidor de serviços de telecomunicações que dêem suporte a serviços de valor adicionado cujo objeto seja a recepção de reclamações referentes a vícios ou defeitos em produtos ou serviços ou a prestação de informações sobre a utilização de produtos ou serviços.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 2799/2008** - SILAS CÂMARA - Torna obrigatória a afixação do texto da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, nos guichês para atendimento ao público das empresas de transporte interestadual.

Data de designação: 28/6/2011

**PL 3646/2008** - VANDERLEI MACRIS - Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para definir regras para a publicidade comercial nas emissoras de televisão.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 4394/2008** - DAVI ALCOLUMBRE - Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

Data de designação: 17/8/2011

**PL 6523/2009** - JOÃO DADO - Obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, e dá outras providências.

Data de designação: 13/4/2011

**PL 7854/2010** - NEILTON MULIM - Institui a divulgação dos direitos assegurados aos cidadãos nos respectivos ambientes e situações a que digam respeito, de forma clara e concisa.

Data de designação: 28/9/2011

**Relator: Deputado Fabio Trad**

**PFC 96/2009** - PAES LANDIM - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize os atos de gestão praticados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em relação à conduta empresarial da Federal de Seguros S.A., e de sua administradora Federal Vida e Previdência, bem como as ações desse órgão normatizador e fiscalizador, e daqueles de auto-regulação visando averiguar as sucessivas denúncias de desrespeito às apólices e utilização de estratégias procrastinatórias para recusa no pagamento de sinistros, bem como o descumprimento de decisões judiciais, principalmente no tocante

---

aos produtos seguros de vida e seguro de invalidez permanente, além de cobranças não autorizadas.

Data de designação: 24/3/2011

**Relator: Felipe Maia**

**PL 6523/2009** - JOÃO DADO - Obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores, e dá outras providências.

Data de designação: 18/5/2011

**Relator: Deputado Filipe Pereira**

**PL 557/2003** - JOÃO HERRMANN - Determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 1985.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 5632/2009** - VALDIR COLATTO - Dispõe sobre a padronização de documentos públicos e privados.

Data de designação: 22/3/2011

**Relator: Deputado Francisco Araújo**

**PL 4368/2008** - ELCIONE BARBALHO - Veda a cobrança na conta telefônica, em acréscimo ao valor da tarifa definida pela Agência Nacional de Telecomunicações, de tributos devidos pela concessionária de telefonia.

Data de designação: 23/8/2011

**PL 1393/2011** - STEFANO AGUIAR - Proíbe as instituições bancárias a informarem saldos de contas juntamente com o limite do cheque especial e de outras linhas de crédito ou financiamento que possam ser automaticamente utilizados pelo cliente.

Data de designação: 28/6/2011

**PL 1511/2011** - ERIKA KOKAY - Dispõe sobre a obrigatoriedade, para o fornecedor, de informar aos adquirentes, nas condições que especifica, os preços total e unitário dos produtos, quando ofertados em embalagens econômicas.

Data de designação: 28/6/2011

**PL 1586/2011** - MANATO - Acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Data de designação: 13/7/2011

**PL 1593/2011** - ROSE DE FREITAS - Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, assegurando o cancelamento de adesão.

---

Data de designação: 13/7/2011

**PL 1623/2011** - MIRIQUINHO BATISTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação do prazo de validade dos produtos ou serviços colocados em promoção.

Data de designação: 10/8/2011

**PFC 45/2011** - MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle na Eletrobras Distribuição Alagoas de Eletricidade de Alagoas.

Data de designação: 19/10/2011

**Relator: Deputado Gean Loureiro**

**PL 6624/2009** - CARLOS BEZERRA - Altera a Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, e a Lei nº 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer procedimentos no caso de convocação do veículo para sanar defeitos de fabricação.

Data de designação: 13/9/2011

**PL 7473/2010** - LUIZ CARLOS HAULY - Dispõe sobre a devolução dos valores cobrados a título de Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social do contribuinte e dá outras providências.

Data de designação: 18/5/2011

**PL 559/2011** - LINDOMAR GARÇON - Dispõe sobre a obrigatoriedade de laboratórios, hospitais e clínica odontológica credenciar no mínimo, três convênios de planos de saúde.

Data de designação: 31/5/2011

**PL 779/2011** - CARLOS BEZERRA - Acrescenta inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Data de designação: 18/5/2011

**PL 1018/2011** - REGUFFE - Acrescenta o inciso XIV ao art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, bem como acrescenta o inciso VIII ao art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para permitir que os órgãos de proteção e defesa do consumidor emitam documento líquido, certo e exigível, e para sua inclusão no rol dos títulos executivos extrajudiciais.

Data de designação: 31/5/2011

**PL 1512/2011** - ELIANE ROLIM - Dispõe sobre o lançamento de modelos de veículos automotores produzidos por montadoras e fabricantes instalados no País.

Data de designação: 28/6/2011

---

**PL 1677/2011** - INOCÊNCIO OLIVEIRA - Modifica o § 1º, do art. 16, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde".

Data de designação: 10/8/2011

**PL 1886/2011** - DÉCIO LIMA - Obriga as salas de cinema, empresas que produzem e comercializam aparelhos de televisão, computadores e outros equipamentos que transmitam ou utilizem imagem em tecnologia 3D a alertarem sobre a possibilidade de danos à saúde pela sua utilização.

Data de designação: 23/8/2011

**Relator: Deputado Hugo Napoleão**

**PL 7854/2010** - NEILTON MULIM - Institui a divulgação dos direitos assegurados aos cidadãos nos respectivos ambientes e situações a que digam respeito, de forma clara e concisa.

Data de designação: 17/3/2011

**Relatora: Deputada Iracema Portella**

**PL 693/1999** - JOÃO HENRIQUE - Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, Lei do Inquilinato, nos dispositivos que menciona.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 4383/2001** - ABELARDO LUPION - Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação, nos rótulos das embalagens de café, da porcentagem de cada espécie vegetal de que se compõe o produto.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 6100/2002** - CELSO RUSSOMANNO - Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 3769/2004** - CELSO RUSSOMANNO - Altera o art. 32 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Data de designação: 19/10/2011

**PL 6547/2009** - SENADO FEDERAL - Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços a eficiência e consumo energéticos.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 7880/2010** - MENDONÇA PRADO - Dispõe sobre a prestação de serviço telefônico de informações - "telelista".

Data de designação: 19/10/2011

---

**PL 1688/2011** - ANTÔNIO ROBERTO - Acrescenta artigo ao Código de Defesa do Consumidor, tipificar a conduta de produzir, a importar e comercializar brinquedos sem observar os imperativos de segurança estabelecidos pela autoridade competente.

Data de designação: 10/8/2011

**Relator: Deputado José Carlos Araújo**

**PFC 37/2000** - WALTER PINHEIRO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias fiscalize e investigue as atividades desenvolvidas pela empresa telefônica Telemar.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 7137/2002** - ZULAIÊ COBRA - Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a ela pertinentes.

Data de designação: 2/3/2011

**PFC 101/2005** - CELSO RUSSOMANNO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize ato de fiscalização e controle para verificar a regularidade dos processos de fusão das operadoras de TV paga Sky e DirecTV e da compra de parte da Net pela telefônica mexicana Telmex.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 6063/2009** - BETO FARO - Veda a cobrança de taxas pelas operadoras de cartão de crédito para transferência de pontos dos clientes para outros programas de fidelidade ou para recebimento de prêmios, no âmbito dos programas correspondentes.

Data de designação: 22/3/2011

**PL 1762/2011** - REGUFFE - Acrescenta o § 2º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar os fornecedores de veículos automotores a informar, nos manuais dos veículos a serem comercializados no Brasil, os valores acerca do consumo médio de combustível de cada veículo.

Data de designação: 23/8/2011

**Relator: Deputado Joseph Bandeira**

**PL 691/2011** - WELITON PRADO - Obriga aeroportos, shoppings, centros e empreendimentos comerciais e supermercados de grande porte, a disponibilizarem uma sala para a instalação dos postos do Procon.

Data de designação: 27/4/2011

**PL 1248/2011** - HUGO LEAL - Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para determinar a afiação do preço dos produtos por quilograma, metro ou litro.

---

Data de designação: 31/5/2011

**PFC 16/2011** - WELITON PRADO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle com vistas a apurar denúncias feitas em relação à metodologia de cálculo de faturamento e cobrança das contas de luz da CEMIG.

Data de designação: 13/7/2011

**Relatora: Deputada Lauriete**

**PL 7982/2010** - BONIFÁCIO DE ANDRADA - Determina que as empresas de transporte ofereçam alternativas aos usuários quando do impedimento do oferecimento do serviço.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 578/2011** - NILDA GONDIM - Dispõe sobre a inserção de mensagem informativa nas embalagens, frascos e recipientes de produtos cariogênicos.

Data de designação: 20/4/2011

**PL 767/2011** - LINCOLN PORTELA - Obriga a inscrição de mensagem nos rótulos dos alimentos ofertados ao consumidor alertando sobre a existência de ingredientes suínos.

Data de designação: 27/4/2011

**PL 2119/2011** - ROBERTO BRITTO - Altera a Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, vedando a inserção de data de abertura de conta nos talonários de cheque expedidos pelas instituições bancárias ou financeiras.

Data de designação: 19/10/2011

**Relator: Deputado Marcos Medrado**

**PL 1081/2011** - ROMERO RODRIGUES - Altera a Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do serviço de telefonia móvel a identificar a operadora destinatária da chamada.

Data de designação: 31/5/2011

**Relator: Deputado Nelson Marquezelli**

**PL 4245/2008** - FILIPE PEREIRA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 5805/2009** - BISPO GÊ TENUTA - Acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Data de designação: 13/4/2011

**PL 6745/2010** - SENADO FEDERAL - Altera o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23

---

de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 149/2011** - WELITON PRADO - Inclui os parágrafos 1º e 2º, do art 6º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, tornando obrigatória a divulgação do preço por quilo, por litro ou por metro de todos os produtos ofertados no varejo e dá outras providências.

Data de designação: 17/3/2011

**Relatora: Deputada Nilda Gondim**

**PL 3828/2008** - VALDIR COLATTO - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

Data de designação: 24/3/2011

**PL 1767/2011** - ELI CORREA FILHO - Dispõe sobre a pesagem de produto pré-medido.

Data de designação: 10/8/2011

**Relator: Deputado Otoniel Lima**

**PL 5533/2009** - LINDOMAR GARÇON - Dispõe sobre direitos dos passageiros no transporte coletivo rodoviário.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 7983/2010** - BONIFÁCIO DE ANDRADA - Determina a comunicação ao usuário de transporte sobre impedimentos em seu deslocamento.

Data de designação: 28/6/2011

**PL 8009/2010** - HUGO LEAL - Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para dispor sobre o bilhete de passagem.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 66/2011** - OTAVIO LEITE - Determina que as empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura, ficam obrigadas a disponibilizar ao público grade de programação formatada numa específica sequência crescente de números identificadores de canais, e dá outras providências.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 720/2011** - WELITON PRADO - Dispõe sobre a vedação da chamada "tarifa amarela" na cobrança da tarifa de energia elétrica e dá outras providências.

Data de designação: 27/4/2011

**Relator: Deputado Raimundão**

---

**PFC 48/2004** - PAULO LIMA - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize fiscalização, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, quanto a procedimento de reaproveitamento de materiais hospitalares de uso único - descartáveis.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 200/2011** - SANDES JÚNIOR - Dá nova redação ao § 2º do art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990.

Data de designação: 13/4/2011

**PL 396/2011** - DR. ALUIZIO - Dispõe sobre o fracionamento de medicamentos e dá nova redação aos arts. 2º, 4º e 9º do Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974.

Data de designação: 13/4/2011

**PL 505/2011** - ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação em cardápios e cartazes de bares, restaurantes, lanchonetes e similares sobre os valores calóricos dos alimentos e refeições oferecidos ao consumidor.

Data de designação: 13/4/2011

**PL 1312/2011** - PAULO MAGALHÃES - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, dispondo sobre produtos dietéticos.

Data de designação: 31/5/2011

**Relator: Deputado Reguffe**

**PL 4804/2009** - ELCIONE BARBALHO - Modifica a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares.

Data de designação: 17/3/2011

**PFC 92/2009** - CHICO LOPES - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, na GEAP - Fundação de Seguridade Social, a fim de verificar a aplicação dos recursos por ela recebidos destinados à assistência à saúde do servidor público federal ativo ou inativo e de seus familiares.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 5593/2009** - ROSE DE FREITAS - Acresce parágrafo único ao art. 84 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos, para autorizar a transferência de titularidade dos encargos que menciona, durante o período contratual.

Data de designação: 28/9/2011

**PL 5632/2009** - VALDIR COLATTO - Dispõe sobre a padronização de documentos públicos e privados.

Data de designação: 13/4/2011



---

**PFC 100/2009** - IVAN VALENTE - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize os atos de gestão administrativa efetuados pelo Banco Central no que concerne aos atos relacionados à ADPF 165-0/DF.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 754/2011** - HUGO LEAL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, de forma a obrigar as montadoras e importadoras de veículos automotores a fornecerem garantia adicional aos consumidores de veículos automotores novos, nos termos que especifica.

Data de designação: 19/10/2011

**PL 1884/2011** - BENJAMIN MARANHÃO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, sobre os direitos e deveres dos consumidores e fornecedores nas relações de consumo.

Data de designação: 23/8/2011

**Relator: Deputado Ricardo Izar**

**PL 6745/2010** - SENADO FEDERAL - Altera o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.

Data de designação: 23/3/2011

**PL 64/2011** - OTAVIO LEITE - Disciplina o procedimento que deverá ser executado pelo fabricante do veículo que necessite proceder a chamada para consertos e/ou troca de peça (recall), estabelece exigência para vistoria anual e transferência de propriedade de veículo automotor e dá outras providências.

Data de designação: 10/8/2011

**PL 123/2011** - JONAS DONIZETTE - Dispõe sobre a pactuação de indexador de reajustamento em contrato de locação residencial e dá outras providências.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 200/2011** - SANDES JÚNIOR - Dá nova redação ao § 2º do art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 200/2011** - SANDES JÚNIOR - Dá nova redação ao § 2º do art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990.

Data de designação: 3/5/2011

**PL 234/2011** - SANDES JÚNIOR - Inclui os parágrafos primeiro e segundo ao art. 781 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, de modo estabelecer normas sobre indenização para os contratos de seguro de veículos automotores.

Data de designação: 24/3/2011

---

**PL 569/2011** - WELITON PRADO - Dispõe sobre prestação de serviço pelas concessionárias de serviço público de saneamento básico e de energia elétrica.  
Data de designação: 20/4/2011

**PL 1511/2011** - ERIKA KOKAY - Dispõe sobre a obrigatoriedade, para o fornecedor, de informar aos adquirentes, nas condições que especifica, os preços total e unitário dos produtos, quando ofertados em embalagens econômicas.  
Data de designação: 28/9/2011

**PL 2433/2011** - JHONATAN DE JESUS - Acrescenta o § 9º ao art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.  
Data de designação: 19/10/2011

**Relator: Deputado Roberto Santiago**

**PFC 60/1997** - CELSO RUSSOMANNO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias fiscalize o Ministério da Aeronáutica, em sua atuação de controle dos procedimentos de manutenção de aeronaves, de segurança e de proteção ao voo..  
Data de designação: 17/3/2011

**PFC 10/2003** - LUIZ BITTENCOURT - Propõe que esta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, fiscalize denúncias em relação aos procedimentos administrativos das Empresas Administradoras de Cartões de Crédito.  
Data de designação: 17/3/2011

**PLP 66/2007** - ROBERTO BRITTO - Dispõe sobre as taxas de juros e demais encargos incidentes nos empréstimos consignados em folha de pagamento.  
Data de designação: 28/6/2011

**PL 2385/2007** - ANA ARRAES - Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas produtoras de medicamentos, alimentos e material de limpeza a utilizar a escrita "braille" nas embalagens de seus produtos.  
Data de designação: 17/3/2011

**PFC 35/2007** - IVAN VALENTE - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, fiscalize o Ministério da Defesa, a Agência Nacional de Aviação Civil - Anac e a Infraero Aeroportos Brasileiros, em sua atuação de controle, administração e segurança do transporte aéreo de passageiros e suas relações com as empresas aéreas.  
Data de designação: 17/3/2011

**PL 5470/2009** - CARLOS SAMPAIO - Obriga as pessoas jurídicas de direito privado a fazer constar, de suas páginas da internet sua razão social, seu número no registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e endereço da sede e sucursais e dá outras providências.  
Data de designação: 17/3/2011

---

**PL 7899/2010** - MANOEL JUNIOR - Altera a redação do art. 30 da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, "que dispõe sobre o sistema de consórcio", para determinar a devolução imediata dos valores pagos ao consorciado excluído.  
Data de designação: 17/3/2011

**PL 221/2011** - SANDES JÚNIOR - Altera os arts. 26, 39, 51, 82, 102 e 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências".  
Data de designação: 17/3/2011

**PL 275/2011** - CHICO LOPES - Proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional de deslocamento, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada.  
Data de designação: 24/3/2011

**PL 1807/2011** - FRANCISCO ARAÚJO - Acrescenta parágrafo ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir ao julgador declarar, de ofício, a nulidade das cláusulas abusivas.  
Data de designação: 10/8/2011

**PL 2126/2011** - PODER EXECUTIVO - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.  
Data de designação: 13/9/2011

**Relator: Deputado Valadares Filho**

**PL 7354/2010** - JÚLIO DELGADO - Dispõe sobre a compensação a clientes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no caso de atraso ou extravio de objeto postal.  
Data de designação: 17/3/2011

**PL 7409/2010** - FÁBIO FARIA - Dispõe sobre a obrigatoriedade das agências de automóveis, novos ou usados, informarem o valor dos tributos e eventuais multas para que o veículo possa circular livremente.  
Data de designação: 17/3/2011

**PL 214/2011** - SANDES JÚNIOR - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para ampliar o conceito de fornecedor, aumentar os prazos para reclamação por vícios aparentes e determinar o reinício da contagem desses prazos, após o atendimento da reclamação pelo fornecedor.  
Data de designação: 17/3/2011

**Relator: Deputado Vilalba**

**PL 1257/2011** - MÁRCIO MARINHO - Altera os arts. 39 e 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.  
Data de designação: 31/5/2011

---

**Relator: Deputado Walter Ihoshi**

**PL 6590/2006** - PAULO PIMENTA - Modifica a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, proibindo a cobrança de assinatura por pontos adicionais instalados no domicílio do assinante de serviço de TV a cabo.

Data de designação: 2/3/2011

**PFC 52/2008** - VITAL DO RÊGO FILHO - Propõe que o Tribunal de Contas da União fiscalize a Agência Nacional de Energia Elétrica para fiscalizar a autorização de reajuste das tarifas das distribuidoras Companhia Energética do Maranhão (Cemar), Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (antiga Saelpa).

Data de designação: 2/3/2011

**PL 205/2011** - SANDES JÚNIOR - Altera o art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

Data de designação: 15/3/2011

**PL 2313/2011** - MARLLOS SAMPAIO - Dispõe sobre obrigatoriedade de reconhecimento de firma e entrega de segunda via ao cliente em contratos de natureza financeira.

Data de designação: 19/10/2011

**Relator: Deputado Weliton Prado**

**PL 110/2011** - SANDES JÚNIOR - Acrescenta o art. 2ºA à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 1012/2011** - GERALDO RESENDE - Altera o art. 785 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil".

Data de designação: 18/5/2011

**PL 1357/2011** - LUIS TIBÉ - Dispõe sobre a obrigatoriedade de aferição dos medidores de energia elétrica utilizados em unidades consumidoras residenciais.

Data de designação: 31/5/2011

**Relator: Wolney Queiroz**

**PFC 122/2010** - EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle com vistas a apurar denúncias feitas em relação à metodologia de cálculo de faturamento e cobrança das contas de luz da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), no período de 2002 a 2009.

Data de designação: 17/3/2011

---

**PL 87/2011** - WELITON PRADO - Altera o art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Data de designação: 17/3/2011

**PL 465/2011** - ROBERTO BRITTO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura do serviço móvel em chamadas roaming ao longo de estradas federais.

Data de designação: 13/4/2011

**PL 851/2011** - GERALDO SIMÕES - Dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria prima nos produtos que especifica.

Data de designação: 18/5/2011

**PL 2407/2011** - CARLOS SOUZA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre consulta do consumidor a banco de dados e cadastro de consumidores.

Data de designação: 19/10/2011

---

## 9. A COMISSÃO NA IMPRENSA

### **Amontoado de más ideias**

Correio Braziliense; 16/05/2011

Na Câmara dos Deputados, entre os 1.175 projetos apresentados para supostamente proteger os clientes, muitos são uma ameaça ao consumidor ou revelam que o autor ignora a legislação em vigor. Sem um foco específico, a pilha de projetos de lei sobre a mesa da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados é um verdadeiro emaranhado, que mistura sugestões possíveis com outras completamente inviáveis. No bolo, estão 1.175 propostas que aguardam avaliação dos parlamentares, como, por exemplo, o tabelamento dos preços de medicamentos genéricos, a aplicação de multas a hotéis que não deixarem o quarto livre para o turista durante as 24 horas da diária, e a criação de uma sala para o Procon em todos os aeroportos, shoppings e empreendimentos comerciais de grande porte. A mistura de boas e más ideias acaba por atrasar a aprovação de normas importantes para clientes e empresas.

O advogado Guilherme Varella, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), acredita que os deputados poderiam aproveitar o espaço para discutir demandas históricas e recorrentes que precisam ser resolvidas, como a cobrança da assinatura básica para telefones fixos. “A taxa surgiu em um contexto em que as companhias precisavam criar a infraestrutura para o serviço. Hoje, não há como justificar esse valor. São R\$ 40 por mês que não se justificam, coisa que os legisladores poderiam resolver”, diz.

A recorrência das cobranças indevidas, que chateia milhares de pessoas em todos os segmentos do comércio, também carece de solução. “As empresas são pouco penalizadas e não tomam providências, só alimentam ações judiciais. Seria fundamental dar mais dinamismo e celeridade a esse processo, até para ajudar aqueles que ficam com nome sujo por um erro que não cometeram”, completa o advogado.

Em muitos casos, de acordo com Varella, o consumidor prejudicado nem mesmo comprou ou contratou um serviço da firma que emitiu a fatura equivocadamente. O documento, que não passa de um engano, vira um problema de difícil solução e o ônus recai sobre a pessoa física, enquanto a jurídica segue cobrando o pagamento. Enquanto as soluções para esses problemas não encontram espaço nas discussões do grupo político, algumas propostas seguem o trâmite na Câmara com a intenção de modificar o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Para a advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) Maria Inês Dolci, aprovar tais medidas será um equívoco. “A lei hoje é genérica e por isso o alcance é tão grande. Detalhar problemas apenas desfiguraria o objetivo principal, que é tratar as relações de consumo em todas as esferas.”

O deputado Roberto Santiago (PV-SP), presidente da CDC na Câmara, garante que não vai permitir nenhuma deformação na lei. “Estarei atento a isso, mas quanto aos projetos apresentados, não há como impedir. Essa é a natureza do parlamentar, ele tem total autonomia para atender suas ansiedades e de sua comunidade.” Mesmo assim, Santiago conta que o projeto de modernização do CDC está em andamento. “Até o fim de junho, teremos esse texto pronto para

---

tramitar nas duas Casas. Com novidades, por exemplo, no comércio pela internet, que hoje é uma grande confusão, tanto na venda, quanto na entrega, pagamento ou na arrecadação de impostos”, completa.

---

### **Aneel deverá explicar na Câmara cobrança indevida em conta de luz**

O Globo; 02/06/11

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá explicar, em audiência pública, marcada para o próximo dia 15, na Câmara dos Deputados, o porquê da cobrança indevida de R\$ 7 bilhões nas contas de luz no período entre 2002 e 2009, segundo cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU).

O diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, acaba de se reunir com o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, deputado Roberto Santiago (PV-SP), que pediu explicações sobre se haverá ressarcimento ao consumidor, como e quando, e se estão previstas mudanças nessa regra. Segundo a assessoria de Santiago, a agência reconheceu o erro e a necessidade de correção, mas argumenta que o valor cobrado se deveu à metodologia de cálculo tarifário de reajustes de energia elétrica presentes nos contratos de concessão, e que por isso estavam dentro da lei. O problema é designado como "falta de neutralidade da Parcela A" e a irregularidade foi apontada na CPI das Tarifas de Energia Elétrica realizada na Câmara dos Deputados.

---

### **Comissão aprova investigar BC por planos Verão e Bresser**

Folha de São Paulo; 29/06/2011

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou na manhã desta quarta-feira uma proposta de fiscalização e controle para apurar a responsabilidade do Banco Central sobre sua conduta em relação a poupadores prejudicados nos planos econômicos Verão e Bresser (ambos do governo José Sarney).

De acordo com o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), autor da proposta, o Banco Central agiu parcialmente ao manifestar como "amicus curiae (interessadas na causa) em uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), apresentada pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos), questionando as ações judiciais de consumidores que não obtiveram valores da caderneta de poupança corrigidos devidamente em decorrência dos planos.

Segundo Valente, o BC começou a fazer "terrorismo" no mercado, afirmando que não seria possível repor os poupadores por risco de quebra no sistema e, principalmente, de bancos. "Há irregularidades. O BC atuou pelas instituições bancárias em prejuízo dos consumidores", afirmou o deputado por meio de nota. A Comissão de Defesa do Consumidor constatou, de acordo com o deputado, que houve 'eventual ilegalidade do Banco Central' e encaminhará a documentação ao Ministério Público para que sejam apuradas as

---

responsabilidades.

---

### **Governo não deve financiar fusão no varejo**

O Estado de S. Paulo; 12/07/2011

O governo não vai mais ajudar a financiar a fusão entre o Pão de Açúcar e as operações brasileiras do Carrefour. Depois de enfrentar críticas por concordar em participar do negócio, com um aporte de até R\$ 4, 5 bilhões, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lavou as mãos.

Em conversas reservadas, a presidente Dilma Rousseff disse que não vale a pena enfrentar o desgaste se não há acordo entre os sócios em torno da proposta de casamento. Na avaliação do Palácio do Planalto, o empresário Abilio Diniz, do Pão de Açúcar, não foi hábil nas negociações com Jean-Charles Naouri, do grupo francês Casino.

Naouri acusa Diniz de tentar se unir ao Carrefour para burlar o acordo anterior pelo qual o Casino assumirá o controle do Pão de Açúcar em 2012. O sócio francês chegou a afirmar que as tratativas entre Diniz e o Carrefour foram "secretas e ilegais". Desde que a proposta de fusão foi divulgada, há 15 dias, começaram as reações negativas. Houve forte protesto contra o uso de dinheiro do contribuinte no negócio, por meio do BNDES, e parlamentares da oposição insistem em cobrar explicações do presidente do banco, Luciano Coutinho, e do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. A bancada do DEM na Câmara Federal apresentou requerimento de convocação de Pimentel na Comissão de Defesa do Consumidor.

Além dos protestos e das estocadas entre Diniz e Naouri, o Ministério Público abriu investigação com o objetivo de apurar se existe interesse público no uso de recursos federais para uma operação de fusão entre o Pão de Açúcar e o Carrefour. Em ofício encaminhado a Luciano Coutinho, o MP quer saber, por exemplo, quais os critérios para a adoção de prioridades nos investimentos do BNDES.

Abilio em Paris. Abilio Diniz viajou ontem a Paris e participará hoje de reunião do Conselho de Administração do Casino, do qual é membro desde 1999, informou a assessoria do empresário em nota. "Abilio Diniz estará à disposição durante a reunião para explicar os méritos que ele enxerga na proposta apresentada de associação do Carrefour com o Pão de Açúcar", acrescenta o comunicado.

---

### **Projeto obriga restaurante a informar calorias no cardápio**

Folha de São Paulo; 26/07/2011

Ir a um restaurante e saber exatamente as calorias que vai consumir. Isso pode ser possível se o legislativo federal aprovar um projeto que obriga os estabelecimentos a colocar no cardápio os valores calóricos dos produtos. A proposta, que tramita na Câmara, prevê punições previstas no Código de Defesa



---

do Consumidor, como multa, suspensão do fornecimento e até cassação da licença.

Autor do projeto, o deputado Mendes Thame (PSDB-SP) alega que, muitas vezes, o consumidor ingere comidas calóricas por falta de informação. Ele cita estudo do Ministério da Saúde que mostra que 40% da população está acima do peso. Com quatro unidades na Câmara, o restaurante Naturetto expõe, desde maio, cartazes com informações nutricionais. Segundo Igor Alves, nutricionista da rede, a medida foi adotada após exigência da própria Câmara.

Jaime Recena, presidente no DF da associação de bares e restaurantes, acha que a medida pode onerar os estabelecimentos, que precisariam de mais nutricionistas. Hoje, muitas redes de fast food seguem um termo de conduta proposto, em 2010, pela Promotoria de MG e pela Anvisa. A obrigatoriedade para rotulagem nutricional é só para produtos embalados. O projeto, que aguarda parecer na Comissão de Defesa do Consumidor, tem caráter conclusivo, ou seja, não precisa passar pelo plenário da Câmara. Se for aprovado, segue para o Senado.

---

### **Teles terão de prestar explicações na Câmara**

Estado de São Paulo 04/08/2011

Líderes de reclamações na maior parte do País, as operadoras de telefonia serão chamadas a dar explicações sobre problemas em seus serviços na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados. No primeiro semestre deste ano, essas empresas foram o maior alvo de queixas dos consumidores em 14 dos 24 Estados em que os Procons estão presentes. O pedido de audiência pública para esclarecer "os problemas recorrentes na prestação dos serviços das empresas de telecomunicações" foi aprovado ontem. Segundo o requerimento, a comissão vai chamar os presidentes da Oi, da Claro, da Telefônica/Vivo e da TIM, além do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg. A data ainda será marcada.

"Os problemas no setor são evidentes, é preciso descobrir as razões e atacá-las", afirma o deputado Nelson Marchezan (PSDB/RS), autor do requerimento, junto com o colega Carlos Sampaio (PSDB/SP). "Será que os contratos de concessão não foram bem feitos? Ou será que os contratos são bons, mas as operadoras não os cumprem? E a Anatel, não fiscaliza? É em busca dessas respostas que a comissão aprovou a audiência pública."

Procuradas, a Oi, a Claro e a Telefônica não quiseram se manifestar. A TIM afirmou em nota que está "à inteira disposição da Comissão de Defesa do Consumidor para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários". O ministro Paulo Bernardo respondeu, por meio de sua assessoria, "que vai aguardar o recebimento de convite para participação na audiência". Cobranças abusivas. No primeiro semestre deste ano, consumidores de todo País recorreram aos Procons para reclamar de apagões na internet, dificuldade em fazer ligações, mensagens de voz que aparecem com dias de atraso no celular e

---

reparos malfeitos no telefone fixo.

Nada atormentou tanto os clientes das operadoras, no entanto, quanto cobranças supostamente abusivas ou indevidas nas contas do fim de mês. Dados da Anatel mostram que, do primeiro trimestre de 2010 para o primeiro trimestre deste ano, o número de reclamações contra cobranças cresceu de 64 mil para 87 mil. Passaram de 36% para 43% do total de queixas.

São cobranças a mais ou por serviços que nunca foram solicitados, pendências que aparecem mesmo depois do cancelamento do serviço, mudanças de preços em função do fim de uma promoção, entre outras razões. No primeiro semestre, a Oi foi a empresa mais demandada pelos consumidores nos Procons de nove Estados, e a Claro liderou o ranking em quatro Estados e no Distrito Federal. A TIM foi a segunda com mais queixas em três Estados e a Telefônica/Vivo, em quatro.

Para especialistas do setor, a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras deixa a desejar porque elas não teriam se preparado para responder ao aumento da base de clientes - produto do crescimento econômico dos últimos anos.

Entre 2005 e 2010, o número de clientes de telefone fixo e celular, tevê por assinatura e internet aumentou de 134,7 milhões para 271,9 milhões, crescimento de mais de 100%. Enquanto isso, ao longo do ano passado as operadoras investiram R\$ 17,4 bilhões, ou 15,2% acima do que tinham aplicado em 2005. Sempre que procuradas para responder às críticas que recebem, as operadoras dizem que reduzir o volume de queixas é prioridade e que estão investindo o suficiente para isso.

---

## **Ministro do Turismo vai à Câmara**

Correio Braziliense; 18/08/2011

Uma audiência conjunta das comissões de Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da Câmara vai ouvir o ministro do Turismo, Pedro Novais, na próxima semana. O convite foi aprovado ontem, com a benção do PMDB, que prepara uma blindagem partidária ao indicado da sigla, convocando seus integrantes a lotarem a reunião e fazerem declarações de apoio ao titular da pasta.

Prevendo o clima de beija-mão que começa a ser montado para a audiência, a oposição quer aumentar a ofensiva e incluir a senadora Marta Suplicy (PT-SP) no grupo de pessoas convidadas a prestar esclarecimentos sobre os desvios de cerca de R\$ 4 milhões de emendas parlamentares liberadas pelo Ministério do Turismo. A base aliada, no entanto, resiste ao requerimento, alegando que as irregularidades foram cometidas na gestão do sucessor da petista, Luiz Barretto. "Convocar o Barretto, tudo bem. Mas insistir na convocação da senadora é querer dar a essa história um contexto político maior. Até porque, trazê-la é colocar uma pontecial candidata à Prefeitura de São Paulo nesse ringue", argumentou Edson Santos (PT-RJ).

Marta está nervosa. Ontem, a senadora divulgou nota, por intermédio de

---

sua assessoria de imprensa, acusando a oposição o PSDB de querer antecipar a campanha eleitoral. "Não é fácil, a cara dela apareceu no Jornal nacional", justificou um aliado histórico. Segundo um petista, o ex-presidente da Embratur, Mário Moyses, detido na Operação Voucher, é um nome muito ligado à senadora petista.

Por enquanto, os deputados aceitaram os argumentos dos petistas e aprovaram o convite apenas a Barretto, que sucedeu a senadora no comando do ministério, e estaria no cargo na época em que as irregularidades foram praticadas. A ida de Suplicy às comissões da Câmara é tratada pelos peemedebistas como uma carta na manga contra o PT. O entendimento é de que, pelo menos por enquanto, não é necessária. Uma situação que pode mudar, caso as denúncias no ministério do Turismo comecem a parecer perseguição aos integrantes do partido ou uma tentativa de denegrir a imagem da legenda. Das 36 pessoas presas na Operação Voucher na terça, 18 já tinham sido libertadas ontem, depois de prestar depoimentos. Outros 18 acusados, entre os quais o secretário executivo do ministério, Frederico da Silva Costa, permanecem detidos no Instituto Penitenciário do Amapá, aguardando julgamento dos pedidos de habeas corpus.

O juiz federal Anselmo Gonçalves da Silva, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amapá, que determinou a prisão de 38 suspeitos de desvios no Ministério do Turismo, deixou o caso ontem. Segundo a direção da 1ª Vara, a alteração é administrativa e o juiz federal substituto, Mauro Henrique Vieira, assumiu os trabalhos. De acordo com a Justiça, por força regimental, processos que terminam com número ímpar (é o caso da Operação Voucher) ficam a cargo do juiz substituto, enquanto os pares se destinam ao titular. No entanto, a vaga de substituto estava aberta até 27 de julho, o que forçou Anselmo a acumular tarefas.

---

### **Projeto exige embalagens com informações em braile**

Folha de São Paulo; 26/08/2011

Está na Comissão de Seguridade Social um projeto que obriga empresas farmacêuticas, de alimentos e de material de limpeza a usar a escrita braile nas embalagens de seus produtos. A proposta da deputada Ana Arraes (PSB-PE) foi aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor. O relator na comissão foi o deputado Roberto Santiago (PV-SP), que afirma ser necessário criar no Brasil a cultura de respeito às minorias, e essa conscientização precisa vir também das empresas.

"Não é possível você não permitir que as pessoas que tenham deficiência visual não consigam detectar sem um intérprete, sem alguém ao seu lado, aquilo que ela compra, basicamente no remédio, né? No remédio e em tudo. Mas o remédio é fundamental", disse. O vice-presidente executivo do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), Nelson Mussoline, afirma que a indústria não tem nenhuma restrição à proposta.

"Muito provavelmente haverá uma pequena alteração de custo na embalagem. Mas entendo que isso seria absorvível pelo atual custo dos

---

produtos. Acho que não vai ter grandes alterações em razão disso", disse. A legislação mais atual sobre rótulos, a de medicamentos, tem 35 anos. Já a que trata de rótulos de produtos alimentícios é de 69 e a que disciplina a de produtos de origem animal, de 52.

Mas a lei que criou a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), de 99, estabelece a competência do órgão em regulamentar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam riscos à saúde pública. As normas sobre rotulagem, que são feitas por órgãos federais, nunca fizeram referência ao braile.

---

### **V&M aponta prática de dumping chinês**

Valor Econômico; 02/09/2011

Importadores de aço e a Vallourec & Mannesmann (V&M) estão chegando à reta final de um embate envolvendo a entrada de tubos da China no país. O Departamento de Defesa Comercial (Decom) está finalizando seu parecer sobre a investigação de dumping solicitada pela V&M contra os tubos de aço carbono sem costura de até cinco polegadas vindos do país asiático. Na sequência, o documento será colocado à apreciação da Camex, que decidirá sobre a aplicação ou não de sobretaxa nas compras do produto. Há uma expectativa de que a definição seja conhecida até outubro, embora não exista um prazo estabelecido.

A V&M também pediu ao governo a prorrogação de direito antidumping contra os tubos sem costura de até cinco polegadas da Romênia, cuja investigação aguarda um parecer final. A investigação envolvendo a China começou em dezembro, mas a disputa entre as partes envolvidas para convencer o governo a atender seus interesses se intensificou com a proximidade de uma resolução. Os importadores se organizaram para contestar o processo em um grupo formado por Comexport, Sideraço, Mercante Tubos, Columbia Trading, Âmbar DLI e Cotia Trading. Representantes dessas empresas e da V&M apresentaram seus argumentos em audiência realizada na terça-feira na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara.

"A Mannesmann se mostrou pouco preparada para responder nossos questionamentos", disse Renata Dantas, diretora comercial da Cotia responsável pela área de importação de produtos siderúrgicos.

A posição dos importadores se centra nos impactos inflacionários das medidas de antidumping contra a China nos preços de produtos como veículos e combustíveis. Também citam que a capacidade produtiva da V&M é insuficiente para atender à demanda que surgirá com a exploração do pré-sal e os projetos de infraestrutura previstos para os próximos anos.

No total, somando produtos de todas as dimensões e qualidades, o Brasil consumiu 444 mil toneladas de tubos sem costura no ano passado - entre 340 mil toneladas produzidas internamente e 104 mil toneladas importadas. No caso do tubo sem costura de até cinco polegadas, já é cobrada uma alíquota de importação de 16%. Mas o governo decidiu investigar as importações da China após constatar que o preço asiático - de US\$ 983,47 por tonelada - era inferior em US\$ 613,14 ao valor praticado no mercado americano, colocado como

---

parâmetro de "valor normal" de mercado na investigação. A diferença implica margem de dumping relativa de 62,3%.

Junto com a entrada mais agressiva dos importados, a V&M teve suas margens de rentabilidade pressionadas e perdeu participação de mercado, um quadro que resultou em quedas na produção. Os importadores dizem que a V&M já opera com níveis de rentabilidade superiores a seus pares no mundo. Eles afirmam que a empresa perdeu participação de mercado em razão de uma política de preços abusivos e que os preços chineses estão perto da média praticada no mercado internacional.

Flávio Roberto Silva de Azevedo, presidente do conselho da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil, defendeu o caráter técnico dos pedidos de antidumping e negou que a intenção seja fechar o mercado. "Nós estamos dando aqui [ao inaugurar uma unidade em Minas] prova incontestável de que somos grandes amigos do mercado aberto. Estamos investindo R\$ 5 bilhões numa empresa que se coloca na posição de exportadora", disse.

---

### **Mais de 200 projetos para mudar o Código**

O Globo 11/09/2011

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) completa 21 anos hoje com a certeza de que nada será como antes. Pelo menos no que depender do Congresso Nacional. Pesquisa feita pela FGV Direito Rio, em parceria com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, mostra que há 206 projetos de lei em tramitação entre Câmara dos Deputados e Senado Federal para modificá-lo. São propostas que, se implementadas, alterariam 55% do código. Dos sete capítulos da lei, dois seriam completamente modificados: o que trata da política nacional de relações de consumo e o que fala da proteção contratual. Se isso é bom ou é ruim, só o futuro vai dizer. Mas os números deixam claro o grande interesse dos legisladores sobre o tema, o que pode ser um sinal da importância do CDC para os brasileiros, avalia Ricardo Morishita, professor de Direito do Consumidor, da FGV

- O sistema legislativo é uma representação do povo, seus projetos traduzem, de alguma forma, uma vontade popular. O crescimento da renda trouxe ao mercado 30 milhões de novos consumidores. Isso leva a um aumento natural do interesse pelo tema. O desafio da sociedade é participar desse processo para não permitir que haja retrocesso - diz Morishita, que coordenou a pesquisa feita por um grupo de estudantes do oitavo período de direito da fundação.

A pesquisa mostra um interesse crescente dos legisladores sobre o tema, principalmente nesta última década. Debruçados dois meses sobre o tema, os estudantes Camilla Duarte, Gabriela Monteiro, Marília Monteiro e Thiago Tostes observaram que o pico de proposições vem ocorrendo no primeiro ano de cada legislatura (2003, 2007 e 2011). Para a disparada de PLs deste ano, o grupo de estudo levantou algumas hipóteses, que vão do aumento das classes consumidoras brasileiras ao vasto debate sobre o tema realizado no ano passado

---

por causa das duas décadas da lei.

- Observamos este ano um grande volume de projetos sobre banco de dados, o que pode estar relacionado ao debate sobre cadastro positivo - destaca Camila.

Nesses 21 anos de vigência, houve poucas alterações no código: apenas dez, e todas pontuais. Na avaliação de Amaury Martins de Oliva, diretor substituto do DPDC, isso permitiu que o CDC mantivesse sua característica de ser uma lei de princípios e não específica, garantindo sua atualidade e vasta aplicação:

- Há muitas propostas porque a defesa do consumidor é o dia a dia do cidadão, e o código é reconhecido como avanço. Mas ele é bom, justamente, por ser uma lei geral e atemporal, que se aplica a qualquer situação de consumo. Por isso, acreditamos que algumas das alterações que estão sendo propostas deveriam sair como leis específicas. O risco de detalhar demais é reduzir seu poder de atuação.

Apesar do número de projetos e abrangência conferirem ares de reforma à lei, essa palavra não está no vocabulário do Congresso. Todos falam em atualização. Presidente da Comissão de Defesa dos Consumidores da Câmara dos Deputados, Roberto Santiago, afirma que trabalha para preservar o código:

- A comissão deve agir como um filtro desses projetos e como fórum de debate. Somos a favor de modernizar pontualmente o código, que é uma das leis mais modernas do mundo no tema. Ele não pode ser retalhado.

No Senado, onde uma comissão de juristas foi constituída para formular um projeto de atualização da lei, o presidente da Comissão de Defesa dos Consumidores, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), propõe um pacto para garantir a integridade do CDC:

- A comissão propõe a inclusão de temas que sequer existiam quando a lei foi formulada: comércio eletrônico e superendividamento. Qualquer modificação no CDC deve atualizar e ampliar direitos, jamais retirá-los. Quando o projeto chegar para apreciação do Congresso vamos propor um pacto entre presidentes da Câmara e do Senado e líderes de partidos para nos comprometermos a atualizar o código, sem desconfigurá-lo.

Para o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e presidente da comissão de juristas, Herman Benjamin, o código não está sob ameaça:

- No Congresso, já há um consenso de que o CDC é um piso, um conjunto de leis que estabelece as condições mínimas que devem ser respeitadas dentro do tema, e que qualquer alteração só deve ser feita para acrescentar direitos e aperfeiçoar garantias. O CDC é um consenso nacional.

Segundo Roberto Pfeiffer, professor da Universidade de São Paulo (USP) e também integrante da comissão do Senado, nenhum dos projetos em tramitação trata diretamente de comércio eletrônico e superendividamento.

- Esse excesso de PLs não atrapalha a comissão. Só demonstra o quanto

---

é importante que o processo de atualização seja centralizado, como estamos fazendo - afirmou Pfeiffer, que é ex-diretor do Procon-SP.

A comissão está finalizando as audiências públicas e técnicas e encaminhará sua proposta à presidência do Senado até 19 de outubro. O texto dará origem a um novo PL, a ser votado no Congresso.

---

### **O recado dos deputados às teles**

Estado de São Paulo; 26/09/2011

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados mandou um recado às operadoras de telefonia. Quer a presença de executivos de peso dessas empresas na audiência pública convocada para discutir a precariedade dos serviços oferecidos pelas teles a seus clientes. Os deputados querem evitar que, para proteger seu pessoal de situações embaraçosas, as operadoras mandem, no lugar, representantes de seus sindicatos.

Isso já aconteceu antes. “Desta vez já avisamos que se aparecer gente de sindicato não tem audiência e, no lugar, vamos propor uma comissão de fiscalização e controle neles”, diz Roberto Santiago (PV-SP), presidente da Comissão.

Marcada para o dia 27, a audiência foi adiada à espera do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O ministro tinha recusado o convite alegando falta de espaço na agenda, mas os deputados foram avisados de que Bernardo, na realidade, não queria correr o risco de o encontro descambar para um debate sobre seu relacionamento com uma construtora e uma lobista do Paraná. Procurado pelo deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), autor do requerimento de audiência pública junto com Carlos Sampaio (PSDB-SP), o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), recebeu a garantia de que a audiência vai se concentrar na discussão dos problemas das operadoras. Vaccarezza ficou de conversar como ministro.

---

### **Câmara discute prazo para devolução de valores cobrados indevidamente**

Valor Econômico; 04/11/2011

A Câmara dos Deputados começou a analisar uma proposta que prevê a devolução em dobro ao consumidor, no prazo de 30 dias, de valores cobrados indevidamente, exceto no caso de engano justificável. O prazo está sendo discutido no projeto de lei (PL) nº 1.566, de 2011, do senador Gim Argelo (PTB-DF), que tramita em regime de prioridade. O texto inicial previa um período ainda menor, de 15 dias. A Comissão de Defesa do Consumidor, porém, ao analisar a questão no dia 19 de outubro, retirou a proposta de pauta e aprovou o parecer substitutivo do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP). O texto, em que ele sugere o aumento do prazo para 30 dias, ainda será analisado em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Além de um maior prazo, o parecer aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor prevê multa de, no máximo, 2% do valor envolvido, caso o prazo não seja cumprido. A multa no projeto inicial poderia chegar a 10%. De acordo com a

---

proposta, o prazo será contado a partir da data em que o fornecedor receber a solicitação, e a devolução deve ser acrescida de correção monetária e juros.

O Código de Defesa do Consumidor ( Lei nº 8.078, de 1990) já prevê a devolução de valor cobrado indevidamente, inclusive com correção monetária e juros, mas não estabelece prazo para o fornecedor ressarcir o cliente.

---

### **Câmara irá debater PL que proíbe repasse de impostos à conta telefônica**

Uol; 15/11/2011

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados vai debater projeto que prevê a proibição de repasse de tributos à conta telefônica. De autoria da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), o Projeto de Lei 4368/08 tem o objetivo de impedir que as concessionárias incluam nas contas telefônicas os valores da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e do PIS/Pasep (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Segundo publicado pela Agência Câmara, a proposta permite apenas o repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que já é previsto por lei. O debate, que ainda não tem data marcada, foi solicitado pelo relator da matéria na Comissão, deputado Francisco Araújo (PSD-RR).

Na ocasião, devem ser convidados representantes da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), do Sinditelebrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefone e de Serviço Móvel Celular e Pessoal), da Fundação Procon e do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). Na opinião de Araújo, o debate tem como finalidade “buscar fundamentação, instrução e ter um posicionamento coerente para poder decidir sobre a matéria”, já que decisões recentes do STJ (Superior Tribunal de Justiça) foram contrárias ao seu entendimento, favorável à proposta.

---

### **Conta de luz segundo horário de consumo só deve sair em 2012**

Agência Brasil; 15/11/2011

A resolução que estabelece a implantação de medidor eletrônico para permitir a cobrança de tarifas de energia elétrica diferenciadas de acordo com o horário de consumo deverá ser aprovada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) só em 2012.

A audiência pública sobre a proposta foi encerrada em janeiro. A previsão era de que a votação ocorresse em maio deste ano, mas contribuições ainda estão sendo avaliadas pela área técnica da agência e não há previsão de deliberação da matéria. A cobrança de tarifas diferentes conforme o horário, que já é adotada no serviço de telefonia, vai possibilitar que os consumidores residenciais controlem melhor o uso da energia elétrica, evitando a utilização de alguns tipos de aparelhos em horários em que a tarifa é mais cara. Também poderá evitar a sobrecarga do sistema elétrico nos horários de maior consumo.



---

Segundo a proposta da Aneel, as tarifas de energia devem se divididas em pelo menos quatro horários, e os valores da energia devem ser informados ao consumidor. Além da cobrança diferenciada, a instalação de medidores eletrônicos de energia vai permitir que os usuários tenham acesso a informações sobre o consumo e o fornecimento de energia e possibilitar a comunicação remota entre consumidor e distribuidora. O prazo para a implantação dos novos relógios de medição pelas distribuidoras deverá ser de 18 meses depois da publicação da resolução.

Para o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), a Aneel deve exigir das concessionárias investimentos de infraestrutura para atender à demanda e não cobrar a mais do consumidor pelo uso da energia no horário de maior consumo. "A intenção da proposta é interessante, porque obriga o consumidor a racionalizar a energia e utilizá-la de maneira inteligente nos momentos em que tenha maior demanda, mas o Idec é contrário a qualquer tipo de aumento na tarifa", diz a advogada da entidade, Mariana Ferreira Alves.

Ela avalia que é preciso uma política de descontos na fatura para quem usa a energia em horários alternativos, e não cobrar mais caro de quem utiliza quando a demanda é maior. "Até porque há pessoas que trabalham o dia inteiro e só pode tomar banho naquele horário. Ela não pode ser punida com uma tarifa mais alta." Na Câmara dos Deputados, um projeto de lei do deputado federal Weliton Prado (PT-MG) proíbe as concessionárias de energia elétrica de cobrar tarifas diferenciadas por horário do consumo, mas permite que as empresas concedam descontos para quem reduzir o consumo em horários de pico.

O projeto tramita em caráter definitivo na Comissão de Defesa do Consumidor, mas antes da decisão dos deputados deve ser realizada uma audiência pública sobre o assunto.

---